Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Modus Operandi dos Abusadores Sexuais: Características Identificadas nas Crianças Abusadas

Cristina Isabel Silveira Marques

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientador(a):
Doutora Cecília Aguiar, professora auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):
Dra. Rute Agulhas, professora assistente convidada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Modus Operandi dos Abusadores Sexuais: Características Identificadas nas Crianças Abusadas

Cristina Isabel Silveira Marques

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientador(a):
Doutora Cecília Aguiar, professora auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):
Dra. Rute Agulhas, professora assistente convidada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

Um amor adormecido…

Oiço um choro de criança no sótão da minha memória
Há quanto tempo não sei o que é parar o que separa a noite do dia
Fechada no escuro
De olhar fixo por entre as cortinas de uma janela
Sigo a linha do horizonte
Sem vestígio de amarras que mantenham presas as tuas garras
Ao contrário de ti
Eu não beijo o céu azul
Nem tão pouco piso em terra firme
Tenho o chão a meus pés
Mas nem por isso me sinto em porto seguro
Sinto que já não vens
Mas, sem saber, espero por ti
Espero que me sentes no teu colo
E me sussurres ao ouvido histórias de criança
Que me leves ao imaginário de muitos sonhos por descobrir
A visitar destinos antes prometidos
Presas ao chão as minhas pernas imobilizam-me o pensamento
Na tua presença sou incapaz de tecer qualquer movimento
De fazer nascer uma qualquer reação
Tento que os meus pensamentos percorram outras paragens
Este é o jogo da verdade
Que eu não quero jogar
Abro as janelas da minha imaginação
O passado congelou-nos num mar de mitos
De cada vez que tento abrir uma porta da minha alma
Encontro segredos
São eles que nos tornam pessoas mudas
Dois eternos desconhecidos
No meio de um espaço que nos separa
De um tempo que já não tem futuro
Sinto que já não vens
Mas, sem saber, quero ir ao teu encontro
Quero dizer-te aquilo que da minha boca nunca ouviste
Mas que o meu olhar sempre falou
Escutar aquilo que da tua boca sempre saiu
Mas que o meu corpo calou
Falar sobre o silêncio que guardo na memória
Fechar para sempre no meu cofre
Aquilo que parece nunca me ter pertencido
Mas que sei que é meu

Ana Maria Marques

Agradecimentos

À Professora Doutora Cecília Aguiar, pela exigência, rigor, sentido crítico e ética que influenciaram determinantemente todas as fases do processo construtivo que originaram a presente dissertação. Pelos desafios, interrogações e reflexões que suscitou ao longo desta orientação científica. Agradeço a disponibilidade e motivação que sempre me transmitiu.

À Professora Rute Agulhas, pela partilha de conhecimentos, sugestões, motivação e pela sempre perspetiva otimista perante a concretização do presente estudo. Pelo suporte ao nível do conhecimento científico e pela articulação que proporcionou com outros profissionais. Agradeço a disponibilidade e confiança que sempre me demonstrou.

Às minhas colegas de Mestrado, pela motivação e pela partilha de ideias que permitiram enriquecer o presente trabalho. Agradeço à Cláudia a colaboração na codificação dos dados e à Filipa todo o apoio na concretização desta dissertação.

Aos colegas de trabalho, pelos incentivos e interesse demonstrados nos resultados do estudo. Em especial, agradeço à minha coordenadora e amiga pelo apoio e pela elaboração do poema que transcrevi anteriormente.

Aos meus amigos, que souberam compreender as minhas ausências e partilharam, à sua maneira, esta jornada, incentivando-me nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo amor incondicional, por estarem sempre lá e aceitarem as minhas faltas, compreendendo-me e motivando a elaboração deste trabalho.

Ao Ricardo, pela tolerância diária, resistindo aos momentos de maior contrariedade, por acreditar em mim e me inspirar nos momentos de maior desafio.

Por fim, aos técnicos e reclusos do Estabelecimento Prisional da Carregueira que viabilizaram a recolha de dados analisados no presente estudo.

Muito obrigada a todos!

Resumo

O abuso sexual de crianças tornou-se, a partir dos anos 70/80 do Século XX, uma preocupação social mundial. Dada a elevada prevalência desta problemática, demonstra-se necessário desenvolver programas de prevenção primária, tendo esta investigação o objetivo de contribuir com conhecimento empírico que permita desenhar esses programas. Neste sentido, procura-se compreender o ajustamento do *modus operandi* implementado pelo perpetrador às características das crianças abusadas.

Para tal, realizaram-se entrevistas com 31 reclusos, condenados por crimes contra a autodeterminação sexual, que assumiam a sua autoria. As entrevistas foram submetidas a um processo de codificação baseado nos princípios da metodologia da *Grounded Theory* e esse processo foi validado por um segundo codificador.

Os resultados obtidos permitem identificar fatores de risco associados às vítimas e perceções distorcidas dos perpetradores acerca dos comportamentos destas, que influenciam o ajustamento de estratégias de sedução pelos abusadores, visando iniciar e manter o abuso, prevenindo, concomitantemente, que meio envolvente e vítimas denunciem o crime. A maioria dos crimes é revelada pela vítima.

Sugerem, também, estratégias de prevenção primária: dever de denúncia do abuso sexual; educação das crianças (em contexto familiar e escolar) no sentido de dizerem não ao potencial abuso e afastarem-se de pessoas que lhe transmitam sentimentos de ansiedade/aflição; promoção da comunicação funcional entre família e crianças.

Conclui-se que os programas de prevenção primária deverão potenciar a capacidade das vítimas para se afastarem da situação abusiva e promover as suas competências comunicacionais, de assertividade e resolução de problemas, bem como fornecer instrumentos às comunidades para detetarem o abuso.

Palavras-chave: Psicologia Forense e Questões Jurídicas [4200[1]]; Prevenção Criminal [4270[2]]; Abuso Sexual de Crianças; Processo de Sedução da Vítima.

[1] Classificação da American Psychological Association (APA): [4200] Psicologia Forense e Questões Jurídicas.

[2] Classificação da American Psychological Association (APA): [4270] Prevenção Criminal.

Abstract

Child sexual abuse has become, since 1970/1980, a social concern worldwide. Given the high prevalence of this problem, it is necessary to develop sexual abuse primary prevention programs, being the objective of this research to contribute to empirical knowledge that allows designing these programs. Therefore, this research seeks to understand the adjustment of the modus operandi implemented by perpetrators to the characteristics of the abused children.

To this end, interviews were conducted with 31 prisoners convicted of crimes against sexual self-determination, which admitted their crime. The interviews were subjected to a coding process based on the principles of Grounded Theory methodology and this process has been validated by a second encoder.

The results obtained allow us to identify risk factors associated to victims, as well as distorted perceptions of perpetrators about their behaviors, that influence the adjustment of seduction strategies by abusers, aiming to initiate and maintain the abuse, preventing, concomitantly, the victims or environment around them to report the crime. Victims reveal most of the crimes.

Suggest also strategies for primary prevention: duty to report sexual abuse; education of the children (in the familial and school context) to say no to a potential abuse and move away from persons that transmit them feelings of anxiety/distress; promoting funcional communication between family and children.

It is concluded that primary prevention programs should enhance the ability of victims to move away from the abusive situation and promote their communication, assertiveness and problem resolution skills and provide communities with tools to detect sexual abuse.

Keywords: Forensic Psychology & Legal Issues [4200[3]]; Crimes Prevention [4270[4]]; Child Sexual Abuse; Victim Grooming.

[3] APA Classification Categories and Codes: [4200] Forensic Psychology & Legal Issues

[4] APA Classification Categories and Codes: [4270] Crime Prevention.

Índice

Introdução 1
Capítulo I: Enquadramento Teórico 3
1. Definição de Abuso Sexual de Crianças 3
2. Epidemologia do Abuso Sexual de Crianças 6
3. Fatores de Risco associados ao Abuso Sexual de Crianças 11
4. *Modus Operandi* do Abusador Sexual de Crianças 14
5. Prevenção 20
Capítulo II: Estudo Empírico 27
1. Objetivos 27
2. Método 27
2.1. Participantes 27
2.2. Instrumento 29
2.3. Procedimento 30
2.4. Análise dos dados recolhidos 31
Capítulo III: Resultados 33
1. Apresentação e Análise dos Resultados 33
1.1. Condições antecedentes à ocorrência do abuso sexual 35
1.2. Condições contextuais da ocorrência do abuso sexual 40
1.3. Estratégias de prevenção do abuso sexual 44
2. Discussão dos Resultados 46
2.1. Perfis sociodemográficos das vítimas 46
2.2. Síntese integrativa dos resultados 49
Capítulo IV: Conclusões 56
1. Contribuições e Implicações Práticas 56
2. Limitações e Sugestões para Investigações Futuras 60
Referências 63
Anexos 68

Índice de quadros

Quadro 2.1. Características Sociodemográficas dos Participantes……..……..28
Quadro 2.2. Crimes que Conduziram à Condenação dos Entrevistados…… 28

Índice de figuras

Figura 3.1. Dinâmica do Abuso Sexual: Ajustamento do Modus Operandi Implementado pelo Abusador às Características da Vítima 34

Figura 3.2. Estratégias de Prevenção do Abuso Sexual Identificadas pelos Entrevistados….....44

Introdução

O abuso sexual de crianças foi, a partir dos anos 70/80 do Século XX, uma preocupação social em todo o mundo, sustentada num conjunto de estudos epidemiológicos realizados em diferentes países, cujos resultados registavam uma elevada prevalência desta problemática (Machado, 2002). Nos últimos anos, tornou-se também alvo de interesse científico em Portugal e os dados oficiais de entidades com intervenção neste tipo de situações demonstram que o abuso sexual revela, também no nosso país, uma prevalência alta.

No ano de 2002, em Portugal, o fenómeno do abuso sexual de crianças ganhou notoriedade, aquando do surgimento das revelações associadas ao "Caso Casa Pia", situação que conduziu a uma maior visibilidade deste fenómeno e concomitante debate sobre o estado da justiça, na sociedade portuguesa. Evidenciou-se também que o abuso sexual pode ocorrer contra vítimas do sexo masculino, desmistificando-se a ideia de que ocorre apenas contra crianças do sexo feminino. Apesar de uma maior visibilidade do fenómeno, verifica-se que os registos oficiais surgem dispersos e baseiam-se em critérios distintos (provêm de diferentes entidades - Ministério da Administração Interna [MAI], Polícia Judiciária [PJ], Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR] - que recolhem os dados de forma específica e divergente entre si), tornando-se difícil a comparação dos dados oficiais acerca da incidência e prevalência do abuso sexual de crianças em Portugal.

Dos estudos empíricos realizados nesta área de investigação, destaca-se o estudo acerca da prevalência do abuso sexual de crianças em Portugal, realizado por Figueiredo Bifulco, Paiva, Maia, Fernandes e Matos, em 2004, que aponta para taxas de prevalência de 2,7% para o sexo feminino e 2,6% para o sexo masculino. Contudo, torna-se necessário a realização de novas investigações nesta área, que estudem também a natureza e as características do abuso sexual de crianças.

Sendo indiscutível a prevalência elevada do fenómeno de abuso sexual de crianças, atendendo aos estudos epidemiológicos realizados nas últimas décadas e em diferentes países, torna-se evidente a necessidade de desenvolver programas de prevenção primária do abuso sexual (Pereda, Guilera, Forns, & Gómez-Benito, 2009), considerando os custos elevados implicados na intervenção com as vítimas (que nem sempre se verifica eficaz), e, por outro lado, pela constatação que algumas vítimas se tornam perpetradores no futuro, reproduzindo os comportamentos sexuais abusivos experimentados (Budin & Johnson, 1989).

O presente trabalho propõe-se, assim, contribuir com conhecimento empírico que permita desenhar, de forma fundamentada, programas de prevenção primária de abuso sexual de crianças e jovens. Neste sentido, pretende-se descrever o *modus operandi* dos abusadores sexuais, com base nas características pessoais, familiares e situacionais das crianças abusadas, que as parecem tornar mais vulneráveis ao abuso sexual de que são vítimas, bem como a manter-se nessa situação abusiva. Com base nessa informação, procura-se identificar estratégias de prevenção que protejam as crianças de se tornarem alvo da concretização do crime de abuso sexual.

Numa primeira parte, expõe-se uma revisão de literatura acerca da temática em investigação – o abuso sexual de crianças, e numa segunda parte, apresenta-se o estudo empírico realizado no âmbito deste trabalho.

Capítulo I: Enquadramento Teórico

1. Definição de Abuso Sexual de Crianças

O abuso sexual de crianças constitui uma problemática multifacetada e complexa no que concerne às suas características, dinâmicas, causas e consequências. Inclui um vasto leque de comportamentos abusivos que podem ser perpetrados no contexto de relações intrafamiliares ou extrafamiliares, variando na duração e frequência (Paine & Hansen, 2002), e assumindo uma natureza mais ou menos severa, envolvendo ou não contato direto com a criança (Loiselle & Friedman, 2003).

A Organização Mundial de Saúde (2006) define o abuso sexual de crianças como:

> The involvement of a child in sexual activity that he or she does not fully comprehend, is unable to give informed consent to, or for which the child is not developmentally prepared, or else that violates the laws or social taboos of society. Children can be sexually abused by both adults and other children who are – by virtue of their age or stage of development – in a position of responsibility, trust or power over the victim. (p. 10)

Para o National Center on Child Abuse and Neglect (1978), o abuso sexual de crianças consiste num conjunto de contatos ou interações entre uma criança e um adulto que visam a estimulação sexual do adulto ou outra pessoa. O abusador pode ter idade inferior a 18 anos, mas apresenta uma diferença etária significativa em relação à criança abusada (sendo mais velho) ou uma posição de poder sobre a mesma. Assim, considera-se abuso sexual de crianças qualquer atividade de carácter sexual que envolva uma criança e que vise a gratificação do adulto ou criança que se constitui como o agente do abuso (Johnson, 2004), não conseguindo a criança que é vítima do abuso, compreender, nem se encontrando preparada para as práticas envolvidas, tendo em conta o seu estádio de desenvolvimento.

Para Finkelhor (1994a), as definições legais e empíricas de abuso sexual requerem dois elementos: 1) atividade sexual que envolva uma criança; 2) condição abusiva. O primeiro elemento - atividade sexual que envolva uma criança - refere-se a atividades que visam a estimulação sexual e que se subdividem em abuso sexual com contato e abuso sexual sem contato. O abuso sexual com contato concretiza-se em tocar em partes sexuais do corpo da criança (genitais ou ânus); tocar em seios das raparigas adolescentes, ou conduzir a criança a tocar nas partes sexuais do corpo do abusador. Este tipo de abuso inclui dois tipos: penetração (penetração peniana, digital ou objetal da vagina, boca ou ânus) ou não penetração (acariciar partes sexuais do corpo da criança, beijos sexualizados ou conduzir a criança a tocar em partes sexuais do abusador). O abuso sexual sem contato inclui exibicionismo, voyeurismo, envolvimento da criança em pornografia, propostas sexuais verbais ou assédio.

O segundo elemento – condição abusiva – indica a existência de uma relação desigual que sugere ausência de consentimento informado, podendo verificar-se as seguintes situações:

1) O abusador apresenta uma idade ou maturação superior à criança;

2) O abusador encontra-se numa posição de autoridade ou estabelece uma relação de prestação de cuidados com a criança;
3) As atividades são realizadas contra a criança através do uso da força ou do engano.

Posto isto, o abuso sexual de crianças abrange diversos comportamentos de natureza sexual entre um adulto e uma criança, que sejam obtidos através de ameaça, força ou engano, independentemente da idade dos participantes, da compreensão que a vítima tem da natureza sexual do comportamento ou de o percecionar como um engano. O contato sexual entre um adolescente e uma criança também pode ser considerado abusivo, caso se verifique disparidade significativa de idades, estádios de desenvolvimento, assimetrias de poder, de estatuto ou de força entre os participantes, ou quando a criança, pela sua idade, é incapaz de facultar um consentimento informado. Neste sentido, o abuso sexual surge no contexto de uma relação de poder assimétrica entre os intervenientes, em que a criança que é vítima, devido à sua imaturidade, é incapaz de se autodeterminar (Machado, 2002). Mais especificamente, a criança é incapaz de prestar um consentimento informado para a interação sexual por duas razões, a saber: a) devido ao seu estado de desenvolvimento, sendo a criança incapaz de compreender na totalidade o que está a consentir e as consequências que este consentimento pode acarretar; b) devido ao estatuto de autoridade do adulto, a criança não está numa posição que lhe permita declinar o envolvimento sexual (Miller-Perrin & Perrin, 1999).

O abuso sexual pode, ainda, ser definido com base no contexto da ocorrência, designando-se abuso extrafamiliar, quando perpetrado por pessoas estranhas à família da criança, ou abuso intrafamiliar, quando envolve elementos da família, com os quais a criança apresenta um vínculo consanguíneo ou vínculo por afinidade (Loiselle & Friedman, 2003; Santos, Pelisoli, & Dell'Aglio, 2012). Neste sentido, são enquadrados neste tipo de abuso, as situações nas quais o abusador é parente da criança, ou mesmo não o sendo, apresenta com a mesma uma relação de proximidade afetiva. Assim, incluem-se nesta categoria os padrastos/madrastas, companheiros/as do/a progenitor/a, tutores ou cuidadores que investem na relação com a criança e também na sua família, com o objetivo de obter confiança de todos os membros, visando dificultar a revelação do abuso por parte da criança. Estes abusadores têm assim um acesso facilitado à criança, permanecendo longos períodos de tempo sozinhos com ela (Santos *et al.*, 2012).

Em termos de enquadramento legal, o Código Penal Português (2007) define "abuso sexual de crianças" como um ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos ou obrigando-o a praticá-lo com outra pessoa. Assim, estabelece um limiar legal segundo o qual crianças abaixo desta faixa etária não apresentam capacidade de autodeterminação face à conduta sexual, prevendo que, mesmo na ausência de meios violentos ou coação da vítima, o ato é suscetível de prejudicar o desenvolvimento da criança (Carmo, Alberto, & Guerra, 2002). Deste modo, não centra o crime de abuso sexual na questão do consentimento da vítima ou da sua coação pela força ou intimidação, mas sim na sua imaturidade desenvolvimental e incapacidade de consentimento. Com base neste entendimento legal, o Código Penal (2007) diferencia os crimes contra a liberdade sexual (artigos 163º a 170º) - que atentam contra o direito da pessoa decidir livremente da sua vida e práticas sexuais, prevendo que a vítima apresenta a maturidade necessária para prestar o seu consentimento

- dos crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171º a 178º) - que se referem a vítimas, menores de 14 anos de idade, estabelecendo que devido à sua idade e nível de desenvolvimento, não se encontram em condições de se autodeterminarem sexualmente e apresentarem maturidade suficiente para facultar o seu consentimento informado. O consentimento informado diz respeito à participação voluntária numa determinada situação, implicando capacidade para compreender a sua natureza e suas consequências eventuais.

O Código Penal (2007) prevê a extensão da fronteira etária do abuso sexual para além dos 14 anos, em situações de carácter excecional, nas quais se verifica, da mesma forma, desigualdade desenvolvimental e assimetria de poder. Assim, inclui as seguintes exceções: 1) abuso sexual de menores dependentes - atos sexuais de revelo com menor entre os 14 e 18 anos, cujos agentes têm ascendente especial sobre a vítima por esta lhe ter sido confiado para educação ou assistência (artigo 172º); 2) atos sexuais com adolescentes - prática de atos sexuais com menor entre 14 e 16 anos, quando se verifica abuso da sua inexperiência (artigo 173º); 3) recurso à prostituição de menores - prostituição fomentada em menores entre os 14 e os 18 anos (artigo 174º). Encontram-se também previstos neste tipo de crimes, o lenocínio (artigo 175º) e a pornografia de menores (artigo 176º), punindo-se, respetivamente, os agentes que fomentem, favoreçam ou facilitem o exercício da prostituição, bem como os agentes que utilizem / divulguem menor em espetáculo pornográfico, fotografia, filme ou gravação pornográficos, ou o aliciar para esse fim.

O Código Penal (2007) estabelece também as práticas sexuais punidas legalmente, no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual, entendendo o legislador que o ato sexual de relevo (com ou em menor de 14 anos) consiste em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos. É também punido o agente que importuna menor de 14 anos, através de práticas de exibicionismo, ou expondo-o a conversas, registos escritos, espetáculos ou objetos pornográficos (artigo 171º do Código Penal, 2007).

A moldura penal para esta tipologia de crimes prevê penas com um limite máximo de dez anos, estando contempladas diversas situações de agravamento, nomeadamente, se a vítima for ascendente, descendente, adotante, adotado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; se se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação; se o agente for portador de doença sexualmente transmissível; se do abuso resultar gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida, suicídio ou morte da vítima (artigo 177º do Código Penal, 2007).

As definições de abuso sexual de crianças adotadas pelos sistemas judiciais de diferentes países apresentam variações significativas nos critérios subjacentes utilizados, nomeadamente, no que se refere às idades limites consideradas em relação à vítima, bem como ao tipo de atos julgados abusivos (Loiselle & Friedman, 2003; Machado, 2002). Assim, o nível etário varia consoante o país, estando previsto, em Portugal, como já referido, o limiar dos 14 anos. O espetro de atividades incluídas, surge na maioria das definições, como apresentando dimensões mais ou menos severas e abrangendo atividades com contato direto, ou não, com a criança que é vítima do abuso (Loiselle & Friedman, 2003). Práticas sexuais como tentativa de relação sexual, contato oral, anal ou genital,

carícias dos órgãos genitais (diretamente ou por cima da roupa) são formas reconhecidas de abuso sexual. O abusador não necessita de ter contato direto com a criança para que o abuso ocorra, surgindo na maioria das definições, os comportamentos de exibição ou exposição da criança a atividade sexual do adulto, pornografia e uso da criança para prostituição ou pornografia (Loiselle & Friedman, 2003; Putnam, 2003). Magalhães (2002) engloba, ainda, especificamente na sua definição as seguintes práticas sexuais abusivas: envolver a criança em práticas sexuais de relevo (beijos na boca, manipulação dos órgãos genitais do abusador, contato entre os órgãos genitais de ambos) e obrigar a criança a ter conhecimento ou presenciar registos escritos ou verbais obscenos.

A maioria das definições enfatiza, desta forma, a discrepância entre a idade dos participantes, o nível de controlo ou autoridade assumido pelo perpetrador, assim como o grau de coerção e o tipo de atividade envolvido (Loiselle & Friedman, 2003).

2. Epidemologia do Abuso Sexual de Crianças

Retratar a dimensão epidemiológica do abuso sexual de crianças tem-se mostrado uma tarefa quase inexequível, desconhecendo-se a verdadeira magnitude desta problemática, revelando os estudos uma grande variabilidade nas suas estimativas. A comparação dos dados recolhidos nos diversos estudos realizados em diferentes países é obstaculizada pelas diferenças encontradas na definição de abuso usada, pela diversidade das populações utilizadas nas amostras e pelas metodologias empregues na recolha de informação (Loiselle & Friedman, 2003; Pereda *et al.* 2009).

As taxas de abuso sexual de crianças registadas pelas entidades competentes subestimam o número real de casos, por existirem situações que nunca são reportadas. Observa-se uma elevada taxa de cifras negras, ou seja, uma elevada percentagem de situações de abuso sexual não conhecidas ou, ainda que conhecidas, não são confirmadas, o que conduz à não condenação do respetivo abusador sexual (Loiselle & Friedman, 2003). Um número significativo, mas desconhecido, de casos nunca é revelado pelas vítimas, ou não chega a ser detetado pelas entidades competentes, porque mesmos tendo sido revelados pelas vítimas (a familiares ou amigos), não chegam a ser reportados às autoridades. Apontam-se alguns constrangimentos da parte da vítima que obstaculizam a denúncia, nomeadamente: 1) segredo associado ao abuso; 2) sentimento de culpa ou ambivalência; 3) medo em relação às consequências da denúncia; 4) dúvida em relação à eficácia da denúncia; 5) receio de estigmatização (Finkelhor, 1994a; Machado, 2002).

Nos estudos acerca da prevalência do abuso sexual, constata-se uma grande diversidade nos resultados obtidos, nomeadamente no que diz respeito às taxas de prevalência registadas. Estas divergências têm sido atribuídas aos critérios utilizados nos estudos, como sejam: a definição do abuso sexual utilizada (e.g. existência de contato vs. não existência de contato sexual; limiar etário a partir do qual se considera abuso), o foco do estudo (vitimização na infância vs. agressão sexual ao longo da vida), as amostras usadas (amostras por conveniência, amostras nacionais) e as metodologias empregues (questionários vs. entrevistas diretas) (Finkelhor, 1994a; Putnam, 2003).

De qualquer modo, as taxas de prevalência indicadas nestes estudos surgem subestimadas, uma vez que se verifica, como mencionado anteriormente, relutância por parte da vítima na revelação

do abuso sexual. Por exemplo, London, Bruck, Ceci e Shuman (2005) conduziram uma revisão de 11 estudos retrospetivos, tendo aferido que 10 dos 11 estudos indicavam que apenas um terço dos adultos vítimas de abuso sexual revelavam o abuso durante a infância. De salientar que investigações com amostras constituídas por crianças sugerem, da mesma forma, que uma proporção significativa de crianças não revela, de forma imediata, o abuso de que é vítima (Sorenson & Snow, 1991). Sorsoli, Kia-Keating e Grossman (2008) mostram que os adultos vítimas de abuso sexual indicam três tipos de barreiras à revelação do abuso sexual: barreiras pessoais (e.g., a vítima debate-se com lutas internas que tem de ultrapassar antes da revelação); barreiras relacionais (e.g., a vítima teme a reação das outras pessoas face à revelação); e barreiras socioculturais (e.g., a vítima do sexo masculino considera que é inaceitável para um homem ser vítima, e mesmo quando aceita que a vitimização ocorreu, a mesma não pode ser discutida). Allagia (2005) sugere ainda barreiras específicas de género, na medida que as vítimas do sexo masculino acreditam que após a revelação, a sua sexualidade será questionada (i.e., temem ser considerados homossexuais, uma vez que a maioria destes crimes é cometido por perpetradores do sexo masculino) e que se tornarão perpetradores como resultado da revelação acerca do abuso. Sorsoli e colaboradores (2008) constatam que estas dificuldades de revelação assentam, sobretudo, em sentimentos de vergonha e preocupações com a segurança emocional, decorrentes da educação que tiveram na infância de que os rapazes não choram, nem devem reconhecer sentimentos tristes ou dolorosos. As vítimas do sexo feminino acreditam que são culpadas ou que não serão acreditadas se revelarem o abuso sexual. As vítimas adolescentes, os pais das crianças vítimas e os adultos que foram vítimas de abuso durante a infância, reportam que temem o que poderá acontecer após a revelação (Allagia, 2005). Hershkowitz, Lanes e Lamb (2007) apontam para barreiras familiares, indicando que algumas vítimas sentem que estão a sobrecarregar os pais com a revelação, preferindo manter segredo, sugerindo-se que crianças com menos suporte parental tendem a demorar mais tempo a revelar o abuso que as crianças que sentem os pais como suporte. Por outro lado, importa referir que as estatísticas epidemiológicas apresentadas em estudos retrospetivos podem estar condicionadas pelo viés relacionado com a memória, sendo que a recordação do abuso pode ser afetada pela idade das vítimas, limitando o acesso ao evento (Loiselle & Friedman, 2003).

Alguns estudos apontam para as barreiras anteriormente referidas. Por exemplo, Peters, Wyatt e Finkelhor (1986), numa revisão de estudos focados na prevalência do abuso sexual, registaram índices de 6% a 62% para a amostra feminina e de 3% a 30% para os participantes masculinos. Por sua vez, Leventhal (1998) verificou taxas de abuso sexual reportadas por mulheres entre os 2% e os 62%, e por homens entre 3% e 16%. Esta variabilidade aponta para constrangimentos relacionados com a denúncia, por parte das vítimas de abuso sexual, sugerindo-se que vítimas do género masculino revelam maior resistência em assumir a sua vitimização, devido a pressões sociais associadas à identidade de género (Black, Heyman, & Slep, 2001; Finkelhor, Hotaling, Lewis, & Smith, 1990).

Através de uma revisão de estudos realizados nos Estados Unidos da América e no Canadá, Finkelhor (1994a) concluiu que entre 20% a 25% das participantes femininas e entre 5% a 15% dos participantes masculinos foram alvo, durante a infância, de algum tipo de comportamento abusivo de

carácter sexual. Realizando um dos primeiros estudos abrangendo vítimas de abuso sexual provenientes de 19 países diferentes e com base numa amostra não clínica, Finkelhor (1994b) mostrou que a problemática do abuso sexual de crianças é transcultural, registando índices de 7% (amostra finlandesa) a 36% (amostra austríaca) no que concerne às participantes femininas e, no que respeita aos participantes masculinos, índices de 3% (amostra suíça) a 29% (amostra sul-africana). Esta variabilidade gera alguma desconfiança em relação aos dados obtidos, podendo sugerir-se que estão sobrestimados e, assim, desvalorizar-se as situações de abuso sexual. Com efeito, os primeiros estudos realizados utilizam definições de abuso sexual vastas (que podem incluir, desde o convite para uma interação sexual, até a comportamentos abusivos efetivos de interação sexual ou manipulação de genitais), obtendo-se, por isso, taxas de prevalência elevadas, mas também associadas a vitimização sexual pouco severa (Haugaard, 2000).

Posto isto, pese embora alguns estudos utilizem definições de abuso sexual abrangentes, é possível constatar que a vitimização de crianças através de abuso sexual é elevada. Uma das razões apontadas para essa ocorrência assenta no fato de as crianças serem dependentes física e emocionalmente de adultos que se constituem como os seus principais cuidadores, em regra, os seus progenitores (Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994). Encontrando-se a criança impossibilitada de escolher os pais, ou retaliar contra eles, verifica-se uma maior probabilidade de a criança ser abusada pelos elementos familiares na sua própria casa face ao meio exterior (e.g., nas ruas) (Finkelhor & Dziuba-Leatherman, 1994; Finkelhor *et al.*, 1990; Smallbone *et al.*, 2001). Gold, Elhai, Lucenko, Swingle e Hughes (1998) sugeriram que as vítimas do sexo feminino são, na sua maioria, abusadas por elementos da família e as vítimas do sexo masculino, maioritariamente, por estranhos. No caso das primeiras, a duração do abuso é tendencialmente mais prolongada, sendo o ato abusivo cometido, usualmente, pelo mesmo perpetrador, ao passo que, no caso das segundas, a duração do abuso é mais limitada no tempo, mas mais frequente e o ato abusivo cometido por diversos perpetradores e de forma mais intrusiva (Smallbone *et al.*, 2001).

De salientar que, pese embora as dificuldades metodológicas registadas, os estudos revelam-se úteis, na medida que conferem visibilidade ao crime de abuso sexual, facilitando-se a denúncia.

Nos estudos mais recentes, as definições utilizadas nas investigações continuam a ser vastas, de forma a contemplarem todas as dimensões que constituem o fenómeno (Haugaard, 2000). Com base numa revisão de estudos sobre a prevalência de abuso sexual, publicados entre 2002 e 2009, e nos quais foram utilizadas amostras provenientes de 24 países, registaram-se taxas de prevalência que correspondem a 8-31% de vítimas do sexo feminino para 3-17% de vítimas do sexo masculino (Barth, Bermetz, Heim, Trelle, & Tonia, 2013), mantendo-se a variabilidade de taxas já registada em estudos anteriores. Com o objetivo de comparar os índices de prevalência da problemática do abuso sexual reportados no estudo anteriormente referido – Finkelhor, 1994 – relativos a diferentes países nas décadas de 70, 80 e 90 (séc. XX) com os índices registados em estudos realizados em 28 países diferentes, 12 anos após o estudo referido, Pereda e colaboradores (2009) mostraram que a distribuição da prevalência mantém-se, especialmente, no que respeita ao sexo feminino, verificando-se uma proporção de 1.5 a 5.5 vezes superior ao sexo masculino. No entanto, observaram-se algumas exceções significativas, como o caso da prevalência registada na

África do Sul, onde se constata uma maior taxa no sexo masculino, registando-se 60% para os homens e 35%-53% para as mulheres (conforme o estudo considerado). De referir que o estudo de Pereda e colaboradores (2009) revela algumas limitações, na medida em que alguns dos estudos revistos utilizam diferentes definições de abuso sexual, instrumentos de recolha de dados distintos e amostras com características desiguais, situação que pode explicar a variabilidade de taxas reportadas nos diferentes países. O caso de Portugal, por exemplo, regista uma prevalência baixa, quando comparada com os restantes países considerados no estudo, e semelhante em relação ao sexo das vítimas, identificando índices de 2,7% para o sexo feminino e 2,6% para o sexo masculino.

Com base nos Relatórios Anuais de Segurança Internos do MAI dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, aferiu-se que, na realidade portuguesa, há uma tendência de estabilização dos índices de crimes de abuso sexual de crianças e atos sexuais com adolescentes. As razões apontadas para esta estabilização assentam nas mudanças do comportamento social em relação à criminalidade sexual em geral e, em particular, ao crime de violação, observando-se uma redução na estigmatização das vítimas, que conduz a um maior número de denúncias. Assim, considera-se que o número de denúncias será mais próximo do número real de crimes cometidos. De salientar, ainda, que se constata um aumento de denúncias por "lenocínio" e "pornografia infantil", sugerindo-se que os Órgãos de Polícia Criminal foram mais eficazes na deteção deste tipo de crime, devido à natureza do crime, ao invés de um aumento efetivo do mesmo (MAI, 2010, 2011, 2012, 2013).

Especificando, no ano de 2010 (MAI, 2010), o número de denúncias de criminalidade sexual diminuiu significativamente (-369 crimes, correspondente a 14,4%) comparado com o ano anterior, aumentando, no entanto, em 12,9% os crimes de "abuso sexual de crianças" e diminuindo os crimes de "lenocínio e pornografia de menores" e os "outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual", em 68,8% e 28%, respetivamente. No ano de 2011 (MAI, 2011), o número de denúncias relativamente à criminalidade sexual continuou a diminuir ligeiramente (-25 crimes, correspondente a uma variação de -1,1%) em relação ao ano transato. No entanto, manteve-se a tendência de crescimento dos crimes de "abuso sexual de crianças", apresentando variações positivas de 37,7% (aumentando 0,8% nas categorias de "abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes", e 36,9% nas categorias de "lenocínio e pornografia de menores), e uma tendência de diminuição dos "crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual" (-0,5%) e "violação" (-11,8%). No ano de 2012 (MAI, 2012), verificou-se que as subcategorias "abuso sexual de crianças" e "pornografia de menores" assumiram um papel de destaque na totalidade de crimes incluídos na categoria de crimes sexuais (abuso sexual de criança, abuso sexual de menores dependentes, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, atos sexuais com adolescentes, importunação sexual, violação, pornografia de menores, lenocínio), com uma incidência de 46% e 14%, respetivamente, mantendo-se a tendência de estabilização no que concerne ao número de crimes de abuso sexual de crianças e atos sexuais com adolescentes. No ano de 2013 (MAI, 2013), observou-se que a subcategoria "abuso sexual de crianças" continuou a destacar-se da totalidade dos crimes considerados na categoria dos crimes sexuais ("atos sexuais com adolescentes", "abuso sexual de pessoa incapaz de resistência", "abuso sexual de menores dependentes" e "pornografia de menores"), tendo-se instaurado 1277 inquéritos e para as restantes subcategorias 767 inquéritos. Revelou também esta subcategoria um aumento no

número de inquéritos instaurados (no ano de 2012, instauraram-se 1074 inquéritos e, em 2013, 1277), ao passo que a subcategoria "pornografia de menores" revelou um decréscimo significativo face ao ano anterior (no ano de 2012, instauraram-se 318 inquéritos e, no ano de 2013, 94 inquéritos). Constatou-se, ainda, que a subcategoria "abuso sexual de menores dependentes" sobressaiu pela diminuição de inquéritos instaurados (no ano de 2012, instauraram-se 52 inquéritos e, no ano de 2013, 44 inquéritos) e as restantes subcategorias representadas ("atos sexuais com adolescentes", "abuso sexual de pessoa incapaz de resistência" e "pornografia de menores") apresentaram uma tendência, pouco significativa, de aumento de inquéritos instaurados. Em relação à caracterização demográfica dos intervenientes no crime de "abuso sexual de crianças" registou-se, no ano de 2010, que 83,8% de vítimas de sexo feminino pertenciam à faixa etária de 8-13 anos de idade (47,7%), quando conhecido o crime, e 97,9% de abusadores masculinos, com idade superior a 21 anos de idade (84,06%) (MAI, 2010). No ano de 2011, verificou-se que 82,8% de vítimas eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 8 e os 13 anos (43,9%), à data da denúncia, e 97,7% de abusadores eram do sexo masculino na faixa etária dos 21-40 anos (30,7%) (MAI, 2011). No ano de 2010, 33% dos crimes foram cometidos no âmbito de uma relação de conhecimento e 28,3% no seio de relações familiares, sendo que no ano de 2011, a proporção é idêntica, observando-se 34,5% de relações de conhecimento para 29,3% de relações familiares (MAI, 2010, 2011). Nos anos de 2012 e 2013, os dados são tendencialmente idênticos aos verificados nos anos de 2010 e 2011. Deste modo, mantém-se a preponderância de vítimas femininas e a maior prevalência de abusadores masculinos, concentrando-se as vítimas no intervalo etário de 8-13 anos de idade e os abusadores no intervalo 31-50 anos. A natureza da relação entre vítima e abusador alterou-se, constatando-se que as relações familiares entre os participantes do crime são as mais comuns, passando a ser as relações de conhecimento menos frequentes (MAI, 2012, 2013).

Importa referir que os dados indicados podem surgir adulterados devido às potenciais "falsas participações" (MAI, 2010, 2011) e, revelam-se de difícil interpretação, pelo fato de se ter considerado, até ao ano de 2011, o critério das participações efetuadas, e após 2012, o critério dos arguidos constituídos.

No que concerne aos processos de promoção e proteção instaurados por suspeita de abuso sexual de crianças pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ], registados nos Relatórios Anuais de Avaliação da Atividade das CPCJ (CNPCJR, 2010, 2011, 2012, 2013), observa-se, igualmente, uma tendência de estabilização nos últimos quatro anos, verificando-se a instauração de cerca de 2% a 3% de processos face à totalidade de processos instaurados pelas CPCJ. No ano de 2010, instauraram-se 1150 processos (que correspondem a 1,9% da totalidade dos processos), no ano de 2011, 1491 (que correspondem a 2,2% da totalidade dos processos), no ano de 2012, 703 (que correspondem a 2,4% da totalidade dos processos) e no ano de 2013, 1134 (que correspondem a 3,6% da totalidade dos processos) (CNPCJR, 2010, 2011, 2012).

3. Fatores de Risco associados ao Abuso Sexual de Crianças

A investigação científica, cujo objeto de estudo assenta na problemática do abuso sexual de crianças, tem evidenciado a impossibilidade de definir um perfil clássico de criança sexualmente abusada (Loiselle & Friedman, 2003). No entanto, Finkelhor (1993) concluiu que podem identificar-se características na criança que se associam a maior risco para a ocorrência de abuso sexual, embora reconheça que as características demográficas e/ou familiares da criança *per se* não podem determinar a vitimização sexual dessa mesma criança. Mais especificamente, nenhum fator de risco é suficientemente forte para apresentar uma relação inequívoca com a ocorrência de abuso sexual, não indicando a sua presença ou ausência a confirmação de um caso de abuso sexual.

Os fatores de risco definem-se como os fatores prévios à ocorrência do abuso sexual que aumentam a probabilidade de ocorrência do mesmo, bem como determinam a sua frequência e duração (Starzyk & Marshall, 2003). Os fatores de risco relacionam-se entre si e o seu impacto é recíproco, tornando-se inexato o peso que cada um tem, de forma isolada, para a ocorrência do abuso sexual. Tem sido demonstrado que é a combinação dos diversos fatores que aumenta a probabilidade de ocorrência do comportamento abusivo (Starzyk & Marshall, 2003). Assim, demonstra-se necessário considerar as características específicas de cada criança. Não obstante a necessidade de estudar cada criança individualmente, verificam-se consistências no que respeita às características das crianças vítimas de abuso sexual (Loiselle & Friedman, 2003). As vítimas não são culpadas da sua vitimização sexual, mas as suas características específicas podem estar associadas a um risco aumentado para o abuso sexual de que são vítimas, tornando-se especialmente importante identificar essas características no sentido da prevenção primária (Black *et al.*, 2001).

As vítimas de sexo feminino são mais focadas na literatura do que as de sexo masculino, uma vez que a denúncia de abuso sexual em relação às primeiras é três vezes superior (Berliner & Elliot, 1996; Black *et al.*, 2001; Finkelhor, 1993), parecendo resultar esta discrepância do fato de os rapazes revelarem maior resistência na assunção do seu estatuto de vítima (Allagia, 2005).

O maior risco de abuso sexual associa-se, acima de tudo, ao período da pré-adolescência das vítimas, tendo sido demonstrado que os rapazes abusados são, geralmente, mais novos do que as raparigas, sendo a média etária para os rapazes de 8,6 anos e para as raparigas de 10,6 anos (Black *et al.*, 2001; Finkelhor, 1993). Diversos estudos indicam que a faixa etária que compreende os 7 e os 12 anos de idade corresponde ao período mais vulnerável para a ocorrência do abuso sexual (Finkelhor, 1993; Finkelhor *et al.*, 1990), fundamentando-se esses dados nas seguintes razões: a) as crianças com idades mais precoces terão maiores dificuldades em reportar o abuso (Hewitt, 1998), e b) os adultos que poderiam denunciar o abuso que experienciaram na sua infância, não se recordam do mesmo (Williams, 1994).

Quanto às características individuais relacionadas com o comportamento e personalidade da criança, demonstrou-se que a maioria das crianças vítimas de abuso sexual tende a ser facilmente controlável, exibindo necessidades de afeto e de sentimento de pertença, necessidades essas que não são colmatadas no seu seio familiar (Loiselle & Friedman, 2003), podendo a criança aceitar carinho e afeto de um indivíduo que dela queira abusar, na ausência de qualquer outro elemento que a apoie (Fleming, Mullen, & Bammer, 1997; Rogers, Josey, & Davies, 2007). As crianças com

deficiência física e/ou mental também tendem a ser mais abusadas, numa proporção de 1.75 vezes superior às que não apresentam qualquer deficiência, sendo que as crianças com vulnerabilidades psicológicas e cognitivas apresentam maior risco para a vitimização sexual (Leventhal, 1998), sugerindo Jones e colaboradores (2012), uma associação entre deficiência mental ou intelectual, QI inferior ou níveis baixos de performance académica e a ocorrência de abuso sexual (Black *et al.*, 2001). Crianças com dificuldades de aprendizagem e perturbação no discurso e linguagem apresentam também maior probabilidade de serem vítimas de abuso sexual do que as outras crianças (Sullivan & Knutson, 2000).

No que concerne às características familiares, trata-se, tendencialmente, de crianças que coabitam apenas com um pai biológico, ou com nenhum; crianças do sexo feminino que vivem sem as suas mães ou que mantêm com estas um relacionamento pautado pela distância emocional (Brown, Cohen, Johnson, & Salzinger, 1998). Constitui-se como um fator de risco mais saliente para as vítimas de ambos os géneros a presença de padrasto a viver em suas casas (Black *et al.*, 2001; Brown *et al.*, 1998; Finkelhor, 1993; Leventhal, 1998). Diversos estudos revelam, ainda, que o risco aumenta quando as crianças de ambos os sexos, feminino e masculino, vivem na ausência dos pais biológicos; sentem o principal prestador de cuidados como uma figura indisponível emocionalmente; ou percecionam a vida familiar como pautada por infelicidade ou distanciamento emocional entre os seus membros (Black *et al.*, 2001; Butler, 2013; Brown *et al.*, 1998; Conte, Wolf, & Smith, 1989; Finkelhor & Baron, 1986; Finkelhor *et al.*, 1990).

As famílias onde ocorre o abuso sexual têm sido caracterizadas como menos coesas, mais desorganizadas e mais disfuncionais, quando comparadas com as famílias nas quais não ocorre o abuso (Berliner & Elliot, 1996). Neste tipo de famílias, as crianças tendem a ficar mais expostas ao contato com indivíduos que desejem cometer o crime de abuso sexual, especialmente quando estes indivíduos pertencem à rede familiar alargada, pois não oferecem dúvidas à família, sendo aceite facilmente pela família que as crianças possam passar algum tempo com os mesmos (Roger *et al.*, 2007). Crianças cujos pais são adolescentes, substitutos (e.g., padrastos) ou cujos próprios pais foram sexualmente abusados, apresentam também um risco aumentado de serem vítimas de abuso sexual (Loiselle & Friedman, 2003). Os irmãos de crianças que foram abusadas também têm surgido nos estudos como apresentando um risco aumentado (Loiselle & Friedman, 2003). Outras situações, como a existência de doença nos progenitores, abuso de substâncias ilícitas e consumo de álcool em excesso por parte dos pais, a incapacidade de prestar os cuidados básicos aos filhos, o conflito parental e a violência doméstica, constituem-se enquanto fatores de risco para a ocorrência do abuso sexual de crianças (Finkelhor, 1993; Finkelhor & Baron, 1986; Leventhal, 1998; Santos *et al.*, 2012). No caso do abuso sexual extrafamiliar, as situações de violência doméstica expõem a criança, para além do abuso físico, à possibilidade de vitimização sexual, por se expor a criança à ameaça externa, devido à negligência ou falta de supervisão dos principais prestadores de cuidados da família (Fleming *et al.*, 1997; Santos *et al.*, 2012). Por outro lado, a violência doméstica e os conflitos extremos entre os elementos familiares surgem associados ao abuso sexual intrafamiliar, conduzindo este clima familiar violento ao isolamento familiar e social pela perpetuação do segredo e da vergonha, tornando, por sua vez, a criança mais vulnerável ao abuso sexual.

Da relação entre abusador e vítima, Finkelhor e colaboradores (1990), verificaram, a partir das declarações de adultos que foram vítimas de abuso sexual na infância, que, quando se tratava de vítimas do sexo feminino, a relação com os perpetradores assumia a seguinte forma: em 41% dos casos, a vítima tinha uma relação de amizade ou era conhecida do abusador; em 29% dos casos, o abuso ocorria por parte de um membro da família; e, em 21% dos casos, era perpetrado por estranhos; quando respeitava a vítimas do sexo masculino, a relação com os perpetradores surgia em 44% numa relação entre amigos ou conhecidos; em 40% dos casos numa relação entre estranhos; e em 11% numa relação familiar. Alguns estudos sugerem que a maioria dos perpetradores sexuais são conhecidos das vítimas, mas apenas uma minoria é familiar consanguíneo da criança (Leventhal, 1998). Por outro lado, o abuso sexual intrafamiliar é mais frequente com vítimas do sexo feminino, as vítimas tendem a apresentar uma idade mais precoce no início da vitimização e o abuso tende a ser mais prolongado, com maior nível de intrusão, com recurso a menor uso de força verbal ou física e maior uso de instruções para que a crianças não revelem o abuso (Leventhal, 1998; Santos *et al.*, 2012).

O abuso que ocorre no seio familiar é desencadeado e mantido numa dinâmica que assenta no "síndrome do segredo" e "síndrome da adição", remetendo o primeiro para o fato de o abusador recorrer a ameaças ou recompensas para evitar a revelação do abuso por parte da vítima, ao passo que o segundo se refere ao comportamento compulsivo do abusador face à vítima, fazendo uso da criança para obter excitação sexual e alívio da tensão (Furniss, 1993). De realçar que a dinâmica associada ao síndrome do segredo envolve aspetos de interação com o abusador e com o meio envolvente e o segredo constitui-se como um princípio organizador da família, sendo mantido pelas vítimas devido à intimidação e vergonha que as mesmas sentem (Santos *et al.*, 2012). Furniss (1993) sugere que o silêncio em que a vítima é enclausurada, na situação em que é vítima de abuso sexual, depende de fatores externos e fatores internos. Assim, os fatores externos elencados pelo autor dizem respeito a: a) falta de evidências médicas que comprovem o abuso; b) tentativas anteriores de revelação mal sucedidas; c) estratégias de manipulação ou ameaças implementadas pelo abusador; d) medo da vítima perante as possíveis consequências da revelação para si, para a sua família e para o abusador. Os fatores internos enumerados pelo mesmo autor referem-se a: a) ocorrência do abuso em contextos pobres em estímulos sensoriais (e.g., pouca luz; sem contato ocular vítima-abusador; ausência de terceiros); b) "transformação do abusador noutra pessoa", pela modificação do comportamento habitual do perpetrador na situação abusiva (e.g., tom de voz; padrões de linguagem verbal e não verbal); c) introdução de "rituais de entrada e saída" do cometimento do abuso desenvolvidos pelo perpetrador que consistem em frases, ordens, comportamentos e atitudes estereotipados, que delimitam no tempo e no espaço o abuso sexual, podendo conduzir à sensação de irrealidade percecionada pela vítima, por se distinguir da sua experiência comum de vida. Estas dinâmicas podem resultar em fenómenos dissociativos na vítima, como forma da mesma lidar com o sofrimento que o abuso sexual provoca e que não compreende, nem consegue integrar.

Santos e colaboradores (2012) sugerem que é no seio familiar que a maioria dos abusos sexuais ocorre, sendo este crime, maioritariamente, perpetrado por pais ou padrastos da vítima. Mesmo quando o crime não ocorre inframiliarmente, a vítima e a sua família conhecem o abusador

(Smallbone *et al.*, 2001). Também se revela muito frequente a ocorrência do abuso sexual, no âmbito de uma relação estabelecida no contexto de trabalho do abusador (Leclerc, Proulx, & McKibben, 2005). Nestes casos, o *modus operandi* do abusador assenta na relação de confiança estabelecida com a vítima, fazendo uso de estratégias não coercivas para envolver a criança na relação sexual abusiva (Leclerc *et al.*, 2005).

Aludindo às características sociais, observa-se que as crianças que apresentam uma integração social deficitária, revelando ter poucos amigos, também possuem um risco aumentado para se constituírem como vítimas de abuso sexual (Brown *et al.*, 1998; Rogers *et al.*, 2007). Alguns autores sugerem como fator de risco relevante o isolamento social da criança em relação aos seus pares, reportando poucos amigos próximos e poucos relacionamentos íntimos, para além de não terem na sua rede social nenhum adulto em quem confiar ou que supervisione as suas rotinas ou atividades (Fleming *et al.*, 1997). Assim, são crianças que tendem a apresentar pouca supervisão e desproteção (Elliott, Browne, & Kilcoyne, 1995), verificando-se um défice/ausência de suporte social (Craven *et al.*, 2006; Fleming *et al.*, 1997).

De salientar que, embora os casos reportados mostrem uma percentagem elevada de crianças provenientes de grupos socioeconómicos mais baixos, as investigações epidemiológicas não evidenciam esta realidade (Berliner & Elliot, 1996; Butler, 2013; Leventhal, 1998; Loiselle & Friedman, 2003). Contudo, o nível educacional materno baixo parece associar-se a um maior risco de abuso sexual (Black *et al.*, 2001; Butler, 2013). Da mesma forma, raça e etnia também não parecem constituir-se como fator de risco (Loiselle & Friedman, 2003).

Não obstante o descrito anteriormente, não é possível determinar se os fatores de risco da criança associados ao aumento de ocorrência de abuso sexual constituem um antecedente ou uma consequência do abuso sexual, na medida que se verifica um forte efeito de revitimização na história da vitimização sexual (Black *et al.*, 2001).

4. *Modus Operandi* do Abusador Sexual de Crianças

O processo de *grooming* ou sedução consiste no processo conduzido pelo abusador sexual que remete para a identificação da criança, que se constitui como o alvo preferencial, e concomitante recolha de informação acerca dos seus interesses e vulnerabilidades. Deste modo, procura aceder à criança, introduzindo-se nos seus contextos de vida (i.e., desportos, religião, educação, *chats online*) e esforçando-se por satisfazer as suas necessidades (Galbreath, 2010; Lanning, 2010). Com a satisfação das necessidades, o abusador consegue ultrapassar as inibições da criança, ganhando e mantendo o seu controlo (e.g., através de uma relação de afetividade, de desafios ou ameaças), e, progressivamente, vai isolando a criança do seu meio envolvente (Lanning, 2010). Mais especificamente, a vitimização sexual da criança depende de vários fatores, a saber: a) capacidade do abusador sexual para selecionar a vítima e identificar e satisfazer as necessidades da mesma; b) tempo investido no processo; c) competência do abusador para seduzir e controlar a vítima e afastar os elementos do meio envolvente, impossibilitando que reconheçam o processo e que intervenham no mesmo (Lanning, 2010). Com o sucesso deste processo, o abusador sexual ganha a cooperação

inicial da vítima, diminuindo a probabilidade desta revelar o abuso e aumentando a probabilidade de prosseguir e repetir o comportamento abusivo (Lanning, 2010). Ou seja, um processo de *grooming* efetivo é aquele em que se assegura a aceitação da criança da atividade sexual, mas que também a mantém secreta (Galbreath, 2010). Com o objetivo de maximizar este efeito, o abusador separa a criança dos seus adultos significativos e meio ambiente, preparando-a para o abuso sexual. Desta forma, o abusador cumpre os seus objetivos de aceder à criança, ganhando a sua confiança e mantendo o seu sigilo, pelo que minimiza a probabilidade de a criança revelar (Craven *et al.*, 2006; Miller-Perrin & Perrin, 1999). Este processo fortalece o padrão abusivo do abusador e é utilizado para justificar ou negar as suas ações abusivas (Craven *et al.*, 2006).

Assim, os abusadores sexuais não abusam de todas as crianças às quais têm acesso, selecionando aquelas que lhes pareçam mais vulneráveis. Centram-se, sobretudo, nas crianças passivas, sossegadas, infelizes, que confiam facilmente nos outros e que revelam necessidade de cuidados (Berliner & Conte, 1990; Miller-Perrin & Perrin, 1999). A maioria das crianças é abusada por um adulto conhecido e a relação entre ambos pode alterar-se ao longo do tempo, através do processo de *grooming*, em que a criança é isolada (Berliner & Conte, 1990; Craven *et al.*, 2006).

Para Galbreath (2010), quando um abusador decide ter contato sexual com uma criança, escolhe uma vítima que corresponda aos seus interesses e desejos sexuais. Os interesses podem ser *hobbies*, modalidades de desporto ou outras atividades, e funcionam como um recurso a partir do qual o abusador acede à vítima. Os desejos sexuais refletem o tipo de crianças que excita sexualmente o abusador, podendo ser mais inclusivos (e.g., todas as crianças de certa idade) ou mais exclusivos (e.g., rapariga em idade escolar e sem qualquer característica sexual secundária). A combinação entre os interesses e os desejos sexuais do abusador constitui o grupo alvo.

A natureza do processo de *grooming* varia em função dos estádios de desenvolvimento, das necessidades e vulnerabilidades da criança escolhida e da natureza da relação com o abusador, sendo que o abusador que concretiza o abuso sexual com sucesso ajusta os seus métodos à criança selecionada (Lanning, 2010). Assim, os abusadores sexuais que preferem crianças mais novas, inicialmente seduzem os cuidadores da criança, no sentido de ganharem a sua confiança e obterem o acesso à potencial vítima, sendo que posteriormente, manipulam a criança para a relação sexual, utilizando estratégias que colmatem as necessidades da vítima. Por outro lado, os abusadores sexuais que preferem crianças mais velhas, aproveitam o tempo da criança quando esta está longe da sua família para a envolver nas estratégias específicas que visem as necessidades da criança, fazendo uso da rebeldia, inexperiência e curiosidade desta para a manipular no sentido da relação sexual. Alguns abusadores tornam-se amigos dos pais ou cuidadores da criança (e.g., oferecem-se para serem mentores) e trabalham no sentido de alienar a criança dos seus pais ou cuidadores (e.g., dizem à criança que os seus pais não querem que ela se divirta) (Lanning, 2010). Os perpetradores indicam que afastam a criança da sua família ou usam a família da vítima para facilitar o abuso, tornando-se um amigo de confiança da família, ou um recurso valioso. Assim, o abusador estabelece deliberadamente uma relação com a criança ou aprofunda uma relação já existente, com o objetivo de concretizar o abuso sexual (Craven *et al.*, 2006; Dunkerley *et al.*, 1994).

Embora se considere que um abusador sexual pode mais facilmente manipular e seduzir uma criança problemática que pertença a uma família disfuncional, constatou-se que qualquer criança pode ser seduzida por um qualquer adulto razoavelmente agradável e com competências interpessoais (Lanning, 2010). Por outro lado, é de referir que as crianças têm, muito frequentemente, conhecimentos vagos ou imprecisos acerca da temática da sexualidade sendo, por isso, mais facilmente seduzidas e manipuladas por abusadores adultos mais experientes. Observa-se ainda que, em função da sua idade e desenvolvimento cognitivo, muitas crianças são incapazes de compreender totalmente ou reconhecer a situação na qual são envolvidas (Lanning, 2010). Com efeito, o abusador sexual indica que faz uso de determinadas estratégias sofisticadas para separar a criança dos adultos que a podem proteger, condicionando-a através de recompensas ou punições (Conte *et al.*, 1989; Dunkerley *et al.*, 1994; Galbreath, 2010). No decorrer da relação que estabelece com a vítima, o abusador enceta ainda um esforço para dessensibilizar a criança ao toque sexual, tendo este comportamento do abusador mais êxito no cometimento do crime quando a criança sente que consentiu com o abuso sexual (Dunkerley *et al.*, 1994; Galbreath, 2010).

O processo de *grooming* ocorre, assim, de uma forma gradual. O primeiro passo pode iniciar-se com um sorriso, um toque físico subtil ou uma conversa com a criança alvo, sinalizando a resposta da criança à iniciativa do abusador, a forma como este deve prosseguir para um contato mais próximo. A relação entre a criança e o abusador consolida-se de forma progressiva e a possibilidade de toque físico e interação aumenta, podendo o abusador, paulatinamente, introduzir conversas com temáticas cada vez mais sexualizadas e passar de toques "acidentais" em diversas partes do corpo para os genitais e os seios da vítima, em contexto de brincadeiras, no sentido de avaliar o nível de cooperação da vítima (Dunkerley *et al.*, 1994; Galbreath, 2010; Miller-Perrin & Perrin, 1999). De forma típica, o abusador inicia a interação com um aparente toque acidental ou afetivo sendo que, posteriormente, prossegue para um toque de natureza sexual. Neste contexto, os abusadores tendem a deturpar os padrões morais ou a abusar da sua autoridade de adulto para seduzir a criança, justificando os comportamentos sexuais inapropriados, argumentando na maioria das vezes que o comportamento não é verdadeiramente sexual ou, mesmo quando reconhecem que é um comportamento sexual, consideram-no aceitável (e.g., "Isto é natural, tu és a minha filha!") (Miller-Perrin & Perrin, 1999). Alguns abusadores utilizam outras estratégias, como deixar material sexual acessível à criança, no sentido de suscitar a sua curiosidade para a temática sexual ou andar nu à frente da vítima, expondo os seus órgãos genitais (Galbreath, 2010).

Verifica-se que as estratégias utilizadas pelo abusador sexual para manipular e controlar a criança são influenciadas pelos interesses e os desejos sexuais do primeiro (Galbreath, 2010) e podem passar pela indução de *stress* ou de dor, pela atenção, afeto ou reconhecimento, pela oferta de presentes, álcool, substâncias ilícitas ou dinheiro à criança. Estas estratégias visam ultrapassar as inibições da criança e ganhar a sua cooperação e o seu "consentimento" no sentido da concretização da prática sexual abusiva (Lanning, 2010). Com base nas estratégias definidas, a relação entre vítima e abusador desenvolve-se gradualmente, ao longo do tempo, levando a criança a percecionar que está envolvida numa relação abusiva, embora acredite que a consentiu (Conte *et al.*,1989; Miller-Perrin & Perrin, 1999). Assim que o abusador percebe que a criança pode cooperar, envolve-a em

atividades sexuais progressivamente mais intrusivas (Dunkerley *et al.*, 1994; Galbreath, 2010; Miller-Perrin & Perrin, 1999). As estratégias centrais para a manutenção do abuso envolvem a capacidade do abusador para convencer a criança que a atividade sexual deve manter-se em segredo para que outros adultos não intervenham, no sentido de cessar o abuso (Craven *et al.*, 2006; Elliot & Briere, 1994). A criança mantém o segredo do abuso, uma vez que o abusador lhe dá atenção, dinheiro ou lhe compra brinquedos especiais em troca do seu silêncio (Craven *et al.*, 2006; Elliot *et al.*, 1995), podendo também oferecer-lhe presentes caros, obrigando-a a manter interações sexuais, no sentido de pagar a "dívida" (Galbreath, 2010). Outros abusadores oferecem álcool ou droga às suas vítimas e fazem-nas acreditar que, se o comportamento sexual for revelado, irão ambos para a prisão por consumirem substâncias ilegais. Muitas vezes, essas substâncias ilegais são também utilizadas para que as vítimas não se recordem do abuso (Galbreath, 2010). Há ainda abusadores que recorrem ao uso de ameaças, indicando que magoam a família, amigos ou animais de estimação da vítima; que destroem os seus pertences; que irão colocá-la num local assustador; ou que irão mostrar fotografias suas, em atos sexuais, aos pais (Elliot *et al.*, 1995; Galbreath, 2010). Atos de agressão são também, muitas vezes, utilizados para reforçar o segredo, sendo mais frequentes nos abusos extrafamiliares (Budin & Johnson, 1989; Conte *et al.*, 1989; Lang & Frenzel, 1988). Salienta-se que as vítimas que são seduzidas através de estratégias complacentes tendem a apresentar taxas de revelação mais baixas e de revitimização mais elevadas, pois tendem a voltar voluntariamente para a situação abusiva. A não revelação do abuso sexual parece resultar, no caso das crianças mais novas, do fato destas acreditarem que fizeram alguma coisa "errada" ou "má" e, como tal, temem as consequências, ao passo que as crianças mais velhas parecem apresentar-se envergonhadas e constrangidas com a situação (Lanning, 2010). Por outro lado, concluiu-se que algumas vítimas não só não revelam o que aconteceu, como muitas vezes negam o sucedido quando confrontadas com a suspeita (Lanning, 2010).

Embora a maioria dos abusadores sexuais não utilize estratégias violentas para aceder às suas vítimas, recorrendo, como referido anteriormente, a estratégias complacentes que visam a manutenção das mesmas na situação abusiva, observa-se que alguns abusadores envolvem as vítimas em tentativas de coerção, levando-as para locais onde a vítima não tem segurança (e.g., em local "descampado"; na casa do abusador - local desconhecido da vítima); outros acedem a pornografia via *internet*, e outros, ainda, fazem turismo sexual fora dos seus países de residência. Uma minoria de abusadores rapta, mutila sexualmente e/ou mata as suas vítimas (Galbreath, 2010).

Sintetizando, de acordo com Berliner e Conte (1990), identificam-se três processos diferentes, mas sobreponíveis, no processo de *grooming*:

- sexualização da relação: surge gradualmente e no contexto de um contato afetivo regular ou no âmbito de atividades físicas comuns (e.g., dar banho, limpar, massajar, aconchegar, lutar e fazer cócegas), tornando-se a relação, progressivamente, mais sexual e assumindo formas mais intrusivas de atividade sexual. O toque genital pode ser percetível pela criança como um toque acidental ou, no caso de uma criança muito nova, esta pode nem perceber a natureza sexual do toque.

- cooperação: refere-se à forma como a criança é envolvida na relação sexual, no sentido da sua manutenção e prevenção da revelação. Assim, o abusador sexual pode alcançar a cooperação da criança através de ameaças e intimidações, fazendo uso das vulnerabilidades da criança no sentido do seu controlo e usando formas evidentes de coerção. Esta abordagem serve para o abusador se convencer do "consentimento" da criança e reduzir a sua responsabilidade, sendo um método comum para o efeito a exploração das necessidades comuns da criança que correspondem a sentir-se amada, valorizada e cuidada pelos pais. Podem também explorar a necessidade da criança querer proteger os seus familiares, obrigando-a a silenciar o abuso, sob pena de prejudicar a família. Neste sentido, a criança apresenta dificuldade em entender que o comportamento do abusador é intencional; contudo, o abusador está a implementar um plano definido e premeditado.

- justificação do contato sexual: a maioria dos abusadores justifica ou racionaliza o seu comportamento abusivo. As formas mais comuns traduzem-se na verbalização por parte do abusador de que os seus comportamentos não têm uma natureza sexual ou, embora reconhecendo esta natureza, consideram-na aceitável. Podem referir que se trata de educação ou preparação sexual, sendo que outros podem fazer crer que se trata de um jogo ou de uma inspeção ao corpo da criança. Podem ainda também convencer a criança que já é adulta, pelo que estará pronta para iniciar este tipo de relação. Outros abusadores não verbalizam nada, mas asseguram-se da cooperação da criança através de ameaças e persuasões.

De fato, os abusadores sexuais revelam diversas distorções cognitivas e o estudo da etiologia do abuso sexual tem-se centrado na investigação acerca dessas distorções enquanto elemento facilitador da ocorrência do comportamento sexual abusivo. Abel, Becker e Cunningham-Rather (1984) definiram distorções cognitivas como um sistema de cognições ou crenças, especificando as perceções e justificações que os abusadores sexuais utilizam para justificar os seus comportamentos sexualmente abusivos contra crianças. A teoria destes autores postula, com base na teoria da aprendizagem social, que os rapazes, no contexto de um desenvolvimento normal, aprendem a inibir a excitação sexual perante estímulos inapropriados e socialmente desaprovados. Por alguma razão, um número reduzido de rapazes não apreende este mecanismo inibitório e, consequentemente, na fase adulta, apresenta práticas e fantasias sexualmente inapropriadas. Com o objetivo de lidarem com a dissonância cognitiva entre o que é socialmente aceite e os seus comportamentos sexuais inapropriados, desenvolvem crenças ofensivas pró-sexuais que enquadram as suas ações e pensamentos como sendo aceitáveis.

Mais recentemente, Ward (2000) propõe uma nova teoria, sugerindo que as crenças dos abusadores sexuais que suportam os seus crimes são produto de esquemas ou teorias implícitas que os abusadores utilizam para dar sentido ao seu ambiente envolvente. As suas teorias implícitas apresentam conteúdo antissocial, como resultado de adversidade que os abusadores vivenciaram na sua infância. Assim, Ward (2000) hipotetizou cinco teorias associadas às cognições dos abusadores sexuais:

a) A criança como ser sexual: a criança é percecionada como um ser sexual e como gostando de estabelecer relações sexuais, mesmo com adultos (e.g., a criança saltar para o colo ou mostrar afeto através de beijos é interpretado como tendo "conhecimento sexual");

b) Natureza da agressão: apenas as agressões físicas são vistas como efetivas agressões, ou o comportamento sexual é percecionado como inofensivo;

c) Mundo perigoso: o mundo é percecionado como hostil e composto por indivíduos ameaçadores ou exploradores. As crianças podem ser sentidas, ou como perigosas, exigindo controlo através da prática abusiva, ou como a única fonte de refúgio e segurança, constituindo-se como parceiros sexuais;

d) Direito: os abusadores revelam-se autocentrados, percecionando as suas necessidades como prioritárias, pelo que consideram legítima a utilização de crianças para a satisfação das suas necessidades sexuais;

e) Incontrolabilidade: os abusadores revelam-se incapazes de controlar os seus impulsos e emoções, podendo o abuso sexual ser desencadeado por qualquer fator que escape ao seu controlo (e.g., impulsos sexuais, droga, álcool ou uma experiência extremamente eufórica ou stressante).

Posteriormente, surgiu o Modelo de Julgamento das Distorções Cognitivas (*The Judgment Model of Cognitive Distortions*) (Ward, Gannon, & Keown, 2006), que postula que as distorções cognitivas envolvem julgamentos dos abusadores sexuais acerca dos outros, do meio envolvente e do significado das suas próprias ações, que resultam no comportamento sexual abusivo. Os julgamentos baseiam-se em crenças, valores e ações. Por exemplo, perante perguntas de uma criança acerca da sexualidade, os abusadores sexuais podem percecionar que essa criança está a procurar ativamente o ato sexual.

Deste modo, verifica-se que os abusadores usam uma variedade de distorções cognitivas para evitar confrontar-se com a realidade e com a severidade e desvio do seu comportamento abusivo (Thakker, Ward, & Navathe, 2007). Assim, utilizam desculpas para negar a responsabilidade das suas ações e para se defenderem do conhecimento negativo que têm acerca dos próprios comportamentos abusivos que desenvolvem. As desculpas envolvem fatores psicológicos de mitigação, como a negação do fato (e.g., “a criança está a mentir”), a negação da responsabilidade (e.g., “a criança é que me procurou”), a negação da intenção sexual (e.g., “Eu só fui afetuoso”), a negação da ilicitude (e.g., “ a criança gostava disto”), a negação da autodeterminação (e.g., “a minha mulher não quer dormir comigo” ou “Eu fui abusado quando criança”) (Pollock & Hasmall, 1991).

Assim, as distorções cognitivas relacionam-se com as características ou comportamentos da criança (e.g., “ela provocou-me, ela quer que eu faça isto”) ou com a prerrogativa do abusador (e.g., “é suposto a criança fazer o que eu quero e satisfazer as minhas necessidades”). Alguns abusadores indicam que a resposta da criança encoraja-os (e.g., “ela não disse que não, por isso estava tudo bem”) ou que as suas ações não são dolorosas para a criança (e.g., “ela estava a dormir, por isso nunca saberá o que eu fiz”) (Neidigh & Krop, 1992). Outros abusadores julgam que a sociedade irá tolerar um certo nível de interesse sexual pelas crianças, desde que a criança não seja envolvida numa relação sexual (Lawson, 2003).

Os abusadores sexuais podem classificar-se como preferenciais ou situacionais, discriminando-se os abusadores que escolhem a criança como fonte primária de gratificação sexual e que apresentam elevados níveis de congruência emocional com a mesma (preferenciais), daqueles

que praticam o crime apenas sob determinadas circunstâncias (situacionais) (Bickley & Beech, 2002; Galbreath, 2010).

De salientar que os abusadores preferenciais tendem a apresentar distorções cognitivas caraterizadas pela perceção que as crianças são sexualmente sofisticadas, que interessam-se por contatos sexuais com adultos, que são capazes de consentir e que não se magoam com estes contatos. Assim, a legitimação do contato sexual com crianças apresenta-se como um fator precipitante e de manutenção do comportamento sexual abusivo, não considerando o abusador o ato sexual como uma agressão. Os abusadores situacionais apresentam interesses heterossexuais em relação a adultos, escolhendo as crianças como escape enquanto não dispõem de parceiros adultos. Apresentam menor número de distorções cognitivas em relação aos contatos sexuais com crianças que consideram inapropriados, avaliando-se negativamente quando abusam sexualmente de uma criança, pelo que se caracterizam por estados afetivos negativos e por esconder os planos que delineiam com o objetivo do abuso (Bickley & Beech, 2002; Galbreath, 2010).

De uma forma geral, atendendo às correntes teóricas mais recentes, tem sido sugerido que a ocorrência do abuso sexual assenta num conjunto de mecanismos psicológicos disfuncionais condicionados por fatores distais e proximais (Ward & Siegert, 2002). Neste sentido, a concretização do comportamento abusivo resulta da interação de quatro mecanismos psicológicos: défices sociais e no estabelecimento de relações de intimidade, esquemas sexuais distorcidos, desregulação emocional e distorções cognitivas (Ward & Siegert, 2002). Mais especificamente e conforme a Teoria Integrativa da Agressão Sexual (Thakker *et al.*, 2007), o comportamento sexual abusivo ocorre devido à interação contínua dos fatores biológicos (influenciados pela herança genética e desenvolvimento cerebral) e neuropsicológicos do abusador e seu nicho ecológico (distal e proximal, relativo às condições pessoais, sociais e culturais). A confluência destes fatores parece explicar a existência de determinados problemas clínicos (fatores estado) presentes nos abusadores sexuais, tais como o interesse sexual desviante, distorções cognitivas, problemas emocionais e dificuldades sociais do abusador, sendo estes fatores estado que conduzem ao aparecimento dos comportamentos sexuais abusivos. Quando este comportamentos ocorrem, efetua-se uma retroação positiva sobre os mesmos, conduzindo à manutenção e/ou agravamento do comportamento abusivo sexual, através da modificação de fatores ambientais e alterações do funcionamento psicológico do indivíduo (Ward & Beech, 2006).

5. Prevenção

Um desenho eficaz de programas de prevenção de abuso sexual pressupõe um estudo aprofundado acerca do processo de *grooming* encetado pelo abusador sexual, implicando conhecimento sobre o processo pelo qual o abusador sexual identifica a vítima e a mantém na situação abusiva (Conte *et al.*, 1989; Craven *et al.*, 2006). Visa-se, com este tipo de programas, a proteção das potenciais vítimas ou evitamento de processos de revitimização, com base na compreensão dos fatores de risco associados à problemática do abuso sexual.

Embora as vítimas não tenham culpa, nem sejam responsáveis pela situação de abuso, a literatura tem demonstrado que o abusador sexual tem uma capacidade especial para identificar crianças (Black *et al.*, 2001) cujas características pessoais, familiares e situacionais conduzem a uma maior vulnerabilidade e manutenção na situação de abuso sexual (Craven *et al.*, 2006; Elliot *et al.*, 1995). O abusador, para além de se mostrar hábil na identificação da vítima, também se revela competente em convencê-la a interagir sexualmente com ele. Assim, se se conhecer de forma mais aprofundada o *modus operandi* pelo qual o agressor sexual atua junto da sua vítima, maior poderá ser o sucesso no desenho de programas de prevenção primária de abuso sexual (Conte *et al.*, 1989; Elliot *et al.*, 1995).

Berliner e Conte (1990) sugeriram que vítimas e abusadores reconhecem o processo de *grooming*, sendo que o abusador compreende e controla o processo, mas a vítima apenas o reconhece retrospetivamente. Muitos abusadores referem que abandonariam o processo se a criança recusasse ou resistisse, pese embora, apenas algumas crianças sintam que se dissessem não, o abuso pararia. Pelo contrário, a maioria delas considera que o abuso continuaria e seria ainda mais doloroso (Berliner & Conte, 1990). Só após o término do processo de abuso sexual as crianças parecem acreditar que, se tivessem revelado à mãe ou a outra figura de referência, poderiam cessar o comportamento abusivo. Nessa altura, admitem que teriam denunciado o abuso sexual de que foram vítimas, logo após o primeiro contato sexual, se acreditassem que o abuso cessaria (Berliner & Conte, 1990). Para os abusadores, a ameaça da criança que vai no sentido de contar a alguém constitui-se como o elemento com maior impacto para a cessação do abuso sexual (Berliner & Conte, 1990).

Tendo em conta os conhecimentos empíricos acerca do *modus operandi* dos abusadores sexuais, as estratégias preventivas que têm sido definidas orientam no sentido de que as crianças saibam que ninguém lhes pode tocar nos órgãos genitais, exceto em situações relacionadas com as rotinas de higiene ou prestação de cuidados de saúde (Berliner & Conte, 1990). Não obstante o referido, algumas práticas conducentes à concretização do abuso sexual, iniciam-se nessas situações específicas, pois é acessível ao abusador e pode confundir-se com práticas regulares de prestação de cuidados às crianças (Berliner & Conte, 1990; Lawson, 2003). Por outro lado, indica-se a importância da explicação à criança sobre o processo de dessensibilização ao toque, comummente utilizado pelos abusadores, especificando-se a escalada do toque "acidental" para o toque sexual à vítima. Embora esta situação possa conduzir a uma suspeição indiscriminada face a qualquer toque (Berliner & Conte, 1990), é imprescindível ensinar à criança que os toques "acidentais" constituem sinais que a mesma não deve aceitar, devendo fugir da situação e contar a alguém em quem confie (Budin & Johnson, 1989; Elliot *et al.*, 1995).

Os progenitores deverão constituir-se como os interlocutores principais da revelação do abuso (quando não são os abusadores), e para que tal aconteça, devem promover a comunicação adequada com os filhos, para que estes lhes contem se algum comportamento sexual abusivo ocorrer (Elliot *et al.*, 1995; Wurtele, 2009). Por seu turno, demonstra-se apropriado ensinar às crianças que ao "aceitarem" toques não sexuais, não significa que estão a consentir todos os toques (Berliner & Conte, 1990). Parece útil ensinar à criança que pode retirar o seu consentimento a qualquer altura e

que o consentir uma ação não significa que se consinta outra, ainda que similar (Conte *et al.*,1989). Demonstra-se igualmente pertinente explorar com a criança o seu entendimento acerca do consentimento e da responsabilização das ações em que se encontra envolvida (Conte *et al.*,1989). Os abusadores sexuais tendem a levar as vítimas a responsabilizarem-se pela sua vitimização, argumentando que o abuso sexual ocorre com a sua permissão (Lawson, 2003). No entanto, quando a criança tenta exercer a sua pseudoautoridade, os abusadores recorrem ao seu estatuto de adulto, manipulando a criança através de deturpações relacionadas com os padrões sexuais e abusando da sua autoridade, no sentido do isolamento da criança face às suas fontes de proteção e suporte (Lawson, 2003).

No caso do abuso sexual intrafamiliar, e quando este ocorre de forma incestuosa, os indivíduos fazem uso da sua posição de pais para ganhar a cooperação da criança, sem utilizar recompensas ou punições. Deste modo, os programas de prevenção devem incluir esta informação. Contudo, o alerta acerca de comportamentos sexualizados inapropriados por parte dos pais deve ser realizado de uma forma que não comprometa a confiança da criança em comportamentos parentais inocentes e apropriados (Budin & Johnson, 1989).

Outra situação controversa reside na necessidade de ensinar à criança que um potencial abusador poderá ser familiar ou amigo, na medida que os fatores associados a relações familiares ou de amizade, ainda que abusivas, podem parecer positivas (e.g., dar atenção à criança) (Conte *et al.*,1989). Neste sentido, as famílias devem ser informadas que os abusadores não se caracterizam com base no seu estado civil ou classe social, sendo que, na maioria das vezes, é uma pessoa conhecida da família e considerada uma pessoa de confiança (Elliot *et al.*, 1995; Smallbone *et al.*, 2001). Com efeito, os pais devem atender especialmente aos indivíduos que se vinculam à família e que se oferecem para tomar conta das crianças fora ou dentro de casa, ou aqueles que manifestam interesse em ensinar jogos ou acompanhar as crianças a atividades de lazer (Craven *et al.*, 2006; Elliot *et al.*, 1995). Neste seguimento, as crianças também devem ter conhecimento que os *babysitters* ou alguém que os acompanhe nas suas atividades e rotinas não poderão oferecer recompensas "especiais" (e.g., um *babysitter* que permita que a criança fique até mais tarde e lhe peça para não contar aos pais) (Elliot *et al.*, 1995).

Diversos estudos têm ainda sugerido que os abusadores sexuais que procuram crianças para cometer abuso sexual fora de casa, movimentam-se em locais públicos que atraiam crianças, como parques infantis e centros comerciais, ou assistem a eventos nos quais as crianças participam, especialmente na ausência dos pais ou principais cuidadores. Deste modo, é importante ensinar as crianças a não responderem a iniciativas de desconhecidos, nestes locais, e avisá-las que a abordagem do abuso não é, por norma, ameaçadora (Budin & Johnson, 1989; Elliot *et al.*, 1995).

Constituindo o segredo um fator vital das estratégias do abusador, considera-se que a criança deverá ser ensinada a não guardar segredos, mesmo que alguém lhe peça e deverá ser alertada para o facto de o abusador começar por testar a vítima com segredos não ameaçadores (e.g., oferece uma guloseima e pede para a criança não contar a ninguém, alegando que as outras crianças ficarão com inveja), experimentando-a e iniciando, assim, um estratagema para a seduzir para a teia do abuso (Craven *et al.*, 2006; Elliot *et al.*, 1995). Assim, importa sensibilizar a criança para o facto de

existirem bons "segredos" e "maus segredos", explicando-lhe que os "maus segredos" são aqueles que a fazem sentir incomodada, assustada ou triste e que, por essa razão, deve contá-los a alguém de confiança (Budin & Johnson, 1989).

Face ao exposto, os programas de prevenção de abuso sexual deverão incluir educação parental, no sentido de envolver os progenitores na vida dos filhos. Sendo o abuso sexual o resultado de um processo longo de *grooming*, no qual o abusador procura aprender sobre o que a criança gosta e com o que se preocupa, colmatando posteriormente as suas necessidades, se houver participação parental na vida dos filhos, incrementa-se a autoestima da criança e a satisfação das suas necessidades pelos pais, reduzindo-se o sucesso de processo de *grooming* (Budin & Johnson, 1989; Wurtele, 2009). Tem sido também apontado que os pais incestuosos não se envolvem na prestação dos cuidados aos filhos, pelo que o envolvimento na vida dos mesmos poderia afastá-los da perpetuação do abuso (Budin & Johnson, 1989). Um papel fundamental dos progenitores ou substitutos assenta na educação dos filhos, com o objetivo da promoção da sua autoconfiança e assertividade, desenvolvendo-se autoestima. Com base no sentimento de que é valorizada e amada, a criança torna-se menos vulnerável ao eventual abuso sexual (Craven *et al.*, 2006; Elliot *et al.*, 1995).

MacIntyre e Carr (2000) constataram, através da análise de diferentes programas de prevenção primária de abuso sexual, que os mesmos partilham cinco conceitos básicos que devem ser esclarecidos junto das crianças:

a) Corpo enquanto propriedade – ensinar às crianças que têm o direito de controlar o acesso ao seu corpo;

b) *Continuum* de toques – ensinar às crianças que determinados toques são aceitáveis enquanto outros não são;

c) Intuição – ensinar às crianças que devem confiar em si próprias para saber o que é certo ou aceitável;

d) Dizer não - ensinar às crianças a dizer não;

e) Contar - ensinar às crianças que devem contar a um adulto se alguém lhes tocar de forma "errada" ou que as faça sentir mal.

Enfatiza-se nestes programas a necessidade de as crianças dizerem não ao possível perpetrador do comportamento sexual abusivo contra ela, e contar a alguém de confiança, caso essa situação ocorra (Budin & Johnson, 1989; Daro,1996; Dunkerley *et al.*, 1994).

Da avaliação dos programas de prevenção do abuso sexual, concluiu-se que estes devem ser ministrados de forma repetida e periódica, no sentido de aumentar a probabilidade de retenção da informação apreendida. Esta repetição parece particularmente importante junto de crianças mais novas, tendo em conta as suas especificidades ao nível da memória. Por outro lado, os tópicos abordados e a sua forma de apresentação devem ter em conta a idade e nível de desenvolvimento das crianças alvo, com o objetivo de assegurar uma maior compreensão e assimilação das temáticas (Budin & Johnson, 1989; Wurtele, 2009).

De acordo com Daro (1996), os programas de prevenção focados na criança apresentam resultados positivos no que diz respeito à capacidade desta evitar o comportamento abusivo ou

manter-se envolvida nesse comportamento, maximizando-se os resultados quando os programas possuem as seguintes características:

a) Efetuam treino comportamental de estratégias de prevenção e fornecem *feedback* acerca da performance da criança, facilitando a representação da situação de abuso sexual e das interações abusador – vítima correspondentes;
b) Adequam os currículos ao nível de desenvolvimento da criança e ajustam os materiais utilizados às características cognitivas e capacidade de aprendizagem da criança;
c) Recorrem à apresentação do material de forma estimulante e variada, visando manter a atenção e reforçar a informação apreendida, quando a população alvo remete para crianças mais novas;
d) Promovem comportamentos assertivos, competências comunicacionais e relacionadas com a tomada de decisões que a criança utiliza diariamente e não apenas perante uma situação de eventual abuso sexual;
e) Incentivam a necessidade da criança contar a alguém de confiança, caso esteja a ser tocado de forma continuada e isso a faça sentir aflita;
f) Desenvolvem programas de prevenção primária incluídos nos currículos escolares com uma componente prática;
g) Criam treinos formais dirigidos a professores e pais, especialmente quando a população alvo são crianças mais pequenas;
h) Desenvolvem programas fora do âmbito escolar e oportunidades de discussões destinadas a determinados grupos de alto risco (e.g., vítimas, pais de pré-adolescentes).

Assim, tem-se constatado que a informação transmitida às crianças acerca das dinâmicas do abuso sexual, bem como o encorajamento para a revelação, são temáticas apreendidas pelas crianças expostas aos programas de prevenção. No entanto, ainda não é inequívoco que os programas atinjam o seu objetivo de evitar o abuso sexual (Berliner & Conte, 1990). Os fatores associados a uma maior taxa de apreensão dos conceitos expostos nos programas de prevenção relacionam-se com o nível de autoestima da criança, a exposição prévia aos conceitos e a idade. As crianças mais velhas aprendem mais facilmente conceitos mais complexos quando comparadas com as crianças mais jovens (Daro, 1991). Nem todas as crianças reagem de igual forma a este tipo de programas, parecendo menos eficazes aqueles programas que apresentam conceitos mais abstratos para o público-alvo, que incentivam as crianças a utilizar técnicas de autodefesa para afastar os abusadores e que são impostos às comunidades, ao invés de escolhidos pelas mesmas (Daro, 1991; Wurtele, 2009). Desta forma, no sentido de potenciar a eficácia dos programas de prevenção tem-se excluído a abordagem de conceitos abstratos como "bom toque " *vs.* "mau toque", enfatizando-se a promoção de competências relacionadas com o comportamento assertivo, comunicacional e de tomada de decisões, assim como a intervenção comunitária (Daro, 1991; Wurtele, 2009). Por exemplo, pretendendo a capacitação e conhecimento individuais e visando a intervenção comunitária, o "Prevention Institute: Putting prevention at the center of community well-being" disponibiliza o guião de prevenção *Transforming Communities to Prevent Child Sexual Abuse and Exploitation: A Primary Prevention Approach* (2009), que pode ser adaptado às necessidades de cada comunidade.

Os programas de prevenção de abuso sexual têm sido alvo de algumas críticas, sugerindo-se que são criadas expetativas irrealistas, fazendo-se a crer que apenas pela educação das crianças acerca das temáticas relacionadas com o abuso sexual, se consegue prevenir o comportamento sexual abusivo por parte dos abusadores sexuais. Por outro lado, também se aponta que é criada uma ansiedade desnecessária nalgumas crianças expostas a estes tipos de programas, principalmente as mais pequenas, podendo desenvolver-se um sentimento de insegurança em relação às próprias figuras de referência, como sejam os pais (Daro, 1991; Wurtele, 2009).

Os programas de prevenção de abuso sexual mais recentes têm sido desenhados com base nas premissas do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), que enfatizam que o comportamento de um determinado indivíduo ocorre num contexto, e examinam as transações bidirecionais entre o indivíduo e o sistema onde ele interage. Neste sentido, os programas promovem intervenções nos contextos individuais, relacionais, comunitários e culturais. Especificamente, visam contextos mais abrangentes, procurando influenciar políticas e legislação, alterar práticas organizacionais, promover redes e coligações e fomentar a educação comunitária, mas também contextos menos abrangentes (i.e., mais proximais), pretendendo fortalecer conhecimentos e competências individuais (Kenny & Wurtele, 2012). Assim, educam-se as crianças, as famílias, os profissionais e a comunidade em geral em relação à temática do abuso sexual, pretendendo-se, concomitantemente, modificar leis, políticas e normas socais, no sentido de promover a intolerância a qualquer tipo de abuso sexual (Kenny & Wurtele, 2012). Deste modo, o primado da intervenção não se foca na educação das crianças, mas na educação dos seus pais/cuidadores e na modificação dos ambientes onde o abuso sexual ocorre, passando a responsabilizar-se o meio envolvente quanto às estratégias preventivas, em detrimento da vítima (Wurtele, 2009).

Recentemente, tem-se enfatizado e demonstrado a eficácia de programas de intervenção que se baseiam em ações comunitárias colaborativas, intervindo-se nas necessidades das comunidades e com as comunidades, visando as mudanças das suas condições e alcançando-se, assim, mudanças ao nível dos comportamentos e fatores de risco dos indivíduos da comunidade que se associam à prática do abuso sexual. Esta intervenção objetiva fornecer visibilidade pública ao fenómeno do abuso sexual de crianças e, assim, criar comunidades mais protetoras, que mais facilmente detetem situações de abuso sexual e possuam conhecimentos sobre a forma mais ajustada de responder a essa situação (Kenny & Wurtele, 2012).

Por outro lado, tendo-se conhecimento que o abuso sexual constitui um fenómeno transversal, se atendermos às variáveis demográficas (e.g., idade e sexo da vítima), às condições sociodemográficas (e.g., classe social a que pertence a família) e às características individuais (e.g., presença ou não de deficiência, presença ou não de problemas de comportamento) da vítima (Galbreath, 2010; Putnam, 2003), torna-se pertinente que os programas de intervenção incluam soluções compreensivas do fenómeno e se adaptem aos vários segmentos específicos da população sobre a qual intervêm (Kenny & Wurtele, 2012).

Da revisão bibliográfica efetuada, conclui-se que a literatura de referência acerca do fenómeno do abuso sexual tem investigado, aprofundadamente, os fatores de risco presentes na

potencial vítima e descrito, detalhadamente, o *modus operandi* dos abusadores sexuais. No entanto, identificam-se poucos estudos que foquem o ajustamento específico entre os fatores de risco da criança e o *modus operandi* do perpetrador, propondo-se o presente trabalho explorar a interação entre essas duas condições. Considera-se que o conhecimento empírico dessa dinâmica contribui, significativamente, para o desenho fundamentado de programas de prevenção primária do abuso sexual.

Capítulo II: Estudo Empírico

1. Objetivos

Com o presente estudo, propõe-se a investigação do *modus operandi* dos abusadores sexuais de crianças, condenados por crimes contra a autodeterminação sexual, procurando-se descrever as características pessoais, familiares e situacionais das crianças abusadas que estarão na base da seleção e manutenção destas vítimas na situação de abuso sexual. Mais especificamente, através de entrevistas presenciais com abusadores sexuais, pretende-se averiguar quais as características das crianças que as tornam vulneráveis à concretização do crime. Deste modo, com a prossecução dos objetivos delineados, recolher-se-á conhecimento empírico passível de contribuir para a fundamentação do desenho de programas de prevenção primária de abuso sexual de crianças.

2. Método

2.1. Participantes

O processo de seleção dos participantes baseou-se no seguinte critério único: indivíduos condenados por crimes contra a autodeterminação sexual, que assumam a autoria do crime. No sentido de recrutar os participantes, a equipa de investigação solicitou colaboração à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP], entidade que tutela os Estabelecimentos Prisionais, assim como à Associação 'O Companheiro', entidade que acompanha ex-reclusos, no sentido de obter autorização para a realização de entrevistas com os respetivos utentes. Obteve-se parecer favorável por parte da DGRSP, que indicou o Estabelecimento Prisional da Carregueira para a recolha dos dados, bem como da parte da Associação 'O Companheiro'. Embora esta Associação tenha demonstrado disponibilidade para colaborar, após auscultação dos beneficiários que reuniam os critérios para participar no estudo, os mesmos recusaram ser entrevistados.

Participaram na investigação 33 reclusos condenados por crimes contra a autodeterminação sexual, a cumprir pena no Estabelecimento Prisional da Carregueira. Das 33 entrevistas realizadas, duas foram consideradas não válidas, uma vez que os entrevistados não assumiram a autoria do crime praticado, remetendo a informação fornecida para o que sabiam, através dos órgãos de comunicação social, sobre o assunto e não para a própria experiência em relação aos atos praticados.

A amostra é constituída por 31 abusadores sexuais, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 24 e os 70 anos de idade (M = 46, DP = 11.47). Da análise das caraterísticas sociodemográficas, salienta-se que a maioria dos entrevistados apresenta o estado civil de divorciado (n = 15) e há uma predominância de indivíduos que concluíram o primeiro ciclo (n = 10), sendo que o grupo mais predominante, de seguida, é aquele que corresponde aos indivíduos que frequentaram o ensino secundário (n = 8) (cf. Quadro 2.1.). A maioria dos indivíduos entrevistados apresentava-se, à data da condenação, em situação ativa de emprego (apenas um indivíduo encontrava-se desempregado), exercendo a maioria dos participantes profissões não diferenciadas, registando-se

dois indivíduos com profissões diferenciadas (um era advogado e outro enfermeiro massagista) e dois indivíduos que se identificavam como empresários.

Quadro 2.1.

Características Sociodemográficas dos Participantes

	Frequência	Percentagem (%)
Estado Civil		
Casado	7	22.6
Divorciado	15	48.4
Solteiro	7	22.6
União de Facto	2	6.5
Habilitações Literárias		
Primeiro Ciclo	10	32.3
Segundo Ciclo	6	19.4
Terceiro Ciclo	5	16.1
Secundário	8	25.8
Licenciatura	1	3.2
Mestrado	1	3.2

No que concerne ao enquadramento legal dos indivíduos entrevistados, conforme informação reportada pelos mesmos, observa-se que uma predominância dos indivíduos foi condenada por crime de abuso sexual (n = 26) (cf. Quadro 2.2). As condenações ocorreram entre os anos de 2005 e 2013, tendo os indivíduos sido condenados entre 2.5 e 18 anos (M = 7.69, DP = 3.06) e já tendo cumprido pena de prisão entre 0.5 e 6.5 anos (M = 3.74, DP = 1.48).

Quadro 2.2.

Crimes que Conduziram à Condenação dos Entrevistados[5]

	Frequência	Percentagem (%)
Abuso sexual	26	83.8
Abuso sexual e pornografia de menores	2	6.5
Abuso sexual de forma tentada	2	6.5
Pornografia, prostituição de menores, coação e ameaça agravada	1	3.2

[5] Os crimes que conduziram à condenação dos entrevistados, incluem-se nos crimes contra a autodeterminação sexual, tipificados nos artigos 171º a 178º do Código Penal (2007) (cf. Anexo A).

2.2. Instrumento

A recolha de dados junto dos participantes efetuou-se com base num guião de entrevista semi-estruturada, construído intencionalmente para esta investigação. A construção do guião assentou na revisão bibliográfica efetuada acerca da problemática do abuso sexual de crianças, e especificamente do *modus operandi* dos abusadores, com um enfoque particular nas características das crianças abusadas.

O guião da entrevista continha questões de natureza aberta que permitiam ao entrevistado descrever e refletir sobre as suas experiências (Charmaz, 2006) (cf. Anexo B) e foi elaborado com o objetivo de recolher informação acerca das seguintes temáticas fundamentais:

1. Caracterização do abusador sexual (i.e., dados demográficos dos participantes);
2. Enquadramento legal (i.e., dados relativos à condenação dos participantes);
3. Conceptualização do abuso sexual (i.e., definição de abuso sexual pelos participantes);
4. Caracterização das vítimas (i.e., características pessoais, familiares e situacionais da(s) criança(s) abusada(s) identificadas pelos participantes);
5. Seleção e recrutamento da(s) vítima(s) (i.e., *modus operandi* dos participantes na escolha da(s) vítima(s));
6. Concretização do comportamento abusivo (i.e., *modus operandi* dos participantes para concretizar o abuso sexual);
7. Manutenção do comportamento abusivo (i.e., estratégias adotadas pelos participantes para manter o abuso sexual);
8. Cessação do comportamento abusivo (i.e., razões que conduziram à cessação do abuso sexual pelos participantes);
9. Orientações para a prevenção do abuso sexual (i.e., estratégias de prevenção do abuso sexual consideradas pelos participantes).

Com efeito, optou-se pela aplicação de uma entrevista semi-estruturada para se aceder diretamente às perspetivas e crenças dos participantes, sem direcionar ou enviesar as respostas, promovendo-se a espontaneidade no discurso do entrevistado (Charmaz, 2006). Por outro lado, a técnica foi escolhida por se coadunar com a metodologia *Grounded Theory*, permitindo analisar o sentido que os entrevistados dão às suas experiências, procurando-se compreender os valores, referências normativas e interpretações subjacentes às mesmas experiências (Quivy & Campenhoudt, 2008) e possibilitando a análise exaustiva dos dados recolhidos, que através de um processo indutivo, visa gerar uma teoria (Charmaz, 2006).

As características de flexibilidade e pouca diretividade associadas à aplicação do instrumento escolhido permitem obter elementos de análise ricos e profundos. Contudo, não se pode deduzir que o entrevistado será completamente espontâneo e que o entrevistador será totalmente neutro (Charmaz, 2006; Quivy & Campenhoudt, 2008). Neste sentido, com o objetivo de o entrevistado ficar mais confortável e de eliminar as suas resistências face a esta situação desconhecida, bem como de cumprir os requisitos éticos em investigação com seres humanos, o entrevistador explicitou os objetivos do estudo e solicitou consentimento ao entrevistado (cf. Anexo C). Mais especificamente,

procurou-se que o participante se sentisse associado à investigação e entendesse que o seu ponto de vista é determinante para o estudo (Albarello, Digneffe, Hirnaux, Maroy, & Ruquoy, 2005).

2.3. Procedimento

Numa primeira fase, as entidades que colaboraram no estudo selecionaram os indivíduos (que preenchiam o critério definido pela equipa de investigação) disponíveis para participar e forneceram-lhes informação acerca da natureza da investigação, assim como dos seus principais objetivos. Por outro lado, expuseram-lhes, de forma sucinta, a informação constante no consentimento informado, com o objetivo de preparar os participantes para a entrevista. Desta forma, verificaram-se eventuais resistências à participação ou necessidade de esclarecimentos adicionais, atendendo aos conteúdos explorados na entrevista, procurando evitar-se a recusa à colaboração. Nesta fase, embora a equipa de investigação não tenha estado presente no local, manteve-se sempre disponível para apoiar na resolução de eventuais constrangimentos no processo de preparação dos entrevistados, nomeadamente fornecendo esclarecimentos aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos participantes em relação à metodologia da recolha de dados.

Numa segunda fase, a equipa de investigação contatou presencialmente com os participantes, nos espaços próprios das entidades, conforme as regras de funcionamento das mesmas e em função da disponibilidade de entrevistados e técnicos responsáveis. Na Associação 'O Companheiro', as entrevistas não se realizaram por recusa dos indivíduos em participar no estudo. No Estabelecimento Prisional da Carregueira, as entrevistas realizaram-se num gabinete que permitiu assegurar a privacidade do entrevistado, numa zona administrativa de controlo (zona não prisional), de acordo com a disponibilidade do recluso e regras de funcionamento do estabelecimento prisional.

Antes da aplicação da entrevista, deu-se conhecimento da informação constante no documento de consentimento informado a cada participante, tendo-se fornecido uma cópia do documento e não se tendo solicitado a sua assinatura, no sentido de assegurar o anonimato do entrevistado. Por outro lado, explicou-se que a entrevista não seria submetida a gravação áudio, para assegurar a privacidade do participante. Assim, não se recolheu qualquer dado pessoal que permitisse a identificação do entrevistado, mas apenas informação acerca da problemática em estudo que o participante concordasse revelar, especificando-se que esses dados apenas seriam utilizados para fins de investigação. O entrevistado teve conhecimento que a sua participação era voluntária e que poderia retirar o consentimento a qualquer momento.

As entrevistas realizadas duraram, em média, cerca de 90 minutos, durando a mais longa cerca de 240 minutos e a mais curta cerca de 60 minutos. Na medida que as entrevistas não foram submetidas a gravação áudio, a equipa de investigação anotou, *ipis verbis*, as respostas do entrevistado. No final da entrevista, releram-se as respostas fornecidas pelo entrevistado e preencheram-se os dados em falta.

De salientar que o guião de entrevista foi revisto à terceira e nona aplicações, em função da reação dos entrevistados e dos constrangimentos percecionados pelo entrevistador. Na primeira revisão, reformulou-se a questão: "Como era a criança?" para: "Conte-me como era a criança….

Descreva-me um retrato completo dela.", uma vez que se verificou que a descrição da criança fornecida, pelos participantes, era superficial e não permitia caracterizar globalmente a criança. Caso o entrevistado mantivesse uma descrição com poucos elementos de caracterização, questionava-se acerca de aspetos físicos, comportamento/maneira de ser e sobre elementos especiais que chamavam a atenção do participante para a criança.

Na segunda revisão, acrescentou-se uma questão (" Que tipo de crianças considera que estão em maior risco de viverem este tipo de situação?", aludindo também ao tipo de crianças com menor probabilidade de revelar o abuso sexual de que seriam vítimas) que não focava a experiência pessoal do entrevistado, no sentido de obter informações mais objetivas que espelhassem o fenómeno, na medida em que se compreendeu que os entrevistados apresentavam atitudes defensivas. Pese embora assumissem a autoria do crime, os entrevistados tenderam a apresentar justificações para a concretização do abuso sexual, bem como a minimizar o impacto do comportamento abusivo na vítima.

2.4. Análise dos dados recolhidos

O processo de análise dos dados recolhidos assentou nos princípios da metodologia da *Grounded Theory*. Assim, procurou formular-se uma teoria com base nos resultados da análise sistemática e rigorosa da informação recolhida, através de uma abordagem indutiva, comparativa e interativa dos dados, que explique o fenómeno em estudo (Willig & Rogers, 2013). Mais especificamente, pretendeu-se a compreensão aprofundada do *modus operandi* desenvolvido pelos abusadores sexuais, focando-se o processo de seleção e manutenção das vítimas na situação de abuso sexual, e a identificação de caraterísticas específicas que tornam as crianças mais vulneráveis a situações de abuso sexual. Ou seja, visou-se a identificação de caraterísticas associadas a uma maior vulnerabilidade das crianças vítimas de abuso sexual, que potenciam a não revelação do abuso pela vítima, bem como a não identificação do mesmo pelo meio envolvente. Assim, através de comparações e questionamento constantes dos dados, construíram-se categorias emergentes, formuladas indutivamente a partir da análise dos dados. Este processo cessou quando se atingiu a saturação teórica das categorias emergentes, ou seja, quando da análise comparativa e sistemática dos dados, não surgiram novas categorias, mas apenas se acrescentava redundância (Strauss & Corbin, 1994, 1990).

Mais especificamente, através do *software* de suporte *Atlas ti* 6.2, iniciou-se a análise de dados através de um processo de **codificação aberta**, decompondo-se os dados de todas as entrevistas em unidades de significado de tamanho flexível, baseadas em critérios semânticos. A cada unidade atribuiu-se um código que refletia o conceito subjacente que, nesta fase, se revelava descritivo, pouco abrangente e enraizado nos dados. Posteriormente, através de um processo de comparações e questionamentos constantes dos dados, renomearam-se os códigos, obtendo-se categorias mais abstratas e abrangentes. Deste modo, partiu-se de categorias iniciais descritivas e aproximadas da linguagem dos participantes para categorias mais integradas concetualmente, alcançando-se um sistema de categorias mais salientes, definindo-se para cada categoria ou subcategoria as respetivas propriedades e, quando se verificava relevante, também as suas

dimensões. As categorias caracterizaram-se pela exaustividade, sendo que todas as unidades de registo eram passíveis de se enquadrar nalguma categoria definida, e, por não serem mutuamente exclusivas, podendo atribuir-se a cada unidade várias categorias. Ao longo deste processo foram-se elaborando memorandos, nos quais se registaram os processos que conduziram à definição do sistema de categorias, passando-se de categorias mais restritivas e descritivas para categorias mais abrangentes e abstratas. De seguida, passou-se para a fase de **codificação axial**, relacionando-se as categorias mais salientes entre si.

Importa referir ainda que, visando o aumento da credibilidade dos resultados, se implementaram os seguintes procedimentos:

- Registo exaustivo do processo de análise de dados através da elaboração de memorandos, nos quais se registaram as decisões em relação à categorização dos dados para posterior verificação;

- Apresentação de dados com base numa descrição densa, assente no recurso sistemático às palavras dos participantes, para fundamentar a interpretação dos dados;

- Seleção aleatória de 20% do total das entrevistas para codificação por um segundo codificador - especialista com formação na área da Psicologia - com base no sistema de categorias definido previamente e apresentado com uma série de instruções escritas, no sentido de promover uma codificação o mais fiel possível (ver anexo D). O grau de acordo intercodificadores, obtido através do coeficiente de Kappa de Cohen foi de 0, 969, considerando-se, conforme proposta de Fleiss (1981), um valor excelente.

Capítulo III: Resultados

1. Apresentação e Análise dos Resultados

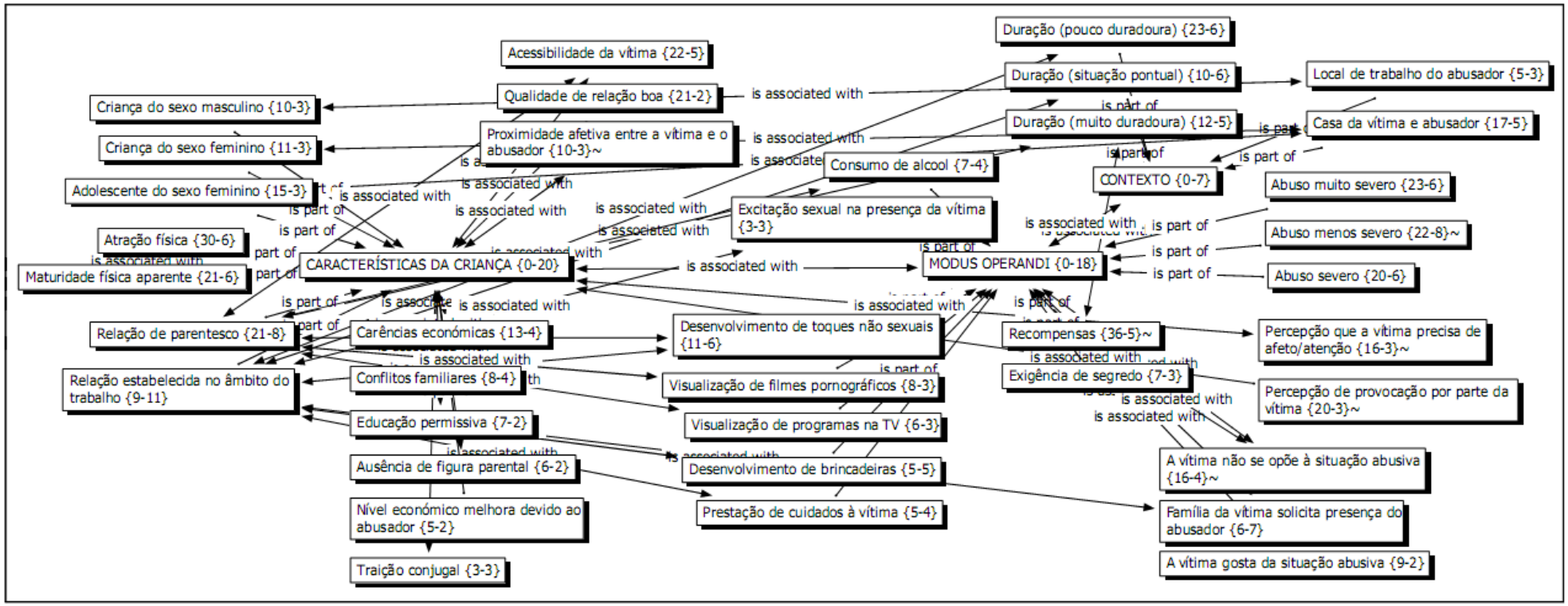
O objetivo do presente estudo prende-se com a descrição do *modus operandi* dos abusadores sexuais e identificação das características das crianças que as tornam vulneráveis ao cometimento do crime de abuso sexual. Os resultados obtidos indicam fatores de risco associados às crianças que facilitam a concretização do crime, sugerindo que as práticas dos abusadores sexuais se relacionam diretamente com o perfil específico da sua vítima. Neste sentido, a ocorrência do abuso sexual é influenciada pelas características da vítima às quais o abusador sexual adapta o seu *modus operandi*.

A análise dos resultados baseou-se no modelo paradigmático sugerido por Strauss e Corbin (1990), observando-se que o fenómeno central em estudo – ocorrência do abuso sexual – manifesta-se sob determinadas condições. Assim, os resultados apresentam-se com base nas condições antecedentes e contextuais que permitem compreender, e prever que, perante condições semelhantes, é expetável que o fenómeno ocorra.

Para melhor visualização da dinâmica das condições antecedentes e contextuais que estão presentes na ocorrência do abuso sexual apresenta-se a Figura 3.1. Observa-se que as **condições antecedentes** – características da vítima identificadas pelo perpetrador, bem como as práticas de preparação do abusador e vítima para a situação de abuso sexual – influenciam as **condições contextuais** identificadas na ocorrência do comportamento abusivo – duração, local e grau de severidade do abuso, assim como as estratégias de manutenção implementadas pelo abusador e estão associadas às distorções cognitivas utilizadas pelo mesmo para a justificação do cometimento do crime. Por seu turno, as práticas de preparação desenvolvidas pelo abusador adequam-se às características da vítima que o perpetrador identifica.

Figura 3.1.

Dinâmica do Abuso Sexual: Ajustamento do Modus Operandi Implementado pelo Abusador às Características da Vítima



As condições e estratégias referidas resultam da codificação dos dados obtidos com base em categorias/subcategorias, suas propriedades e dimensões, sustentando a complexidade das relações entre as diferentes categorias (Fernandes & Maia, 2001), a compreensão da dinâmica presente na ocorrência do abuso sexual. Mais especificamente, a relação estabelecida entre as categorias assenta na coocorrência de diferentes códigos, apontando esta relação para uma associação ou coexistência de condições, indicativa da influência mútua de diferentes variáveis na ocorrência do fenómeno. De salientar que se consideraram apenas as categorias com frequência superior a três casos, assumindo-se a frequência como critério de saliência.

Importa destacar que os resultados obtidos, e apresentados de seguida, contêm linguagem sexualmente explícita, que poderá sensibilizar ou ferir a suscetibilidade de alguns leitores.

1.1. Condições antecedentes à ocorrência do abuso sexual

Os resultados obtidos sugerem que as condições antecedentes à ocorrência do abuso sexual remetem para uma interdependência mútua entre as caraterísticas associadas à vítima e as práticas de preparação desenvolvidas pelos abusadores sexuais. As caraterísticas das crianças identificadas pelos abusadores sexuais como tendo influenciado a ocorrência do abuso sexual podem agrupar-se em diferentes categorias: a) **características sociodemográficas**; b) **características físicas**; c) **características associadas à relação com o abusador**; d) **características comportamentais**; e, e) **características familiares.**

As **características sociodemográficas** correspondem ao perfil sociodemográfico e ao vínculo estabelecido entre abusador e vítima. Os entrevistados aludiram a 46 crianças vítimas de abuso sexual, distribuídas do seguinte modo: 15 adolescentes do sexo feminino (idade ≥ 13 anos); 11 crianças do sexo feminino (idade ≤ 10 anos); 10 crianças do sexo masculino (idade ≤ 11 anos); quatro pré-adolescentes do sexo feminino (idade entre 11-12 anos); três pré-adolescentes do sexo masculino (idade entre 12-14 anos); três adolescentes do sexo masculino (idade ≥ 15 anos).

Relativamente ao vínculo estabelecido entre o abusador e a vítima, a distribuição apresenta-se da seguinte forma: 12 crianças apresentam uma relação de parentesco por afinidade com o abusador; 10 crianças apresentam uma relação de parentesco por consanguinidade; nove crianças apresentam uma relação estabelecida no âmbito do trabalho do abusador; seis crianças apresentam uma relação superficial com o abusador; quatro crianças apresentam uma relação de vizinhança; três crianças não apresentam relação com o abusador, sendo este último um desconhecido para as crianças; duas crianças apresentam uma relação de amizade.

As **caraterísticas físicas** relacionam-se com critérios estéticos, com perceção de maturidade física aparente superior ou inferior à idade real da criança e com a perceção de orientação homossexual aparente da criança.

No nosso estudo, a caraterística que o abusador mais valoriza na vítima relaciona-se com os critérios estéticos que remetem para a atração física (*Era linda* (a vítima)*. Eu sei que os pais acham sempre os filhos lindos, mas a minha filha era mesmo uma rapariga muito bonita.* (4:24); *Ele* (a vítima) *chamou a minha atenção principalmente porque era muito bonito.* (7:115); *Era bonita* (a vítima)*, ela era mesmo linda!* (16:17)). A atração física surge, na maioria das vezes associada à perceção que a

criança, de sexo feminino, aparenta maturidade física superior à sua idade real (*Em termos físicos* (a vítima) *já era muito desenvolvida, parecia uma mulher… chamava a atenção dos homens porque era bonita.* (17:21)*; Era uma rapariga muito bonita* (a vítima) *e em termos físicos já parecia uma mulher… era muito desenvolvida para a idade, já tinha corpo de mulher.* (20:18)). Em cerca de 7% das vítimas estudadas também surge valorizada a característica que remete para uma maturidade física aparente menor que a idade real da criança (*Ele* (a vítima) *chamou a minha atenção principalmente porque era muito bonito. Tinha tudo aquilo que eu gostava nos rapazes… o corpo tonificado, ainda não tinha muitas características de rapaz, pois não tinha muitos pelos… Ainda parecia muito menino e eu gostava disso* (7:77)), assim como para uma orientação homossexual aparente *(Ele* (a vítima) *tinha assim um ar efeminado… como dizem lá no brasil ele era "um veadinho"* (1:20)), categorias essas que se associam a vítimas do sexo masculino.

As **características associadas à relação com o abusador** dizem respeito à acessibilidade da vítima, à proximidade afetiva entre abusador e vítima e à qualidade de relação estabelecida (diferenciando-se a relação como boa, média ou má).

Dos resultados obtidos, conclui-se que o abusador reconhece a acessibilidade à vítima como uma das condições mais importantes para o cometimento do crime, definindo-se este conceito como a disponibilidade da vítima na esfera de ação do abusador (*Não foi nada que a minha filha* (vítima) *tivesse ou fizesse, foi porque estava ali sempre comigo em casa.* (…) *Porque estava mesmo ali, não tinha de ir procurar noutro lugar* (3:28)). A acessibilidade à vítima surge associada à existência de proximidade afetiva entre abusador e vítima e a determinadas caraterísticas familiares da vítima, que concorrem quando o abuso sexual é cometido por elemento com parentesco com a vítima (*Quando eu e a **A*** (vítima) *ficávamos sozinhos, aos fins de semana, porque a mãe dela estava sempre fora de casa, demitiu-se do papel de mãe… cheguei a pensar que ela me traia… eu e a **A** começamos a ter uma relação muito próxima*. (19:34); *Nós* (abusador e vítima) *começamos a estar muito envolvidos, como se fôssemos namorados. Como a minha ex-mulher raramente estava em casa, fazíamos uma vida quase de casal e acho que as coisas acontecerem assim porque a **A** apaixonou-se completamente por mim e eu por ela*. (20:1)).

A proximidade afetiva entre abusador e vítima é, muitas vezes, reconhecida pelo abusador como fator desencadeador da prática do crime, verificando-se que, em cerca de um terço das situações abusivas estudadas, existe uma relação interpessoal estabelecida entre abusador e vítima (*Acho que tinha a ver com um afeto diário que chegou a patamares que não devia ter acontecido. Nós* (abusador e vítima) *tínhamos uma relação muito próxima, acho que foi por causa disso, mais nada.* (23:1)). Esta proximidade afetiva é promovida pelo perpetrador, embora, por outro lado, funcione como justificação para o abuso, pois o abusador perceciona que a vítima precisa do seu afeto ou atenção (*Acho que foi mais a nossa relação, que era muito próxima. A **A*** (vítima) *confiava muito em mim, chamava-me para tudo e para nada.* (26:14); *Acho que era por causa de sermos amigos* (abusador e vítima) *e porque eu me preocupava muito com ele, por ele parecer estar sempre triste.* (9:2)). A qualidade da relação entre abusador e vítima é assumida pelo mesmo, como sendo, sobretudo, boa, perfazendo esta avaliação 70% dos casos em estudo (*Ela* (vítima) *era a minha enteada e nós dávamo-nos muito bem mesmo.* (31:22); *A relação com a minha filha* (vítima) *era*

espetacular. (4:38)), ao passo que, em 27 % dos casos, a relação é avaliada como apresentando uma intensidade moderada. *Não tinha uma relação muito próxima com ele* (vítima). (7:110)), e em casos residuais, cerca de 3%, é avaliada de forma negativa (*Não tinha uma grande relação com ela* (abusador e vítima)*, porque ela era mentirosa e rebelde e para não me chatear e ter de lhe bater, afastava-a.* (6:56)).

As **características comportamentais** concernem às perceções do abusador que remetem para a provocação do abuso pela vítima; a necessidade de afeto/atenção da vítima; o bom ou mau comportamento exibido pela vítima; a facilidade de manipulação da vítima pelos adultos; a existência de algum tipo deficiência da vítima.

Em mais de metade das vítimas estudadas, os crimes cometidos são justificados com base na perceção de provocação por parte da vítima, apresentando os abusadores esta justificação em 70% dos crimes cometidos analisados no nosso estudo (*Eu sei que eu tenho a culpa, mas ela* (vítima) *provocava-me porque ia meter-se na minha cama comigo.* (16:1); *Então foi ela* (vítima) *que se meteu na minha cama… foi por isso que isto aconteceu.* (24:1)), associando-se essa perceção à maturidade física aparente da vítima (*Algumas raparigas* (vítimas) *parecem mulheres e ainda não são e depois convencem-nos a fazer estas coisas, porque querem o nosso dinheiro* (17:16)) e à concretização de abuso severo (*Ele* (vítima) *estava a olhar para o meu órgão sexual e eu disse-lhe: "É isso que tu queres?" enquanto mexia no meu pénis. Ele acenou que sim com a cabeça e eu coloquei o meu pénis na boca dele e ele fez-me sexo oral* (1:43)).

Registou-se também um elevado número de respostas (relativas a cerca de metade das vítimas analisadas no nosso estudo) que sugerem que o abuso sexual decorre da perceção de que a vítima necessita de afeto/atenção (*Acho que era porque achava que ela* (vítima) *precisava da minha atenção* (…) *acho que precisava que eu a ajudasse… foi por isso.* (25:1); *A primeira vez que o vi* (vítima)*, achei que ele necessitava do meu apoio. Estava sozinho, com ar triste, cabisbaixo e eu apaixonei-me verdadeiramente por ele.* (…) *Sentia um amor erótico por ele.* (7:58)). Esta característica associa-se, muitas vezes, à existência de uma proximidade afetiva entre abusador e vítima (*Acho que era por causa de sermos amigos* (abusador e vítima) *e porque eu me preocupava muito com ele, por ele parecer estar sempre triste.* (9:2)).

Constatou-se que a frequência de respostas que remete para a perceção que a vítima apresenta um bom comportamento (*Era* (a vítima) *obediente, humilde, não falhava em nada. Ajudava em tudo nas tarefas domésticas, era boa aluna… acho que a melhor da turma* (4:6)) revela-se ligeiramente superior à perceção que a vítima exibe mau comportamento, numa proporção de 11 para 8 respostas (valor correspondente ao número de vítimas) para cada categoria, respetivamente (*Era uma criança* (vítima) *extremamente rebelde. Contrariava tudo o que era possível e imaginário*. (6:33)), não parecendo distinguir este critério, de forma significativa, a ocorrência do abuso sexual.

Cerca de 20% dos abusadores referiram também que a perceção de facilidade de manipulação pelos adultos, que alude para um tipo de criança que acredita nas promessas dos adultos e que é fácil de enganar, facilita o cometimento do crime (*As crianças* (vítimas) *que provêm de meios desfavorecidos são as que podem ser mais facilmente abusadas porque são fáceis de comprar.* (15:11); *Eu acho que as crianças* (vítimas) *que estejam desamparadas ou com necessidade*

de uma figura paterna, podem ser mais fáceis de abusar. Ou aquelas que não têm conhecimento que este crime acontece, também podem ser mais facilmente enganadas. (22:22)).

Apenas três indivíduos, que correspondem a 7% dos casos estudados, mencionaram que a criança que fora alvo de abuso sexual apresentava algum tipo de deficiência.

As **características familiares** apontadas pelos abusadores prendem-se com os seguintes indicadores presentes na família da vítima: carências económicas; consumo de álcool em excesso por parte de algum elemento familiar; conflitos familiares; educação permissiva pelos principais cuidadores; ausência de figura parental; melhoria do nível económico devido ao contributo do abusador; consumo de drogas por algum elemento familiar; presença de doenças psiquiátricas (diagnosticadas ou não) nalgum elemento familiar; traição conjugal.

As verbalizações dos abusadores conduzem para uma caracterização da família da vítima, sobretudo, assente em carências económicas patentes no agregado familiar (*A família dele* (vítima) *tinha carências económicas e não tinha uma casa para toda a família.* (7:69); *A família era muito pobre* (17:25)), relacionando-se esta condição diretamente com os conflitos familiares (*O casal dava-se muito mal, estavam sempre a discutir. Acho que as discussões era por causa de partilhas entre as famílias, não sei bem… e depois o problema é que tinham poucos recursos, era uma família pobre.* (9:45)) e com o consumo de álcool em excesso ou de drogas por parte de algum elemento familiar (*Tinham mais dificuldades, porque ela* (a mãe) *gastava muito na bebida.* (8:26); *Da família só sei que o pai vivia do rendimento mínimo e que andava sempre drogado* (9:67); *Os pais são pescadores e as mães domésticas e por isso têm uma condição económica muito fraca e depois aquilo era a toda a hora pancadaria dos homens contra as mulheres porque eles andavam sempre alcoolizados e também consumiam drogas.* (12:55)). Os entrevistados sugerem, ainda, que o nível económico melhora devido ao abusador (*Eu* (o abusador) *ajudei-os muito, porque antes de eu ir viver com a minha ex-mulher ela estava a passar por muitas dificuldades económicas* (…) *e depois com o meu ordenado de cozinheiro, as contas equilibraram-se* (26:15); *Estavam* (família da vítima) *sempre a pedir-me dinheiro e eu ajudava e comprava muitas coisas* (27:15)), associando-se este fator aos critérios de proximidade afetiva e de acessibilidade à vítima (*Acabou por acontecer porque ele* (vítima) *começou a ir para minha casa porque eu depois comecei a ser o treinador deles de futebol e as pessoas até se admiravam como é que eles, que eram de famílias pobres, pareciam uns senhores a jogar. Porque eu arranjei dinheiro para comprar equipamentos e tudo. E ele começou a ser muito meu amigo porque ele não tinha muitos amigos e na minha casa todos éramos amigos.* (12:2)), assim como à presença do conceito de educação permissiva (*A avó* (da vítima) *é que tinha que tomar conta dos netos e acho que ela em termos de educação era muito permissiva com os netos.* (…) *Ela confiava muito em mim, até me pedia para ir passear com o neto porque achava que ele gostava de estar comigo e como o pai não lhe dava atenção e eu tinha tempo e podia proporcionar-lhe outras atividades que a família não podia* (7:40). O consumo de álcool em excesso por parte de elemento familiar é referido pelos entrevistados com frequência reduzida (15%), mas associa-se, de forma significativa, ao fator traição conjugal, verificando-se esta coocorrência de fatores em 7% dos casos em estudo. Assim, este dado revela-se importante, pois a traição conjugal está representada em 10% da totalidade dos casos (*A minha mulher* (do abusador) *traiu-me e nessa altura comecei a abusar do*

álcool (24:19)). As doenças psiquiátricas apresentadas por elementos do agregado familiar são referenciadas de forma muito diminuta e inconsistente, não sendo evidente a existência de diagnóstico que fundamente a identificação da patologia (*Eu acho que ela* (mãe) *estava uma depressão pós parto e que tinha tendência para andar sempre deprimida… ia ao médico de família e tomava os antidepressivos que ele passava. Nunca foi a nenhum médico especialista.* (6:40); *Tinha esquizofrenia não diagnosticada, mas ela* (a mãe) *era muito desorganizada.* (19:24)).

As características das vítimas elencadas, anteriormente, associam-se às práticas desenvolvidas pelos abusadores sexuais adaptadas a essas mesmas características. Assim, observa-se que as práticas abusivas antecedentes ao comportamento abusivo com crianças mais velhas, que estabelecem relações de parentesco com o abusador e que apresentam características como aparente maturidade física maior que a idade real e maior acessibilidade e proximidade afetiva com o perpetrador (cerca de 26% das vítimas consideradas no nosso estudo), consistem no consumo de álcool por parte do abusador (com cerca de 42% dessas vítimas) e na visualização de programas de TV (com cerca de 25% dessas vítimas) ou filmes pornográficos (com cerca de 8% dessas vítimas), em conjunto com o perpetrador e vítima, enquanto condições que precipitam o abuso sexual. No caso de crianças mais novas, que estabelecem relações no âmbito do trabalho do abusador (cerca de 22% das vítimas consideradas no nosso estudo), estas tendem a ser preparadas para o abuso através do desenvolvimento de brincadeiras (80% dessas vítimas) ou no contexto de prestação de cuidados pelo abusador (20% dessas vítimas), verificando-se, concomitantemente, que o perpetrador sexual se sente excitado sexualmente na presença da vítima, identificando-se este fator em 30% das crianças abusadas no contexto de uma relação de trabalho.

Conforme os dados recolhidos, os abusadores sexuais visam, num primeiro momento, preparar-se a eles próprios e à vítima para a concretização do abuso sexual. Os entrevistados apontaram, principalmente, o consumo de álcool (*Eu* (o abusador) *chegava sempre a casa com os copos e depois acontecia.* (31:20); *Eu* (o abusador) *já tinha bebido alguma coisa a mais e isso facilitou tudo.* (4:30)) e, em número reduzido, a excitação sexual sentida na presença da vítima (*Eu* (o abusador) *tive um impulso sexual e penetrei-as* (13:39); *Quando tinha aquele impulso, tentava tocar-lhe* (à vítima). (7:98)) como fatores precipitantes do comportamento abusivo.

Por outro lado, assinalaram como antecedentes de preparação da vítima as seguintes ações, que se apresentam por ordem decrescente de frequência: a) desenvolvimento de toques não sexuais (*Comecei* (o abusador) *a fazer-lhe festinhas nas pernas e a dar beijinhos* (7:129); *Ao início eu só lhe tocava* (à vítima) *quando o estava a lavar, mas não era nada de sexual.* (8:36)), b) visualização de programas de TV (*Estávamos* (abusador e vítima) *a ver televisão e depois eu* (abusador) *começava nas brincadeiras e acontecia.* (23:20)), c) visualização de filmes pornográficos (*Estávamos lá todos* (abusador e vítima) *em casa e começávamos a ver os filmes pornográficos* (12:59); *Com a **B*** (vítima) *às vezes nós víamos filmes pornográficos* (6:49)), d) prestação de cuidados à vítima (*Gostava que eu lhe desse banho* (a vítima) *e como tinha de lhe tocar, as coisas começaram assim* (9:51)), e e) desenvolvimento de brincadeiras (*As coisas* (o abuso sexual) *aconteciam durante as brincadeiras* (7:120)).

O consumo de álcool e a excitação sexual na presença da vítima como condições de preparação do comportamento abusivo, associam-se ao cometimento de abuso sexual muito severo (*Eu* (abusador) *já vinha com os copos e tornou a acontecer termos relações sexuais* (31:23); *Tive* (o abusador) *um impulso sexual e penetrei-as, no rabo, algumas vezes.* (13:36)), sendo que a excitação sexual na presença da vítima também surge relacionada com a prestação de cuidados à vítima (*Eu* (o abusador) *acompanhava as meninas à casa de banho lá no colégio* (….) *quando elas se despediam para fazer as necessidades eu tinha um impulso sexual* (13:39)).

O desenvolvimento de toques não sexuais enquanto acontecimento de preparação da vítima, relaciona-se com uma escalada de severidade do comportamento abusivo, associando-se à concretização de abuso menos severo, severo e muito severo (*Ao início eu* (o abusador) *só lhe tocava quando o estava a lavar, mas não era nada de sexual. Depois comecei a perceber que ele gostava de estar ali nu comigo, na banheira, e principalmente de eu o lavar e lhe tocar. Então, comecei a mexer-lhe mais nas partes íntimas, comecei a apalpar-lhe o pénis e os testículos. Ainda tentei penetrá-lo uma vez* (8:36); *Comecei por tocar, por dar um beijo… mas como elas não se queixavam, continuei a fazer isto algum tempo, até que um dia comecei a ter mesmo relações sexuais com elas* (30:43)). O desenvolvimento de toques não sexuais pelo abusador na fase de preparação da vítima para o abuso também coexiste com a perceção do abusador de que a vítima não se opõe ao abuso (*Das festinhas nunca se queixou* (a vítima) *por isso eu continuei a fazer* (3:60)) e com outros acontecimentos de preparação como a prestação de cuidados (*Gostava* (a vítima) *que eu lhe desse banho e como tinha de lhe tocar, as coisas começaram assim* (9:51)) e a visualização de filmes pornográficos (*Estávamos* (abusador e vítima) *a ver televisão* (pornografia) *no meu quarto e eu* (abusador) *acariciei-lhe as pernas* (28:25)). A oposição da vítima também surge em conjunto com o desenvolvimento de toques não sexuais (*Eu* (abusador) *perguntei-lhe se ela* (vítima) *gostava de festinhas e ao mesmo tempo fiz-lhe nas pernas, mas ela saiu da cama e eu não tornei a fazer* (3:47)). A visualização de programas de TV associa-se à perceção do abusador de um comportamento de provocação por parte da vítima para a situação de abuso (*A minha filha* (vítima) *é que vinha ter comigo ao quarto para ver o Panda… e ficávamos lá juntinhos na cama e depois eu acariciava-a* (3:44)).

1.2. Condições contextuais da ocorrência do abuso sexual

Remetendo para as **condições contextuais da concretização do crime de abuso sexual**, os resultados sugerem que o local de preferência para a ocorrência do crime era a casa do abusador e vítima ou casa do abusador, identificando-se como tendo menor relevância o contexto da rua ou do local de trabalho do abusador, e apontando-se a casa da vítima com fraca expressão.

Quanto à duração da relação abusiva, definida como o tempo durante o qual abusador e vítima se relacionaram e no qual ocorre algum tipo de comportamento abusivo de carácter sexual, registam-se três períodos de tempo: relação muito duradoura (≥ 1 ano), relação pouco duradoura (≤ 1 ano) ou situação pontual. A maioria dos casos reportados refere-se a relações pouco duradouras, seguindo-se as relações muito duradouras e, por último, a situação pontual, correspondendo a 51%,

27% e 23% dos casos de vítimas estudados, respetivamente, pelo que a relação pouco duradoura revela uma maior predominância no total das respostas obtidas.

Os entrevistados assinalam o cometimento de diferentes tipos de comportamentos abusivos, que podem categorizar-se, conforme Russell (1983) como abuso menos severo (e.g., carícias nos órgãos genitais com a criança vestida) (*Ela* (a vítima) *aproximava-se de mim, vinha para o meu colo e depois eu acariciava-a, mas sempre por cima da roupa, nunca nos despimos*. (22:27)), abuso severo (e.g., penetração digital, simulação de coito) (*Era roçar com o pénis no corpo dele* (vítima)*, perto do ânus* (…). *Eu* (abusador) *também lhe mexia no pénis dele e roçava… mas nunca houve mesmo penetração* (2:40)), e abuso muito severo (e.g., cópula vaginal, oral ou anal) (*Tivemos* (abusador e vítima) *relações sexuais completas mesmo, sexo.* (4:33); *Penetrei-as* (às vítimas)*, no rabo* (13:35)).

Constata-se, ainda, um número reduzido de referências a tentativas de desenvolver o comportamento abusivo sem sucesso, ocorrendo perante 13% das vítimas em estudo (*Tentei* (o abusador) *penetrar o menino, mas ele fugiu para a casa de banho e eu não fiz mais nada.* (21:15)).

Os três tipos de abuso sexual (abuso menos severo, severo e muito severo) são apontados pelos entrevistados com uma frequência idêntica e, usualmente, concorrem na mesma relação abusiva, sugerindo os dados obtidos que existe uma escalada na severidade do abuso sexual cometido (*Comecei* (o abusador) *a fazer-lhe* (à vítima) *festinhas nas pernas e a dar beijinhos na cara porque gostava mesmo muito dele. À medida que a nossa relação ficou mais forte eu comecei a ter coragem de lhe dar beijos na boca, de acariciá-lo nas zonas erógenas - nádegas e genitais - e cheguei a fazer-lhe sexo oral.* (7:130)). A concretização do abuso menos severo relaciona-se com o contexto de casa do abusador ou a rua como os locais privilegiados da ocorrência do abuso (*Havia ali um jardinzito perto* (…) *pedi-lhe para ela* (vítima) *me mostrar as partes baixas e ela mostrou.* (29:34)*; Eu acariciava-a, mas sempre por cima da roupa, nunca nos despimos* (…) *e aconteciam estas coisas lá no meu escritório.* (22:27))*.* A indicação da concretização de abuso severo concorre com a perceção do abusador de que a vítima gosta da situação abusiva e que exibe um comportamento de provocação, e relaciona-se também com o contexto da casa do abusador e vítima como o local da ocorrência do abuso (*A maioria das vezes era só ele* (vítima) *a roçar-se no meu colo* (do abusador)*, mas também manipulou algumas vezes o meu órgão sexual* (…) *em casa, na sala.* (…) *Nunca houve rejeição por parte dele, nem nunca pensei que ele contasse a alguém porque ele procurava-me sempre.* (1:46)). A referência à ocorrência do abuso muito severo concorre com os acontecimentos de preparação do abusador correspondentes ao consumo de álcool (*Bebi uns copos* (o abusador) (…) *aconteceu termos relações sexuais*. (27:23)) e à excitação sexual na presença da vítima (*Tinha um impulso sexual e penetrei-as* (às vítimas) (13:36), remetendo o contexto do abuso para a casa do abusador e vítima (*Deitei-me debaixo dos lençóis* (no quarto da casa de ambos) *e disse-lhe para ela tirar as cuecas e depois tivemos relações sexuais*. (31:23)), local de trabalho do abusador (*Também aconteceram algumas vezes, umas 4-5 vezes, que eu* (abusador) *o* (vítima) *penetrei, mas isso só aconteceu na colónia de férias.* (7:93)) e rua (*Depois parámos* (abusador e vítima) *num descampado* (…) *e acabei também por penetrar o rapaz.* (10:14)).

As categorias de abuso sexual menos severo, severo e muito severo associam-se à perceção por parte do abusador que a vítima não se opõe ao abuso (*Começou por haver umas brincadeiras, eu*

(abusador) *tocava-lhe* (vítima) *nas partes íntimas e como ela nunca se queixou, acabei por lhe propor termos relações sexuais e ela aceitou.* (23:21)), bem como a alguns acontecimentos de preparação da vítima como desenvolvimento de toques não sexuais (*Comecei por tocar, por dar um beijo… como elas* (vítimas) *não se queixavam, continuei a fazer isto algum tempo… até que um dia comecei a ter mesmo relações sexuais com elas.* (30:41)), desenvolvimento de brincadeiras (*Ficávamos* (abusador e vítima) *lá sozinhos… a ver televisão ou a brincar a algum jogo. Comecei por tocar, por dar um beijo… até que um dia comecei a ter mesmo relações sexuais com elas*. (30:43)), prestação de cuidados (*Ao início eu só lhe tocava quando o* (vítima) *estava a lavar, mas não era nada de sexual. Depois comecei a perceber que ele gostava* (…) *Então, comecei a mexer-lhe mais nas partes íntimas, comecei a apalpar-lhe o pénis e os testículos. Ainda tentei penetrá-lo*. (8:36)), e visualização de filmes pornográficos (*Aconteceu* (…) *as carícias* (…) *o sexo oral* (…) *e as relações sexuais* (…) *Às vezes víamos* (abusador e vítima) *filmes pornográficos no meu computador.* (27:19)). A tentativa de abuso sexual relaciona-se também com a oposição da vítima que se consubstancia, essencialmente, no fato da vítima se afastar do abusador ou dizer não à tentativa de comportamento abusivo (*Ainda lhe cheguei a pedir para me masturbar, mas ela não quis e eu não tornei a pedir.* (6:68)).

Os resultados indicam que a manutenção do comportamento abusivo assenta em determinadas ações dos abusadores sexuais, que visam silenciar a vítima em relação à situação abusiva, evitando a revelação do abuso. Apresentam-se, de seguida, essas ações por ordem decrescente da frequência de respostas: a) recompensas materiais (*Dava-lhes dinheiro* (às vítimas) (2:61); *Claro que eu* (abusador) *lhe comprava muitas coisas* (à vítima) (7:123)); b) recompensas afetivas (*O que eu* (abusador) *fazia era dar-lhe* (à vítima) *a atenção que eu acho que ele precisava porque era muito carente*. (7:29)); c) exigência de segredo (*Claro que dizia para eles* (vítimas) *não contarem* (2:65)); d) recompensas com atividades (*Levava-a* (à vítima) *aos sítios que ela queria.* (27:28)); e) persuasão com base em brincadeiras que tornam o abuso impercetível para a vítima (*Elas* (vítimas) *pensavam que aquilo era uma brincadeira.* (13:44)).

As categorias de recompensas materiais, recompensas afetivas, recompensas com atividades e exigência de segredo interrelacionam-se, sendo que, na presença de uma delas, coexistem as restantes (*Elas* (vítimas) *gostavam muito de mim. Eu tenho muito jeito para as crianças e dava-lhes muita atenção.* (…) *Ao início dizia-lhes para elas não contarem* (…) *Mas também lhes comprava roupas e pagava tudo o que era necessário quando íamos passear* (30:12)), embora também surjam de forma isolada ou com combinações diferentes. As recompensas afetivas e a persuasão com base em brincadeiras que tornam o abuso impercetível para a vítima relacionam-se também com a perceção que a vítima não se opõe à situação abusiva (*O que eu fazia era dar-lhe* (à vítima) *a atenção que eu acho que ele precisava porque era muito carente* (…) *Ele nunca me deu sinais de afastamento* (7:31); *Acho que elas* (as vítimas) *pensavam que aquilo era uma brincadeira.* (…) *Elas nunca recusaram nada e continuavam-se a dar muito bem comigo* (13:12)).

Quanto às condições que permitem explicar, sob o ponto de vista dos entrevistados, a ocorrência do comportamento abusivo, identificaram-se as seguintes, por ordem decrescente de frequência de respostas: a) a vítima não se opõe à situação abusiva (*Elas* (as vítimas) *nunca recusaram a nada e continuavam-se a dar muito bem comigo.* (13:23)); b) a vítima gosta da situação

abusiva (*Ela* (a vítima) *é que pedia para ir para a minha cama e comportava-se como se fosse uma mulher* (…) *por isso achava que ela também gostava* (4:43)); c) a família da vítima solicita a presença do abusador junto da vítima (*A mãe* (a vítima) *chamava-me para eu ir passear com o filho, porque achava que eu lhe punha juízo na cabeça* (7:43)).

A distorção cognitiva do abusador que justifica o comportamento abusivo mencionando a perceção de que a vítima não se opõe à situação abusiva concorre, em cerca de 16% das vítimas do nosso estudo, com a perceção distorcida do abusador de que a vítima gosta da situação abusiva (*Ela* (a vítima) *nunca se queixou… como me continuava a chamar para a ajudar, pensava que ela também gostava e não se importava com aquilo.* (26:18)). A categoria que remete para a família solicitar a presença do abusador junto da vítima, relaciona-se com a ocorrência de abuso severo (*Chegaram a acontecer carícias e masturbação que eu* (o abusador) *lhe fazia* (a vítima)*, na casa dele. Era a mãe que incentivava a relação, porque dizia que quando eu visitava o filho, ele ficava mais calmo.* (7:95)), abuso muito severo (*Então comecei* (o abusador) *a ir mais vezes para casa dela* (da vítima) *e depois era a própria mãe a pedir-me para lá dormir para ajudar com os filhos* (…) *e aconteceu as relações sexuais* (27:26)), e educação permissiva (*A avó* (da vítima) (…) *em termos de educação era muito permissiva com os netos.* (…) *Ela confiava muito em mim* (abusador)*, até me pedia para ir passear com o neto porque achava que ele gostava de estar comigo* (71:71)).

Os resultados obtidos sugerem que, com o decorrer da relação abusiva, a adaptação do *modus operandi* do abusador às características da vítima perde eficácia, identificando-se algumas ações que conduzem à cessação do abuso sexual. A categoria com maior frequência, correspondendo a 50% das vítimas em estudo, remete para a denúncia do abuso pela vítima (*A PJ explicou-me que tinha sido mesmo o menino* (vítima) *a contar* (1:47); *Foi a* ***B*** (vítima) *que contou à irmã, quando chegou a casa, e telefonaram para a Polícia* (14:3)), verificando-se, também, que em cerca de 7% das vítimas consideradas no estudo, a denúncia do abuso é efetuada por parte de familiares (*As coisas só acabaram porque o irmão dela* (da vítima) *andava desconfiado disto, e deixou uma câmara de filmar ligada no meu quarto* (do abusador) *e filmou tudo. Depois mostrou à mãe e ela foi fazer a denúncia à Polícia.* (16:2)).

Identificam-se outras ações centradas na vítima, que apresentam relevância para a cessação do abuso, como a oposição da vítima (*Ainda lhe cheguei a pedir* (à vítima) *para me masturbar, mas ela não quis e eu não tornei a pedir.* (6:68); *Ainda tentei penetrá-lo uma vez, mas ele queixou-se e eu parei, não tornei a fazer.* (8:37)) e a inacessibilidade da vítima, remetendo esta categoria para as situações em que a criança abandona o local aquando de uma tentativa de abuso ou quando o abusador perde o acesso à criança (e.g., quando é preso) (*Foi quando ela* (a vítima) *saiu de casa*. (5:2); *Foi quando a PJ me foi buscar para eu* (o abusador) *prestar declarações*. (7:7); *Ela* (a vítima) *saiu da cama e eu não tornei a fazer.* (3:59)). O desinteresse do abusador também é referido, mas revela pouca frequência, representando apenas 6% das vítimas em estudo (*Os comportamentos cessaram quando me apercebi* (o abusador) *que ele* (vítima) *começou a interessar-se por raparigas e também porque já estava a ficar mais parecido com um homem, tinha perdido o ar de menino*. (7:10)). A categoria que alude à oposição da vítima correlaciona-se com as categorias de desinteresse do abusador (*Os comportamentos cessaram quando me apercebi* (o abusador) *que ele* (a vítima)

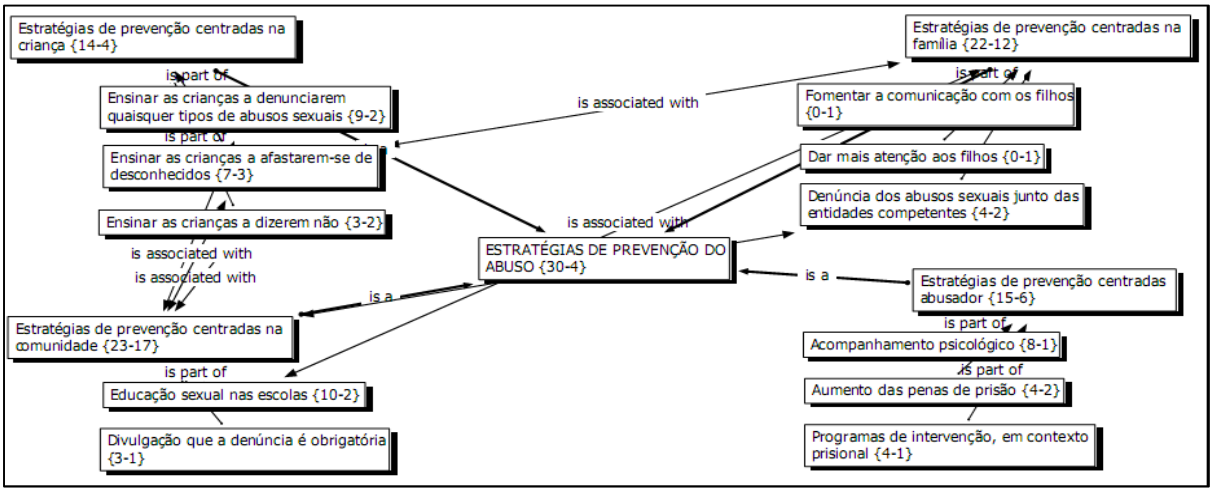
começou a interessar-se por raparigas e já não queria estar comigo (…) *e tinha perdido o ar de menino.* (7:10)), duração da relação abusiva correspondente à situação pontual (*Ela* (a vítima) *mostrou que não gostou e eu* (o abusador) *não fiz mais nada, foi cada um à sua vida.* (14:37)), e com menor frequência, à categoria de abuso sexual severo (*Pus* (o abusador) *o pénis de fora e disse-lhe* (à vítima) *para fazer festinhas e tentei agarrar-lhe a mão para ela me masturbar. Como ela não quis fazer, eu nunca mais lhe pedi.* (6:60)).

1.3. Estratégias de prevenção do abuso sexual

As verbalizações dos entrevistados apontam diversas estratégias de prevenção do abuso sexual, que se distribuem em quatro tipologias: a) estratégias de prevenção centradas no abusador; b) estratégias de prevenção centradas na criança (potencial vítima); c) estratégias de prevenção centradas na família; e d) estratégias de prevenção centradas na comunidade. Assim, apresentam-se na Figura 3.2, as **estratégias de prevenção do abuso sexual** identificadas pelos abusadores sexuais entrevistados, possibilitando, desta forma, o acesso a uma perspetiva específica acerca das formas de evitar a ocorrência do fenómeno em estudo.

Figura 3.2.

Estratégias de Prevenção do Abuso Sexual Identificadas pelos Entrevistados



As estratégias de prevenção centradas no abusador objetivam evitar a reincidência do mesmo na prática do crime e remetem, sobretudo, para o acompanhamento psicológico do abusador *(Deviam* (os abusadores) *tratar-se porque isto é uma doença psicológica que nós temos* (6:25); *Eu acho que os abusadores deviam ter terapia* (8:14)), e com menor saliência, para o aumento das penas de prisão (*Os abusadores deveriam ficar mais anos na prisão, porque a vida na prisão não é fácil* (6:25)) e para o desenvolvimento de programas de intervenção em contexto prisional (*Também acho que deviam haver mais programas para abusadores sexuais nas prisões para aqueles que saem da prisão não irem cometer os mesmos crimes outra vez.* (5:37)).

As estratégias centradas na criança (potencial vítima) visam proteger a criança de se colocar em situação de perigo de ser abusada ou de sofrer nova vitimização. Aludem, maioritariamente, para as ações que se traduzem em ensinar as crianças a denunciarem quaisquer tipos de abusos sexuais (*Os pais devem explicar-lhes que estas coisas acontecem e como acontecem para eles denunciarem.* (6:26)) e a afastarem-se de desconhecidos (*E também devem ensinar as crianças que não se fala com os estranhos, nem se aceita coisas de ninguém* (17:19)), remetendo, em respostas menos frequentes, para ações que ensinem as crianças a dizerem não face uma situação de potencial abuso sexual (*Elas têm de ser informadas pelos professores sobre as abordagens dos abusadores e têm de dizer que não querem, se alguma vez lhes acontecer.* (4:19)).

As estratégias de prevenção centradas na família relacionam-se, nas categorias mais salientes, com a promoção da comunicação com os filhos, fomentando a confiança para a denúncia de eventuais abusos (*E os pais têm que fomentar essa confiança para eles contarem.* (1:31); *As famílias devem falar com as crianças para elas poderem contar-lhes se se passar alguma coisa de mal nas suas vidas*. (19:16)), e com a necessidade de alertar os pais para que tenham uma maior atenção/preocupação com as rotinas e atividades dos filhos (*Acho que os pais devem estar mais atentos aos comportamentos dos filhos, não terem medo de perguntar às crianças se se passa alguma coisa de mal com elas.* (8:18)). Identificam-se outras categorias menos frequentes, como seja a promoção do conhecimento das pessoas com quem se relacionam os filhos, proibindo a convivência com pessoas em quem não confiam (incluindo pessoas de família) (*As famílias podem estar mais atentas às relações que os filhos têm com os adultos, não diria desconfiar das pessoas porque isso não é bom, mas criar mais defesas, porque as pessoas não são todas boas* (7:54)), a promoção do diálogo com os filhos acerca das questões da sexualidade (*As famílias deviam falar abertamente destas questões, porque os miúdos também têm apetites sexuais e podem ser utilizados pelos abusadores* (25:12)), e a promoção da denúncia dos abusos sexuais junto das entidades competentes (*As famílias devem ser ensinadas a denunciar estas situações à Polícia.* (14:20)).

As estratégias de prevenção centradas na comunidade relacionam-se, sobretudo, com a educação sexual (focada no ensino acerca das abordagens dos abusadores, em ensinar as crianças a dizerem não e a denunciarem os abusos à autoridades competentes) (*Elas* (as crianças) *têm de ser informadas pelos professores sobre as abordagens dos abusadores e têm de dizer que não querem, se alguma vez lhes acontecer.* (4:19); *As escolas devem ensinar as crianças a não falar com desconhecidos e se acontecer alguma coisa com eles, ensiná-los que devem logo denunciar a alguém de confiança.* (8:19); (22:15); *Os professores mostrarem que é errado as raparigas andarem nos bares porque metem-se a jeito, quando se metem com os homens* (23:12)), e com menor frequência de respostas, ou seja, para cerca de 10% dos abusadores em estudo, surge a categoria da divulgação que a denúncia é obrigatória (*Todas as pessoas têm a obrigação de denunciar caso saibam de alguma coisa que se passe na vida de uma criança.* (19:17)).

2. Discussão dos Resultados

2.1. Perfis sociodemográficos das vítimas

Com o objetivo de sistematizar os resultados anteriormente apresentados, e procurando evidenciar quais as características das crianças que aumentam a sua vulnerabilidade à situação de abuso sexual, tendo em conta as práticas abusivas implementadas pelos abusadores sexuais, construíram-se três perfis de vítimas. Estes perfis enraízam-se nos dados recolhidos nas entrevistas, de acordo com as variáveis sociodemográficas da criança incluídas em cada tipologia.

O **perfil das adolescentes do sexo feminino** foi a tipologia que mais saliência obteve em relação à totalidade dos resultados apresentados no presente estudo, perfazendo 33% das vítimas em estudo. Observou-se que, nesta tipologia, a prática do abuso sexual ocorreu, sobretudo, em contexto intrafamiliar, sendo cometido por elemento com relação de parentesco por afinidade com a vítima (categoria mais relevante), nomeadamente o padrasto, ou concretizado por elemento com relação de consanguinidade com a vítima, designadamente o pai. Também se registaram abusos de natureza extrafamiliar, embora com menor frequência, que decorreram no âmbito de uma relação de vizinhança, amizade ou sem relação estabelecida entre abusador e vítima.

O **perfil das crianças do sexo feminino** também apresentou relevância, representando 24% da totalidade das vítimas em estudo. Nesta tipologia, o abuso sexual apresenta, novamente e sobretudo, uma natureza intrafamiliar, constatando-se, não obstante, alguns casos que ocorreram extrafamiliarmente, principalmente no seio de uma relação estabelecida no âmbito do trabalho do abusador.

O **perfil das crianças do sexo masculino** representa 22% dos casos em estudo, e assume saliência no contexto da totalidade das vítimas do sexo masculino, por apontar para 63%, se se considerar apenas as vítimas do sexo masculino. Nesta tipologia, o abuso sexual passa a ocorrer, maioritariamente em contexto extrafamiliar, através de relações estabelecidas no contexto do trabalho do abusador. Constatam-se também alguns registos, com menor relevância, de abuso intrafamiliar, perpetrado por elementos com parentesco por afinidade com a vítima.

O abuso sexual ocorrido no âmbito de uma **relação de parentesco por afinidade** é o que revela maior frequência nos perfis de adolescentes e crianças do sexo feminino, apresentando menor saliência no perfil de crianças do sexo masculino, na medida em que neste perfil é a relação estabelecida no âmbito do trabalho do abusador que apresenta maior frequência.

Em todos os perfis, o abuso que ocorreu no âmbito deste tipo de relação de parentesco, perpetrou-se no seio de uma relação abusador-vítima, avaliada pelo perpetrador como sendo de boa qualidade (e.g., referindo-se à vítima como amiga/o, companheira/o, cúmplice) e assentou num conjunto de características da vítima que funcionaram como critérios de seleção, por terem chamado a atenção do abusador para a vítima em específico. Estes critérios corresponderam à atração física e à perceção de maturidade física aparente superior ou inferior à idade real da vítima. No caso das adolescentes do sexo feminino e nas crianças de sexo masculino, a perceção de provocação da vítima apresentou-se, também, como critério que influencia a seleção. No caso das crianças de sexo feminino, a elevada proximidade afetiva entre abusador e vítima (e.g., o abusador referiu que estava sempre na brincadeira com a vítima e que ela gostava muito de estar na sua presença), a perceção

que a vítima adotava um bom comportamento na sua vida diária (e.g., era boa aluna, era responsável, não "dava" problemas aos pais) e que necessitava de afeto e atenção constituíram critérios distintos neste perfil. Ainda de salientar que as crianças do sexo masculino foram selecionadas com base na perceção do abusador de que a vítima aparentava orientação homossexual.

A prática abusiva foi facilitada, em todos os perfis, pela coabitação de abusador e vítima, acontecendo no contexto da casa de ambos, aumentando, assim, a acessibilidade da vítima ao abusador. A presença de determinadas caraterísticas do agregado familiar da vítima também facilitou o acesso à vítima, nomeadamente, ausência de figura parental (e.g., órfãs de mãe; vítimas viviam com familiares que não eram os progenitores), carências económicas (e.g., elementos familiares desempregados) e o facto do nível económico do agregado familiar melhorar com a presença do abusador. Neste sentido, a família passou a depender dos rendimentos do abusador e este assumiu uma posição de poder na educação e acompanhamento das crianças pertencentes à família. Outras características familiares associaram-se, também ao perfil de adolescentes e crianças do sexo feminino, como sejam os conflitos familiares, o consumo de álcool em excesso por algum elemento da família (e.g., padrasto/abusador consumia álcool em excesso), doença psiquiátrica (e.g., estados depressivos da mãe) e educação permissiva dos principais cuidadores (e.g., principais cuidadores não se constituem como figuras de autoridade, nem de suporte na vida dos filhos).

No que concerne aos acontecimentos que precipitaram o abuso, observou-se que no caso das adolescentes do sexo feminino, o abusador consumiu álcool antes de perpetrar o comportamento abusivo em si e foi preparando a vítima através de, sobretudo, toques não sexuais, no sentido de avaliar a cooperação da vítima para a prática abusiva. No caso das crianças do sexo feminino, associado à perceção de que a vítima necessitava de afeto e atenção e, por isso, dependia mais da atenção dos adultos, constatou-se que o abusador desenvolveu ações de prestação de cuidados à vítima (e.g., dar banho ou acompanhar nas idas à casa-de-banho) como forma de preparação para o comportamento abusivo e/ou desenvolvimento de brincadeiras/atividades, essencialmente, compatíveis com as idades das crianças que pertencem a este perfil. Associaram-se também a estes acontecimentos de preparação, o desenvolvimento de toques não sexuais, a visualização de programas de TV e também, embora com menor relevância, a visualização de filmes pornográficos. No caso das crianças de sexo masculino, o abusador foi preparando a vítima através da visualização de programas de TV, a que assistiam sozinhos.

O grau de severidade do abuso, verificada nos perfis das crianças e adolescentes do sexo feminino, evidenciou uma escalada de gravidade no comportamento abusivo perpetrado pelo abusador, consubstanciando-se na prática de abuso muito severo (e.g., cópula vaginal; penetração anal), coexistindo com comportamentos abusivos menos severos (e.g., beijos) e severos (e.g., masturbação da vítima ao abusador). Quanto ao tipo de comportamento abusivo com crianças do sexo masculino, verificou-se que ocorreu, sobretudo, na forma de abuso severo (e.g., masturbação), mas também ocorreram tentativas de comportamento abusivo, sem sucesso.

De uma forma geral, a relação abusiva assumiu, maioritariamente, uma duração mais curta (período de tempo inferior a um ano), mas, no caso das crianças mais novas, o abuso prolongou-se

mais tempo (período de tempo até dois anos), parecendo este dado indicar ser mais fácil obter a cooperação da vítima em idades mais precoces. A relação abusiva foi suportada por recompensas materiais (e.g., ofertas de presentes, muitas vezes escolhidos pela própria vítima), mas também afetivas (e.g., o abusador ouvia as preocupações da vítima), sendo que, no caso dos perfis das crianças, também se verificaram recompensas com atividades (e.g., passeios com a criança, idas ao cinemas), a exigência de segredo e a persuasão com base em brincadeiras (no sentido de tornar a situação abusiva incompreensível para a vítima, podendo assumir um duplo significado).

O abusador justificou a manutenção do abuso com base na sua perceção de ausência de oposição por parte da vítima (e.g., referindo o abusador que a vítima nunca se queixou) ou por considerar que a vítima gostou da situação, uma vez que, segundo o ponto de vista do abusador, a vítima o procurava para encetar o abuso.

A cessação do abuso ocorreu, sobretudo, por denúncia da vítima, mas, no caso das vítimas do sexo feminino, também por inacessibilidade da mesma (e.g., vítima saiu de casa; o abusador deixou de se movimentar no mesmo contexto da vítima).

O abuso sexual ocorrido no âmbito de uma **relação de parentesco por consanguinidade** caracterizou-se, no essencial, de forma idêntica ao descrito para o abuso sexual assente numa relação de parentesco por afinidade. Este tipo de abuso ocorreu, no nosso estudo, sobretudo, e mais uma vez nos perfis que correspondem a adolescentes e crianças do sexo feminino. Destaca-se que, neste perfil, a seleção da vítima assentou na presença da característica familiar que corresponde à traição conjugal cometida pela mãe em relação ao pai da vítima. Esta situação associa-se a uma relação entre abusador e vítima baseada numa elevada proximidade afetiva, sendo, muitas vezes, verbalizado pelo abusador, no caso das adolescentes, que a relação com a vítima assumiu padrões idênticos às relações conjugais ou de namoro, ao passo que, no caso das crianças mais novas, a vítima adota a função de proporcionar afeto ao abusador (pai), que segundo o mesmo é retribuído, demonstrando este preocupação com a vida diária da vítima. Este tipo de relação abusiva foi o que apresentou maior duração, atingindo períodos de tempo até aos três anos e assentou numa exigência de segredo implícita, pois baseada na proximidade afetiva entre abusador e vítima.

O abuso sexual ocorrido no âmbito de uma **relação de trabalho do abusador** pautou-se, de uma forma geral, pelas mesmas características que a ocorrência do comportamento abusivo no seio de um relação de parentesco (por afinidade ou consanguinidade). Este tipo de abuso assumiu, no nosso estudo, prevalência no caso das crianças de sexo feminino e masculino, parecendo indicar este fator que as crianças mais novas dependentes, nos seus contextos diárias de vida, do apoio de adultos serão mais vulneráveis ao abuso sexual.

Não obstante o supramencionado, importa salientar algumas especificidades. Assim, em relação ao perfil das crianças do sexo masculino, constatou-se que o abusador fundamentou a seleção da vítima na perceção de aparente maturidade física menor da que a idade real da vítima, privilegiando os abusadores neste perfil, a aparência de puerilidade das vítimas. A relação que o abusador estabeleceu com a vítima foi avaliada como sendo de boa ou média qualidade, surgindo, pela primeira vez esta última categoria, que decorre do facto do abusador não estabelecer com todas as vítimas uma relação de proximidade afetiva, mas apenas funcional, devido às funções exercidas

no âmbito do trabalho, contexto onde decorreu o abuso. Quer em relação às crianças de sexo feminino, quer às de sexo masculino, as características familiares da vítima apontadas remeteram para carências económicas, consumo de álcool em excesso e drogas por parte de algum elemento familiar e educação permissiva.

No que diz respeito aos acontecimentos de preparação, e adequando-se à idade da vítima, o abusador preparava a criança para o abuso através do desenvolvimento de brincadeiras e toques não sexuais (i.e., atividades facilitadas em contexto de trabalho do abusador, pois este exercia funções de desenvolvimento e acompanhamento de atividades com crianças), ou procurava prestar os cuidados à vítima (e.g., acompanhar à casa de banho) com o objetivo de criar uma situação incompreensível ou como forma de a dessensibilizar ao toque sexual, preparando-se a si próprio com base na excitação sexual que sentia na presença da vítima.

Nestes casos, o abuso ocorreu no local de trabalho do abusador e manifestou-se, sobretudo, sob o tipo de abuso muito severo (e.g., penetração anal), mas também, nalgumas situações, menos severo (e.g., beijos). A duração da relação abusiva foi, essencialmente, pouco duradoura (até um período de um ano, pois dependia do trabalho do abusador, diminuindo o tempo de exposição da vítima), mas também assumiu a forma de situação pontual e de relação muito duradoura (i.e., quando a relação estabelecida entre vítima e abusador extrapolava os contextos do trabalho do abusador). No sentido de assegurar a cooperação da vítima para a situação abusiva, o abusador exigiu segredo para manter a situação abusiva (parecendo este critério funcionar adequadamente, sob o ponto de vista do abusador, em idades mais precoces), mas, sobretudo, fez uso de recompensas afetivas (e.g., o abusador assumia um papel de amigo ou de substituto parental, dando atenção e preocupando-se com a vida da vítima), recompensas materiais (e.g., presentes) e recompensas com atividades (e.g., idas a teatros, passeios).

Especificamente nos casos em que o abuso ocorreu com crianças do sexo masculino, a perpetuação do abuso alicerçou-se, sob o ponto de vista do abusador, no fato da família solicitar a sua presença, por o considerar um elemento de confiança e por acarretar benefícios para a vítima e, algumas das situações, cessaram pelo desinteresse do abusador (e.g., o abusador deixa de sentir atração pela vítima por esta última começar a mostrar interesse por namoradas).

2.2. Síntese integrativa dos resultados

Face ao exposto, identificaram-se, no presente estudo, algumas características nas vítimas que as tornaram mais vulneráveis ao *modus operandi* dos abusadores e que parecem transversais às variáveis sociodemográficas da vítima (i.e., idade e sexo), bem como à relação estabelecida entre abusador e vítima. Assim, a atração física, a maturidade física aparente superior (no caso das crianças mais velhas) ou inferior (no caso das crianças mais novas e de sexo masculino) à idade real da criança e a perceção de provocação da vítima para a concretização do comportamento sexual abusivo são fatores de risco presentes no cometimento do abuso sexual e que justificam, sob o ponto de vista do abusador, a perpetração do crime. Bickley e Beech (2002) sugeriram que os comportamentos da criança são percecionados pelo abusador sexual de forma perturbada, podendo

o mesmo percecionar as condutas das crianças como uma provocação para o comportamento abusivo.

Verificou-se também, no nosso estudo, que o *modus operandi* do abusador se demonstra comum no que diz respeito à avaliação da cooperação da vítima através de toques não sexuais. Ou seja, o perpetrador, no âmbito de uma relação estabelecida com a vítima, começa por desenvolver toques não sexuais, dessensibilizando a vítima para futuros toques sexuais, com o objetivo de prepará-la para o comportamento sexual abusivo propriamente dito. Assim, com esta estratégia procura compreender se a vítima coopera ou se pelo contrário, se afasta da situação, cessando o abuso. De igual modo, verifica-se a tendência para uma escalada na severidade do comportamento abusivo, observando-se a coexistência dos três tipos de severidade de abuso em quase todas as situações analisadas. Segundo Galbreath (2010), previamente ao cometimento do abuso sexual, o abusador consolida a relação afetiva com a vítima e torna-a mais sexualizada. Neste contexto, o toque não sexual passa a sexual gradualmente, tornando-se a relação, progressivamente, mais sexual e assumindo formas mais intrusivas de atividade sexual.

A manutenção da situação abusiva é justificada com base nas distorções cognitivas do abusador de que a vítima gosta e não se opõe à situação abusiva. Bickley e Beech (2002) propõem que alguns abusadores percecionam, de forma distorcida, as respostas das crianças às suas iniciativas, encorajando-os a dar continuidade à situação de abuso sexual. Consideram que as crianças são sexualmente maduras, por isso, interessam-se e consentem os contatos sexuais com adultos.

Com efeito, constatou-se nas respostas dos entrevistados que as distorções cognitivas possuem um papel fundamental na manutenção e legitimação da perpetração do abuso sexual. Conforme Ward (2000), a criança é percecionada como um ser sexual, que gosta de manter relações sexuais com adultos, provocando a situação. Os nossos entrevistados confirmam esta premissa, indicando que as vítimas procuravam-nos no quarto onde ocorriam os abusos, colocavam-se nas suas camas, dispostas a encetar relações sexuais com os perpetradores, ou, ainda, de forma mais subtil, roçavam-se nos seus colos. Neste sentido, os abusadores interpretavam estas pistas como indicação de que o abuso sexual seria gratificante para a vítima, pelo que não consideravam os comportamentos abusivos uma agressão (Ward, 2000). Nalguns casos, os abusadores sentem-se impelidos por uma excitação sexual, que não controlavam, a perpetrar o abuso sexual (Ward, 2000), parecendo estes abusadores constituir-se como abusadores situacionais (Bickley & Beech, 2002). Estes dados revelam-se consistentes com a informação recolhida no nosso estudo, no que respeita aos abusos sexuais a que algumas crianças foram sujeitas, no âmbito do trabalho do abusador, enquanto este último prestava os cuidados básicos às vítimas (i.e., acompanhava à casa de banho).

Ward (2000) postula também que os abusadores apreendem o mundo como hostil, podendo percecionar as crianças como hostis ou, pelo contrário, como constituindo-se como fontes de segurança e, assim, parceiros sexuais. Da análise dos nossos dados, não é possível corroborar estas premissas, mas apenas salientar que alguns abusadores, no âmbito de relações de parentesco com a vítima, se referem às vítimas como companheiras.

Por outro lado, Ward (2000) defende que os abusadores revelam-se autocentrados, considerando o abuso sexual de crianças uma forma legítima de satisfazer as suas necessidades sexuais. No nosso estudo, não emergiu nenhuma categoria neste sentido, uma vez que a maioria dos entrevistados verbalizou arrependimento pelo crime cometido.

Em relação à cessação do abuso, esta decorre, maioritariamente, devido à denúncia pela vítima, após atingir os níveis mais elevados de severidade do comportamento abusivo. Segundo Lanning (2010), o abusador compreende e controla o processo de *grooming*, assim como a implementação do abuso sexual, mas a vítima apenas reconhece a situação retrospetivamente, tendendo a protelar a denúncia do abuso (Berliner & Conte, 1990). Segundo Barudy (1999), as crianças mais novas revelam o abuso quando o sofrimento se torna insuportável, coincidindo esse momento com a perpetração do tipo de comportamento abusivo mais severo, ao passo que os adolescentes tendem a divulgar o abuso de que são vítimas quando se encontram perante o conflito de autonomia, conflito esse que envolve o desejo da vítima ser independente, mas também de preservar a ligação com a sua família.

Não obstante, também se observaram algumas especificidades nos casos analisados no presente estudo que permitem discriminar as vítimas estudadas, especificando-se fatores de risco associados à idade e ao sexo da vítima, bem como à relação estabelecida com o abusador. Especificamente, as crianças do sexo feminino apresentam maior vulnerabilidade ao abuso, aumentando o risco à medida que tornam mais velhas. As crianças do sexo masculino apresentam menor vulnerabilidade. Contudo, dentro deste grupo, são os mais novos, os mais propensos ao crime de abuso sexual. Efetivamente, alguns estudos têm demonstrado que as vítimas do sexo masculino apresentam uma média etária menor se comparada com a média das vítimas do sexo feminino (Black *et al.*, 2001; Finkelhor, 1993). Black e colaboradores (2001), sugerem que o maior risco de abuso sexual incide em vítimas do sexo feminino, que se encontrem no período da pré-adolescência. Contudo, no nosso estudo, a maior frequência de casos remete para as vítimas do sexo feminino que já atingiram o período de adolescência.

Consistentes com a revisão de literatura efetuada, os dados obtidos no nosso estudo quanto à relação estabelecida com o abusador, sugerem que as crianças do sexo feminino demonstram maior vulnerabilidade a sofrerem abuso sexual perpetrado por elementos com os quais possuem relações de parentesco, ao passo que as crianças do sexo masculino são mais sujeitas a abuso por elementos que conhecem no âmbito do trabalho do abusador. Consequentemente, o abuso perpetrado contra as crianças do sexo feminino revela-se mais prolongado, se comparado com o abuso sexual em relação às crianças do sexo masculino, devido à duração da exposição da criança ao abusador. Gold e colaboradores (1998) referem que as vítimas do sexo feminino são, na sua maioria, abusadas por elementos da família e as vítimas do sexo masculino, maioritariamente, por estranhos. De acordo com Smallbone, Marshall e Wortley (2008), o abuso sexual de que são vítimas as crianças do sexo feminino tende a ser mais prolongado e cometido pelo mesmo perpetrador, ao passo que em relação às vítimas do sexo masculino, o abuso tende a ser mais restringido no tempo, mais frequente, mais intrusivo e perpetrado por diferentes abusadores.

De acordo com a literatura, as crianças que possuem algum tipo de deficiência física ou mental apresentam maior vulnerabilidade a vitimização por abuso sexual (Leventhal, 1998), fato que não se confirmou no nosso estudo, pois apenas se identificaram 7% de vítimas portadoras de alguma deficiência.

Em relação às crianças mais pequenas, constatou-se que a perceção do abusador de que a vítima necessitava de afeto e atenção, parece constituir um fator de risco acrescido e específico das idades mais precoces. Este fator conduz à implementação de práticas abusivas pelo perpetrador, que consistem, essencialmente, numa aproximação afetiva gradual, com satisfação das necessidades emocionais da vítima, envolvendo, paralelamente, a vítima numa relação de cariz cada vez mais sexualizado, sem que a vítima se aperceba do mesmo. Esta relação abusiva é mantida com recompensas materiais, afetivas e com recurso a experiências oferecidas à vítima que a família não pode proporcionar. Constata-se que a família reconhece o abusador como uma figura de confiança, que enriquece o quotidiano da vítima, e como elemento estabilizador da vida da vítima, parecendo transmitir-lhe segurança e calma. Lanning (2010) indica, confirmando os casos analisados no nosso estudo, que os perpetradores sexuais afastam a criança da sua família ou usam a família da vítima para facilitar o abuso, tornando-se um amigo de confiança da família, ou um recurso valioso, com vista à concretização do abuso. Com o objetivo de manter o abuso, o perpetrador utiliza estratégias para manipular e controlar a criança que podem passar por atenção, afeto ou reconhecimento e pela oferta de presentes ou dinheiro, visando obter o silêncio da vítima (Galbreath, 2010). De fato, a exigência do segredo ou a persuasão com base em brincadeira, tornando a situação abusiva incompreensível para a vítima, parecem ser também estratégias privilegiadas para a manutenção das vítimas mais novas na situação de abuso, facto corroborado na nossa investigação

Com crianças mais novas, apurou-se no nosso estudo, ainda, que o abusador recorre, frequentemente, à prestação de cuidados como condição preparatória para o abuso. Esta condição, associada à excitação sexual sentida pelo abusador, conduz à concretização de forma mais frequente, de abusos de tipo muito severo. Galbreath (2010) sugere que a sexualização da relação com a vítima pode iniciar-se, gradualmente, no âmbito de atividades físicas comuns (e.g., dar banho, limpar, massajar, aconchegar, lutar e fazer cócegas), tornando-se a relação, progressivamente, mais sexual e assumindo formas mais intrusivas de atividade sexual.

No que diz respeito aos dados da nossa investigação referentes às crianças mais velhas, o critério de seleção de perceção de maturidade física aparente parece constituir um fator de risco presente no abuso sexual, uma vez que o abusador tende a percecionar a relação com a vítima com se se tratasse de uma relação de paridade, justificando o abuso com base no facto da vítima poder beneficiar do seu estatuto de adulto e, assim, frequentar contextos interditos a crianças, e usufruir da sua condição económica. O perpetrador, para manter o abuso, faz uso, essencialmente, de recompensas materiais, que constituem, muitas vezes, presentes que a própria vítima escolhe. De fato, o abusador justifica o comportamento abusivo, convencendo a criança de que já é adulta (Bickley & Beech, 2002), sendo que os abusadores sexuais que preferem crianças mais velhas, aproveitam o tempo da criança quando esta está longe da sua família para a envolver em estratégias específicas que visem as necessidades da criança, fazendo uso da rebeldia, inexperiência e

curiosidade desta para a manipular no sentido da relação sexual (Lanning, 2010) e condicionando-a através de recompensas (Conte *et al.*, 1989; Galbreath, 2010).

No que concerne às especificidades da ocorrência do abuso sexual, quando o enfoque é a relação estabelecida entre abusador e vítima, apurou-se no nosso estudo que o abuso perpetrado no âmbito de uma relação de parentesco (por afinidade ou conjugalidade) parece influenciado pelas características familiares da vítima. Assim, estas famílias apresentam, essencialmente, carências económicas e conflitos familiares, assumindo o abusador no seio familiar um papel importante para a melhoria das condições económicas do agregado, pelo que é reconhecido como um elemento de confiança. Concomitantemente, promove a saída da figura materna de proteção (quanto existe) da esfera familiar, assumindo, usualmente, o abusador a educação e o acompanhamento das atividades e rotinas das vítimas. Deste modo, alcança o acesso facilitado à vítima e evita que o meio envolvente se aperceba ou interfira na relação abusiva que estabelece com a vítima. Segundo Rogers e colaboradores (2007), neste tipo de famílias, as crianças tendem a ficar mais expostas ao contato com indivíduos que desejem cometer o crime de abuso sexual, especialmente quando estes indivíduos pertencem à rede familiar, pois não oferecem dúvidas à família, sendo aceite facilmente por esta que as crianças podem passar tempo com os mesmos.

No caso específico do abuso sexual no âmbito de uma relação de parentesco por consanguinidade, no nosso estudo, a traição conjugal parece assumir especial relevância para a compreensão do fenómeno, na medida que o abusador, sentindo a ausência da companheira, estabelece com a vítima uma relação de maior cumplicidade e troca afetiva. De facto, Barudy (1999) sugeriu que o abuso intrafamiliar pode ser despoletado pela deterioração de uma relação conjugal, tendo como objetivo a compensação dessa situação de *stress* e tensão, obtida de forma facilitada e sem riscos. O abusador obriga a criança a encarnar o papel de companheira ideal, que controla com facilidade, obtendo, deste modo, a oportunidade para fazer face às frustrações decorrentes dos problemas conjugais.

Nas situações em que o abuso sexual ocorre no seio de uma relação estabelecida no âmbito do trabalho do abusador, o perpetrador é reconhecido pelos seus superiores hierárquicos e colegas de trabalho como um profissional apto, que se destaca pela capacidade em lidar com as crianças, denotando-se que as mesmas gostam da sua companhia. Desta forma, o acesso à vítima é facilitado e o meio envolvente não desconfia das suas ações em relação às potenciais vítimas (Leclerc, *et al.*, 2005). No nosso estudo, ficou também patente que este tipo de perpetrador tende a abusar de um maior número de vítimas numa relação abusiva menos duradoura, pois a relação estabelecida não é privilegiada, mas antes dependente do seu contexto profissional. Smallbone e colaboradores (2008) propõem que a relação abusiva entre perpetradores e vítimas de sexo masculino decorre, sobretudo, no seio de relações extrafamiliares. Assim, nalgumas situações, o abusador passa a relacionar-se com a vítima noutros contextos mais íntimos, no sentido de manter a relação abusiva, verificando-se, no nosso estudo, que o abusador que, inicialmente, cometia o crime no contexto profissional, passava, mais tarde, a frequentar a casa da vítima, continuando a relação abusiva.

Por último, importa discutir as estratégias de prevenção delineadas pelos entrevistados, na medida que esta informação revela-se primordial para a fundamentação do desenho de programas de

prevenção do abuso sexual, atendendo que os próprios abusadores sexuais conhecem aprofundadamente o processo de *grooming* em que envolvem as vítimas, bem como as estratégias utilizadas para as silenciar, mantendo-as na situação de abuso sexual (Galbreath, 2010).

Corroborando a literatura acerca da avaliação da eficácia de programas de prevenção, os entrevistados indicaram que as crianças deverão ser ensinadas a dizer não a uma possível situação de abuso sexual, bem como a denunciar qualquer tipo de comportamento abusivo de que forem vítimas. Para fomentar a denúncia, os pais devem promover a comunicação e a confiança nos filhos, dando-lhes atenção privilegiada (Daro, 1996). Assinala-se, ainda, que os entrevistados referiram que as crianças se devem afastar de desconhecidos. Contudo, não remetem para a necessidade das crianças evitarem contatos físicos, com os quais se sintam desconfortáveis, com pessoas conhecidas ou familiares, considerando-se que a maioria dos abusos sexuais ocorre no âmbito de relação familiares ou com conhecidos (Daro, 1996; Smallbone *et al.*, 2008).

A maioria das estratégias de prevenção descritas pelos entrevistados corresponde a estratégias de prevenção secundária ou terciária, não equacionando os mesmos formas de proteção prévias à ocorrência de algum tipo de comportamento abusivo. Apenas se poderão considerar estratégias de prevenção primária, as orientações fornecidas pelos entrevistados no sentido de implementar educação sexual nas escolas, e o facto de indicarem a promoção da relação com os filhos, na medida que esta estratégia poderá fomentar a autoestima e autoconfiança nas crianças.

De salientar que os entrevistados revelaram-se, também, autocentrados, elencando, na maioria das vezes, estratégias de prevenção terciárias desenvolvidas junto de si próprios, nomeadamente, o acompanhamento psicológico e os programas de intervenção desenvolvidos em contexto prisional, visando evitar a reincidência que, segundo os mesmos, é elevada.

Importa referir que, com base no modelo de Bronfenbrenner (1979, 2000) relativamente à ecologia do desenvolvimento humano, as crianças movimentam-se em diversos contextos (e.g., família ou escola), dependendo o seu desenvolvimento psicológico saudável da existência de interações assentes em afetos positivos, reciprocidade e equilíbrio de poder. Neste sentido, as crianças vítimas de abuso sexual apresentam um maior risco para desenvolver perturbações ao nível do seu desenvolvimento integral.

Os dados da nossa investigação sugerem que os abusadores compreendem a necessidade de intervir junto de todos os contextos nos quais as potenciais vítimas se movimentam e com os quais interagem, delineando estratégias de intervenção junto de crianças, famílias, comunidade e abusadores sexuais, e entendendo, concomitantemente, a necessidade de interação entre contextos, pelo que estabeleceram relações entre as diferentes estratégias relacionadas com os diferentes contextos. Enfatizam também a afetividade e a reciprocidade da família, quando aludem à promoção da comunicação pais-filhos e à preocupação que os pais devem apresentar no sentido de darem atenção à vida diária dos filhos, parecendo constituir-se este fator, de acordo com Bronfenbrenner (2000), como facilitador de processos de resiliência face a situações de perigo, como o abuso sexual, no crescimento saudável das crianças.

Contudo, os nossos entrevistados centraram-se, sobretudo, nas estratégias que podem ser desenvolvidas junto dos abusadores, denotando que, em última análise, não consideram que a

interação entre os sistemas e a promoção das competências individuais, familiares e comunitárias possa diminuir a prevalência das situações de abuso, remetendo antes a solução do problema para a "cura" da sua patologia. Demonstram, deste modo, que se consideram eficazes a "contornar" as estratégias de prevenção e efetivar o abuso sexual que desejam. Pelos relatos dos abusadores, esse fato agudiza-se com a distorção cognitiva que patenteiam, frequentemente, de que a criança não se opõe à situação abusiva porque gosta. Assim, parece, segundo o ponto de vista do abusador, que a melhor prevenção para o cometimento deste crime é a criança dizer não ou afastar-se da situação, remetendo para as estratégias de prevenção que fomentem as relações privilegiadas entre as crianças e os seus principais cuidadores, com o objetivo de melhorar a autoestima e a autoconfiança da potencial vítima.

Capítulo IV: Conclusões

1. Contribuições e Implicações Práticas

A concetualização da dinâmica da ocorrência do abuso sexual, enraízada nos dados obtidos no nosso estudo e apresentada anteriormente, demonstra-se consistente com a literatura revista no Capítulo I do presente trabalho. De facto, conclui-se que a maioria dos abusadores sexuais não abusa de qualquer criança (Galbreath, 2010; Miller-Perrin & Perrin, 1999), limitando a seleção das suas vítimas a um conjunto de crianças com determinadas características, às quais os abusadores adaptam o seu *modus operandi,* que assenta numa relação de proximidade afetiva,e sobretudo em convivência regular. As práticas abusivas vão sendo implementadas, paulatinamente e com grau, cada vez maior, de intrusividade dos comportamentos sexuais, avaliando o perpetrador a cooperação da vítima e obtendo, assim, o silêncio da mesma.

Mais especificamente, diversos estudos apontam para o ajustamento das estratégias implementadas pelo perpetrador às características das vítimas. Estas estratégias visam ultrapassar as inibições das vítimas, assim como a satisfação das suas necessidades, obtendo deste modo, o silêncio da vítima em relação ao abuso sexual a que está a ser sujeita (Galbreath, 2010; Lanning, 2010). No nosso estudo, a informação recolhida mostra-se consistente com o anteriormente referido, ficando patente que os perpetradores, procurando ultrapassar as inibições das vítimas, utilizavam, com crianças mais novas, estratégias que consistiam no desenvolvimento de brincadeiras ou na prestação de cuidados, e com as crianças mais velhas, assistiam com as mesmas a programas de TV ou filmes pornográficos. De forma a colmatar as necessidades das vítimas, com as crianças mais novas, que aparentavam (de acordo com a perceção do abusador) necessidades de afeto e atenção, os abusadores, recorriam, sobretudo, a recompensas afetivas e com base em atividades; com crianças mais velhas, que aparentavam (de acordo com a perceção do abusador) provocar a situação abusiva, recorriam sobretudo a recompensas materiais.

Por outro lado, confirmam-se alguns dos principais fatores de risco que influenciam a ocorrência do comportamento abusivo e que são elencados na literatura revista, nomeadamente o sexo da vítima (i.e., pertencer ao sexo feminino); a presença de uma convivência regular entre vítima e abusador e baseada numa relação de parentesco (i.e., verifica-se sobretudo abuso perpetrado por padrastos ou pais) ou ocorrendo no âmbito de uma relação de trabalho do perpetrador. Constatam-se, também, perceções distorcidas do abusador de que a vítima provoca o abuso sexual e/ou que necessita de atenção/afeto, ou de que estabeleceu uma relação de proximidade afetiva com a vítima. Verifica-se, ainda, a presença de características familiares como a ausência de figura parental e conflitos familiares que facilitam o acesso do abusador à vítima (Black *et al.*, 2001; Santos *et al.*, 2012).

No entanto, também se verificaram alguns dados inconsistentes, mostrando-se, no nosso estudo, que o perfil das vítimas adolescentes predominava, não se concentrando nas vítimas pré-adolescentes, conforme a literatura revista (Black *et al.*, 2001). Por outro lado, constatou-se que as carências económicas presentes na família da vítima assumiam um papel importante no acesso à vítima e cometimento do crime, uma vez que o abusador contribuía para a melhoria das condições

económicas da família e, por essa razão, permanecia próximo da vítima. Ou seja, os nossos dados não são consistentes com os dados epidemiológicos que indicam não existir relação entre as condições socioeconómicas e o abuso sexual, mas são consistentes com os estudos que apontam que a maioria dos casos de abuso sexual reportados às entidades competentes corresponde a vítimas que pertencem a grupos socioeconómicos mais baixos (Butler, 2013). Também não se confirmou, no nosso estudo, a incidência elevada da presença de algum tipo de deficiência na vítima como fator de risco (Roger *et al.*, 2007).

De acordo com Rogers e colaboradores (2007), as crianças que exibem dificuldades de integração no seu meio social, ou seja, as crianças às quais são reconhecidos poucos amigos, tendem a apresentar maior risco para sofrerem abuso sexual. No nosso estudo, os entrevistados revelaram não conhecer este aspeto particular da vida das suas vítimas; contudo, verificou-se uma preponderância de crianças que, de acordo com o relato dos entrevistados, tendem a apresentar défice de suporte familiar e/ou social (Rogers *et al.*, 2007), facilitando o acesso do abusador à vítima.

Conforme Starzyk e Marshall (2003), o risco de abuso sexual aumenta com a combinação de diversos fatores de risco. Também no nosso estudo foi possível identificar a presença concomitante de características individuais, familiares e situacionais das vítimas, associados a um maior risco, na maioria dos casos em estudo.

No que concerne à cessação do comportamento abusivo, e validando a literatura revista, a mesma decorre, na maioria dos casos, da iniciativa da vítima, e, essencialmente, porque o seu meio envolvente (família e amigos) não se apercebe do abuso sexual, na medida em que o abusador afasta a criança, de forma premeditada, desse meio, com o objetivo de que o comportamento abusivo não seja detetado (Berliner & Conte, 1990; Lanning, 2010). Na perspetiva do abusador sexual, a perceção que a vítima se afasta da situação ou diz não a qualquer tipo de comportamento abusivo conduz ao término desse abuso. Neste sentido, sugere-se que as estratégias de prevenção do abuso sexual privilegiem a educação sexual junto das crianças enquanto instrumento de autoproteção, com base em programas de prevenção de tipo universal. Pese embora os abusadores não perpetrem a prática abusiva junto de todas as crianças a que têm acesso, justifica-se a implementação de programas de prevenção primária, uma vez que os dados recolhidos demonstram a dificuldade do meio envolvente em identificar as situações de abuso sexual, obrigando a vítima a permanecer numa relação abusiva, até que a própria revele o abuso sexual a que é sujeita. Mais especificamente, visando impedir qualquer tentativa de comportamento abusivo por parte do abusador sexual, aferiu-se a necessidade dos programas de prevenção primária focarem a promoção das competências comunicacionais, assertividade e tomada de decisão, assim como fomentarem a revelação do abuso pela criança a pessoas de confiança (promovendo-se a identificação de várias pessoas como forma de prevenção para no caso da pessoa a quem a criança conte não acredite, a criança tenha outras pessoas identificadas) (Wurtele, 2009). Junto de crianças mais pequenas (em idade pré-escolar), que patenteiam maiores dificuldades em compreender as abordagens dos abusadores, torna-se essencial esclarecer os seguintes conceitos: corpo enquanto propriedade; *continuum* de toques (desde toques menos intrusivos até toques mais intrusivos, ensinando às crianças que há toques que não devem ser consentidos); incentivar a dizer não se alguém lhes tocar em determinadas partes do seu corpo ou de

uma forma que as faça sentir desconfortáveis (estimular a confiança da criança na sua intuição e sentimentos) e contar a pessoas de confiança o sucedido (Daro, 1996; Dunkerley *et al.*, 1994). Com crianças mais velhas, os programas podem, adicionalmente, focar o conhecimento que os abusadores começam por aprofundar a relação afetiva que estabelecem com uma potencial vítima, relação a partir da qual vai promovendo encontros isolados e vai procurando, progressivamente, dessensibilizar a potencial vítima ao toque sexual (Galbreat, 2010). As crianças mais velhas devem ainda ser encorajadas, à semelhança dos programas de prevenção com crianças mais novas, a revelar quando são tocadas de uma forma que as façam sentir ansiosas e ensiná-las que têm o direito a dizer não a esse toque mesmo que tenham previamente consentido um toque que lhes tenha parecido não sexual (Daro, 1991).

Em conformidade com a informação recolhida no nosso estudo, para além da necessidade em aumentar-se o conhecimento acerca das abordagens e estratégias utilizadas pelo perpetrador sexual, bem como as formas de atuação perante uma tentativa de abuso sexual, afigura-se fundamental que a potencial vítima tenha capacidade para se opor à eventual prática abusiva. Para o efeito, e na medida que se apurou, através dos dados recolhidos, que as vítimas de abuso sexual tendem a apresentar necessidades de afeto e atenção insatisfeitas pelo meio envolvente, torna-se imprescindível o treino de competências das crianças no sentido de maximização da sua autoestima e autoconfiança (Wurtele, 2009), potenciando a capacidade de dizer não ou de se afastar da situação abusiva.

Por seu turno, o meio envolvente apresenta um papel determinante na prevenção da perpetração do crime de abuso sexual contra as crianças que se movem nesse meio, mais especificamente na deteção de possíveis situações de abuso sexual. Deste modo, deverá promover-se a frequência de programas de prevenção primária dirigidos a pais, mas também a toda a comunidade, incentivando as pessoas que rodeiam determinada criança a supervisionar as suas rotinas e atividades, não permitindo o afastamento da mesma por qualquer adulto, ainda que esse pareça adequado e afetuoso com a criança, para contextos isolados e de forma reiterada. De fato, assinala-se que, frequentemente, os abusadores sexuais são adultos que parecem lidar bem com crianças, sendo reconhecidos nos seus meios familiares e laborais como capazes e adequados à prestação de cuidados às crianças e ao desenvolvimento de atividades junto das mesmas, parecendo as crianças, por seu lado, gostar deste tipo de interlocutores. Por outro lado, torna-se oportuno transmitir a professores, técnicos e outros profissionais que lidam diariamente com crianças que foquem a sua atenção naquelas que aparentem apresentar necessidades de afeto e atenção, procurando obter recursos que colmatem essas necessidades, na medida que ficou patente nos dados do nosso estudo, como já mencionado, que estas características chamam a atenção do abusador e podem despoletar a situação de abuso sexual.

Visando a prevenção do abuso sexual por parte de elemento com parentesco familiar (por consanguinidade ou afinidade) com uma potencial vítima, que, de acordo com os nossos dados, é um tipo de abuso sexual frequente, é necessário promover as competências de comunicação e a confiança mútua entre a criança e a sua família, ou entre a criança e outros elementos presentes na sua vida (agentes educativos ou elementos da comunidade), com o objetivo que a vítima possa

revelar o abuso de que está a ser vítima, sem temer a culpabilização ou desacreditação do conteúdo da sua revelação. Por outro lado, os pais e os elementos da comunidade devem beneficiar de apoio especializado em relação à temática do abuso sexual, com o objetivo de melhor serem capacitados para enfrentarem, de forma adequada, possíveis situações de abusos sexuais de que tenham conhecimento. Esta capacitação pode consistir no treino de competências de escuta ativa, bem como na receção de informação acerca de formas de atuação perante uma possível revelação (e.g., o que deve ou não deve dizer perante uma revelação, e junto de que serviços deve denunciar a situação) e dos recursos disponíveis para apoiar a potencial vítima (Wurtele, 2009).

Seguindo as sugestões de prevenção primária indicadas pelos abusadores sexuais aquando a obtenção dos dados, atendendo a que os mesmos conhecem aprofundadamente, bem como implementam eficazmente o processo através do qual se identifica e se mantém uma determinada vítima na situação de abuso sexual (Conte *et al.*, 1989; Galbreath, 2010), esperando-se que reconheçam, facilmente, as estratégias de prevenção, acrescentam-se algumas ideias a incluir nos programas de prevenção. Assim, revela-se importante que seja divulgado que a denúncia dos abusos sexuais apresenta um caracter obrigatório para toda a população. Por outro lado, demonstra-se, também, benéfico promover reuniões no seio das comunidades nas quais se discuta a temática do abuso sexual, visando identificar respostas preventivas personalizadas para cada comunidade específica.

Para os perpetradores seria também proveitoso que os próprios pudessem beneficiar de acompanhamento psicológico, visando intervir na sua patologia, que consiste num desejo desviante de encetar relações sexuais com crianças. Concomitantemente, seria útil, por um lado, aumentar as penas de prisão que objetivem o medo do abusador reincidir e tornar a ser recluso. Por outro lado, no contexto prisional, seria fundamental desenvolver programas de intervenção, semelhantes ao programa já desenvolvido no Estabelecimento Prisional da Carregueira - Programa de Intervenção Dirigido a Agressores Sexuais[6] - e em que alguns dos entrevistados participaram. A literatura confirma a necessidade de intervenção junto dos abusadores sexuais, sendo que, para Ward e Siegert (2000), o cometimento do abuso sexual ocorre com base em quatro mecanismos psicológicos que se interrelacionam: défices sociais e no estabelecimento de relações de intimidade, esquemas sexuais distorcidos, desregulação emocional e distorções cognitivas. Como tal, a intervenção com reclusos deverá incidir nestas variáveis, alargando-se ao período de pós-reclusão.

Importa ainda referir que, embora os entrevistados não o tenham mencionado, considera-se imprescindível o desenvolvimento de programas de prevenção secundária implementados junto de potenciais abusadores sexuais (e.g., jovens que beneficiam de medidas tutelares educativas) (Wurtele, 2009).

[6] Conforme indicação da equipa técnica do Estabelecimento Prisional da Carregueira, o Programa de Intervenção Dirigido a Abusadores Sexuais apresenta adesão de carácter voluntário, e o seu objetivo principal prende-se com a reestruturação cognitiva do indivíduo, visando a mudança de comportamentos. Assim, por meio de dinâmica de grupos, procuram detetar-se as disfuncionalidades cognitivas e emocionais que conduziram à concretização do crime, intervindo nessas disfuncionalidades para a alteração de comportamento do indivíduo.

Concluindo, e uma vez que a etiologia do abuso sexual se prende com múltiplos níveis (individual, relacional, familiar, comunitário), a intervenção deverá focar também esses diferentes níveis, na medida em que, de acordo com o modelo ecológico, qualquer tipo de comportamento (incluindo o abuso sexual) ocorre num determinado contexto e tem de ser avaliado no âmbito da transação bidirecional entre o sujeito que efetua o comportamento e os sistemas onde o mesmo interage.

Com base na Teoria Integrativa da Agressão Sexual (Thakker, Ward, & Navathe, 2007), o comportamento abusivo mantém-se e/ou agrava-se devido às consequências que a reprodução desse comportamento produz no perpetrador e seu ambiente envolvente. Neste sentido, têm-se desenvolvido programas de prevenção que focam o nível individual, mas também programas que integram estratégias mais sistemáticas que visam alterar o macrossistema, nomeadamente a legislação e as normas sociais (Kenny & Wurtele, 2012). Deste modo, a prevenção do abuso deve basear-se em programas de educação sexual junto de crianças, famílias, técnicos e comunidade em geral, mas também devem desenvolver-se políticas, leis e normas sociais que promovam tolerância zero à prática do abuso sexual.

De salientar, ainda, que as conclusões supramencionadas resultam da análise do conteúdo das respostas recolhidas que se encontra-se, necessariamente, condicionado pelas distorções cognitivas patentes no discurso dos entrevistados, revelando-se o seu conteúdo demonstrativo das justificações fornecidas para a concretização do abuso sexual. Assim, os abusadores revelam distorções cognitivas com o objetivo de evitar confrontar-se com a realidade e com a severidade e desvio do seu comportamento abusivo, utilizando desculpas para negar a responsabilidade pelas suas ações e para se defenderem do conhecimento negativo que têm acerca dos próprios comportamentos (Bickley & Beech, 2002; Pollock & Hasmall, 1991). Deste modo, a perspetiva dos perpetradores sexuais, acerca do cometimento do crime de abuso sexual, facultada nos seus discursos, aquando das entrevistas, encontra-se enviesada pela necessidade dos mesmos minimizarem e lidarem com as práticas abusivas que desenvolvem.

2. Limitações e Sugestões para Investigações Futuras

Ao presente estudo podem ser apontadas algumas limitações. Os processos de recolha e análise de dados ocorreram em momentos distintos e não, como se pretendia, com base num processo interativo de recolha e análise de informação (Strauss & Corbin, 1994, 1990). Não obstante, verificou-se que, a partir da vigésima entrevista, se atingiu a saturação teórica, não tendo emergindo novas categorias nas restantes entrevistas.

Os dados recolhidos provêm de um conjunto de participantes que constituem uma amostra homogénea - indivíduos do sexo masculino, condenados por crimes contra a autodeterminação sexual, que assumem a autoria do crime e que se encontram a cumprir pena de prisão – podendo mostrar-se útil obter informação junto de indivíduos do sexo feminino, e de indivíduos do sexo masculino e feminino que não estivessem em situação de reclusão. Os abusadores sexuais de sexo feminino terão, provavelmente, outras motivações e implementarão o seu *modus operandi* de forma

divergente dos abusadores do sexo masculino, pelo que a obtenção de informação junto dessa população poderia enriquecer os resultados obtidos. A condição de reclusão poderá ter influenciado a informação prestada, na medida em que os participantes poderão ter condicionado as suas respostas devido a sentimentos de desejabilidade social, pressupondo que os dados facultados contribuíssem para evidenciar bom comportamento e, assim, obter vantagens relacionadas com o cumprimento da pena, pese embora o esclarecimento de consentimento informado efetuado no início da entrevista. Por outro lado, foi percetível e verbalizado por alguns participantes, o medo manifesto que o meio envolvente (i.e., guardas prisionais ou outros reclusos) tomasse conhecimento que os entrevistados tivessem sido condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e, assim, serem prejudicados na relação interpessoal estabelecida com os diversos atores presentes no contexto prisional, podendo este fator condicionar o tipo de respostas fornecido.

De salientar que a obtenção de dados baseou-se num único instrumento de recolha – a entrevista – podendo mostrar-se vantajoso a utilização de outros métodos de recolha complementares (e.g., questionários, análise documental), bem como de outras fontes de informação (e.g., técnicos de reinserção social, vítimas, processos judiciais) e recorrendo a um maior número de participantes. Deste modo, obter-se-ia informação mais rica e aprofundada sobre o fenómeno em estudo, acedendo-se a múltiplas perspetivas e permitindo comparações entre os dados e a triangulação da informação obtida. Na medida em que as entrevistas não foram gravadas, tendo-se anotado todas as respostas *ipsis verbis* e preenchido as lacunas no final da entrevista, é possível que esta opção metodológica também possa ter influenciado a recolha dos dados, na medida que, possivelmente, alguma informação poder-se-á ter perdido.

Não obstante os constrangimentos referenciados, o presente estudo apresenta contribuições significativas ao nível dos fatores de risco e das condições antecedentes suscetíveis de influenciarem a ocorrência do abuso sexual, suportando, desse modo, implicações práticas relacionadas com as estratégias de prevenção da dinâmica abusiva. Neste sentido, considera-se relevante o desenho de programas de prevenção que visem intervir nos principais fatores de risco identificados, destacando-se, no nosso estudo, que o abuso sexual ocorre, sobretudo, contra vítimas adolescentes do sexo feminino (selecionadas pelo abusador com base em critérios físicos e de aparente maturidade física superior à idade real), no âmbito de uma relação de parentesco e na ausência de uma figura parental de suporte, assumindo o abusador um papel preponderante na supervisão das rotinas e atividades da vítima e, percecionando, de forma distorcida, comportamentos que considera provocatórios por parte da vítima. Assim, parece necessário que os programas de prevenção assumam uma natureza primária e secundária e sejam desenvolvidos ao nível familiar e comunitário. Os seus objetivos deverão prender-se com a deteção precoce do comportamento abusivo, bem como com a promoção do conhecimento acerca das formas de atuação, aquando da deteção, no sentido de minimizar o impacto do abuso sexual na vítima, uma vez que foram no nosso estudo, essencialmente as vítimas a revelarem o crime, após terem sofrido uma escala na severidade do abuso. Contudo, não deverá menosprezar-se a implementação de estratégias de prevenção primária, focadas no nível individual, no sentido da promoção da oposição, por parte da vítima, o mais cedo possível, sendo desejável que a mesma se consiga opor na fase preparatório do abuso sexual. Adicionalmente, torna-se

imprescindível intervir junto dos perpetradores, através de técnicas de restruturação cognitiva, que visem a eliminação das distorções que apresentam acerca do comportamento das vítimas, inviabilizando, consequentemente, a justificação do perpetrador para a concretização do crime e, assim, também a predisposição para o cometimento do abuso sexual.

Têm sido, também, apontados alguns fatores de proteção relativamente ao abuso sexual, que se consubstanciam na capacidade do meio envolvente para apoiar a vítima no momento da revelação, predizendo essa capacidade o impacto da experiência abusiva na vida da vítima. Assim, quanto maior for a credibilidade e o apoio recebido do meio envolvente, menor as consequências adversas para a vítima (Santos *et al.*, 2012). Neste sentido, considera-se pertinente que, em investigações futuras, se possa aprofundar o conhecimento acerca dos fatores de proteção, no sentido de melhor proteger as vítimas de abuso sexual. Por outro lado, face à lacuna de estudos no nosso país acerca da real prevalência do abuso sexual, reconhece-se a necessidade de efetuar estudos nesta área de estudo, de forma a justificar um maior investimento económico e social nesta matéria. A pertinência destes estudos assenta no conhecimento de que existe um elevado número de casos de abuso sexual no nosso país sendo até, frequentemente, noticiado nos órgãos de comunicação social, mas com base em pouca investigação empírica.

Em síntese, e pese embora as limitações referidas, o presente estudo apresenta contribuições significativas para a compreensão da dinâmica do abuso sexual, que consistem na identificação de alguns fatores de risco associados à vítima que os abusadores sexuais reconhecem e que influenciam a ocorrência do crime de abuso sexual, revelando-se necessário intervir sobre esses fatores no sentido da prevenção do comportamento sexual abusivo. Por outro lado, demonstrou-se, igualmente, que a cessação do abuso resulta, sobretudo, da denúncia pela vítima, tornando-se necessário implementar estratégias de maximização de competências comunicacionais, de assertividade e de tomada de decisão das crianças, com o objetivo que o comportamento abusivo não ocorra ou não se perpetue, prevenindo-se, neste último caso, que se torne mais severo. Assim, espera-se que novas tipologias de intervenção alicerçadas nos dados recolhidos, possam contribuir para a minimização do impacto que a experiência de abuso sexual tem na vítima e seu meio envolvente.

Referências

Abel, G., Becker, J., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, *7*, 89–103.

Allagia, R. (2005). Disclosing the trauma of child sexual abuse: A gender analysis. *Journal of Loss & Trauma, 10*(5), 453–470.

Albarello, L., Digneffe, F., Hirnaux, J., Maroy, C., & Ruquoy, D. (2005). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*, *58*(3), 469–83.

Barudy, J. (1999). *Maltrato infantil. Ecología social: Prevención y reparación.* Santiago do Chile: Galdoc.

Berliner, L., & Conte, J. (1990). The process of victimization: The victims' perspective. *Child Abuse & Neglect, 14,* 29–40.

Berliner, L., & Elliott, D. (1996). Sexual abuse of children. In Briere, J., Berliner, L., Buckley, J., Jenny, C., & Reid, T. (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp. 51-71). Thousand Oaks, CA: Sage.

Bickley, J., & Beech, A. (2002). An investigation of the Ward and Hudson pathways model of the sexual offense process with child abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, *17*(4), 371–393.

Black, D., Heyman, R., & Slep, A. (2001). Risk fators for child sexual abuse. *Agression and Violent Behavior, 6*, 203-229.

Briere, J., & Elliott, D. (1994). Immediate and long-term impacts of child sexual abuse. *The Future of Children*, *4*(2), 54–69.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U., & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development, 9*(1), 115-125.

Brown, J., Cohen, P., Johnson, J., & Salzinger, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: Findings of a 17-year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, *22*(11), 1065–1078.

Budin, L., & Johnson, C. (1989). Sex abuse prevention programs offenders' attitudes about their efficacy. *Child Abuse & Neglect, 13,* 77-87.

Butler, A. C. (2013). Child sexual assault: Risk factors for girls. *Child Abuse & Neglect, 37,* 643–652.

Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2002). *O abuso sexual de menores: Uma conversa entre o direito e a psicologia.* Coimbra: Almedina.

Charmaz, K. (2006). *Constructing Grounded Theory: A practical guide through qualitative analysis*. Thousand Oak, CA: Sage Publications.

Código do Processo Penal (2007). Coimbra: Almedina.

Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). (2010). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens*. Lisboa: CNPCJR.

Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). (2011). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens*. Lisboa: CNPCJR.

Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). (2012). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens*. Lisboa: CNPCJR.

Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR). (2013). *Relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de crianças e jovens*. Lisboa: CNPCJR.

Conte, J., Rosen, C., & Saperstein, L. (1986). An analysis of programs to prevent the sexual victimization of children. *Journal of Primary Prevention, 6*(3)*,* 141-155.

Conte, J., Wolf, S., & Smith, F. (1989). What sexual offenders tell us about prevention strategies. *Child Abuse & Neglect, 13*, 293-301.

Corbin, J, & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: Procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, *13*(1), 3–21.

Craven, A., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression, 12*(3), 287-299.

Daro, D. (1991). Child sexual abuse prevention: Separating fact from fiction. *Child Abuse & Neglect, 15,* 1–4.

Daro, D. (1996). Preventing child abuse and neglect. In J. Briere, L. Berliner, *et al.* (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp. 343-358). Thousand Oaks, CA: Sage.

Davies, E. A, Jones, A. C. (2012). Risk factors in child sexual abuse. *Journal of Forensic and Legal Medicine, 20,* 146-150.

Dunkerley, A., Graham, F., Doyle, P., Gooch, T., & Kennington, R. (1994). Learning from perpetrators of child sexual abuse. *Probation Journal, 41* (3), 147-151.

Elliot, M., Brown, K,. & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: What offenders tell us. *Child Abuse & Neglect, 19,* 579-594.

Fernandes, E., & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In M. Fernandes, M. Eugénia, & L. Almeida (Eds), *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: Universidade do Minho.

Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of childhood abuse in portuguese parents. *Child Abuse & Neglect, 28,* 669-682.

Finkelhor, D. (1993). Epidemiological factors in the clinical identification of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 17*, 67-70.

Finkelhor, D. (1994a). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The Future of Children*, *4*(2), 31-53.

Finkelhor, D. (1994b). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, *18*(5), 409–417.

Finkelhor, D., & Baron, L. (1986). Risk factors for child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 1*(1), 43–71.

Finkelhor, D. &, Dziuba-Leatherman, J. (1995). Victimization prevention programs: A national survey of children's exposure and reactions. *Child Abuse & Neglect, 19*(2), 129–139.

Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse & Neglect, 14*(1), 19–28.

Fleming, J., Mullen, P., & Bammer, G. (1997). A study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect, 21*(1), 49–58.

Fleiss, J. (1981). *Statistical methods for rates and proportions* (2th Ed.). New York: John Wiley & Sons.

Furniss, T. (1993). *Abuso sexual de crianças. Uma abordagem multidisciplinar: Manejo, terapia e intervenção legal integradas.* Porto Alegre: Artmed.

Galbreat, N. (2010). Child molesters. In C. Jenny (Ed.), *Child abuse and neglect: Diagnosis, treatment and evidence* (pp. 152-165). Oxford: Elsevier.

Gold, S., Elhai, J., Lucenko, B., Swingle, J., & Hughes, D. (1998). Abuse characteristics among childhood sexual abuse survivors in therapy: A gender comparison. *Child Abuse & Neglect, 22,* 1005-1012.

Haugaard, J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, *55*(9), 1036-1039.

Hershkowitz, I., Lanesb, O., & Lambc, M. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect, 31*(2), 111–123.

Hewitt, S. (1998). *Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: Understanding small voices*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Johnson, C. (2004). Child sexual abuse. *Lancet, 364*, 462–470.

Jones, L., Bellis, M., Wood, S., Hughes, K., McCoy, E., Eckley, L., … Officer, A. (2012). Prevalence and risk of violence against children with disabilities: A systematic review and meta-analysis of observational studies. *The Lancet*, *380*(9845), 899–907.

Kenny, M., & Wurtele, S. (2012) Preventing childhood sexual abuse: An ecological approach. *Journal of Child Sexual Abuse, 21*(4), 361-367.

Lang, R., & Frenzel, R. (1988). How sex offenders lure children. *Journal of Research and Treatment, 1*(2), 303–317.

Lanning, K. V. (2010). *Child Molesters: A behavioral analysis for professionals investigating the sexual exploitation of children* (5ª ed.). U.S. Department of Justice: National Center for Missing & Exploited Children.

Lawson, L. (2003). Isolation, gratification, justification: Offenders explanations of child molesting. *Issues in Mental Health Nursing, 24*, 695—705.

Leclerc, B., Proulx, J., & McKibben, A. (2005). Modus operandi of sexual offenders working or doing voluntary work with children and adolescents. *Journal of Sexual Aggression, 11*(2), 187-195.

Leclerc, B., & Trembla, P. (2007) Strategic behavior in adolescent sexual offenses against children: Linking modus operandi to sexual behaviors. *Sex Abuse, 19*, 23-41.

Leventhal, J. M. (1998). Epidemiology of sexual abuse of children: Old problems, new directions. *Child Abuse & Neglect, 22*(6), 481-491.

Loissele, J., & Friedman, M. (2003). Overview of child sexual abuse. In A. Giardino & E. Datner (Eds.), *Sexual assault victimization across the life span: A clinical guide* (pp. 1-17). St. Louis, MO: G.W. Medical Publishing, Inc.

London, K., Bruck, M., Ceci, S., & Shuman, D. (2005). Disclosure of child sexual abuse: What does the research tell us about the ways that children tell? *Psychology, Public Policy, and Law, 11*(1), 194-226.

Machado, C. (2002). Abuso sexual de crianças. In C. Machado, & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 2) (pp. 39 - 93). Coimbra: Quarteto Editora.

MacIntyre, D., & Carr, A. (2000). Prevention of child sexual abuse: Implications of programme evaluation research. *Child Abuse Review, 9*, 183–199.

Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático para profissionais.* Coimbra: Quarteto Editora.

Miller-Perrin, C., & Miller, R. (1999). *Child maltreatment: An introduction*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Ministério de Administração Interna (MAI). (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Gabinete do Secretário Geral.

Ministério de Administração Interna (MAI). (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Gabinete do Secretário Geral.

Ministério de Administração Interna (MAI). (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Gabinete do Secretário Geral.

Ministério de Administração Interna (MAI). (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Gabinete do Secretário Geral.

National Center on Child Abuse and Neglect. (1978). *1977 Analysis of child abuse and neglect research.* Washington DC: U.S. Government Printing Office.

Neidigh, L. & Krop, H. (1992). Cognitive distortions among child sexual offenders. *Journal of Sex Education & Therapy, 18*(3), 208-215.

Paine, M. L., & Hansen, D. J. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review, 22*, 271-295.

Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J. (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse & Neglect, 33,* 331–342.

Peters, S., Wyatt, G., & Finkelhor, D. (1986). Prevalence. In D. Finkelhor (Ed.), *A sourcebook on child sexual abuse* (pp. 15-59). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Pollock, N., & Hasmall, J. (1991). The excuses of child molesters. *Behavioral Sciences & the Law, 9*(1), 53—59.

Prevention Institute: Putting Prevention at the Center of Community Well-being. (2009). *Transforming communities to prevent child sexual abuse and exploitation: A primary prevention approach*. Oakland, CA: Prevention Institute.

Putnam, F. (2003). Ten-year research update review: Child sexual abuse. *Journal of the American Academy Child & Adolescent Psychiatry, 42*(3), 269-278.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Rogers, P., Josey, N., & Davies, M. (2007). Victim age, attractiveness and abuse history as factors in the perception of a hypothetical child sexual abuse case. *Journal of Sexual Aggression, 13*(2), 121-137.

Russel, D. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child Abuse & Neglect, 7*, 133–146.

Santos, S., Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. (2012). Desvendado segredos: Padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In S. Habigzang, L. & Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes* (pp. 55-68). Porto Alegre: Artmed.

Smallbone, S., & Wortle, R. (2001). Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi. *Australia Institute of Criminology, 193,* 1-6.

Smallbone, S., Marshall, W., & Wortley, R. (2008). *Preventing child sexual abuse: Evidence, policy and practice*. Devon: Willan Publishing.

Sorsoli, L., Kia-Keating, M., & Grossman, F. (2008). "I keep that hush-hush": Male survivors of sexual abuse and the challenges of disclosure. *Journal of Counseling Psychology, 55*(3), 333-345.

Strauss, A., & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: An overview. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds), *Handbook of qualitative research* (pp. 273–285). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Starzyk, K., & Marshall, W. (2003). Childhood family and personological risk factors for sexual offending. *Agression and Violent Behavior, 8*, 93-105.

Sullivan, P., & Knutson, J. (2000). Maltreatment and disabilities: A population-based epidemiological study. *Child Abuse & Neglect*, *24*(10), 1257–1273.

Thakker, J., Ward, T., & Navathe, S. (2007). The cognitive distortions and implicit theories of child sexual abusers. In A. Gannon, T., Ward, T., & Beech (Eds.), *Agressive offenders' cognition: Theory, research, and practice* (pp. 11–30). UK: John Wiley & Sons, Ltd.

Ward, T. (2000). Sexual offender's cognitive distortions as implicit theories. *Agression and Violent Behavior*, *5*, 491–507.

Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior, 11* (1), 44-63.

Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior, 11,* 323-340.

Ward, T., & Siegert, R. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime, and Law, 8*, 319-351.

Williams, L. (1994). Recall of childhood trauma: A prospective study of women's memories of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *62*(6), 1167–1176.

Willig, C., & Rogers, W. (2013). *The Sage handbook of qualitative research in psychology* (5ª ed.). Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications.

World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide for taking action and generating evidence.* Genebra: WHO Press.

Wurtele, S. (2009). Preventing sexual abuse of children in the twenty-first century: Preparing for challenges and opportunities. *Journal of Child Sexual Abuse, 18*(1), 1-18.

Anexos

Anexo A: Código Penal Português

CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS

SECÇÃO II

Crimes contra a autodeterminação sexual

Artigo 171.º

Abuso sexual de crianças

1 — Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 — Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3 — Quem:

a) Importunar menor de 14 anos, praticando acto previsto no artigo 170.º; ou

b) Actuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espectáculo ou objecto pornográficos; é punido com pena de prisão até três anos.

4 — Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

Artigo 172.º

Abuso sexual de menores dependentes

1 — Quem praticar ou levar a praticar acto descrito nos n.os 1 ou 2 do artigo anterior, relativamente a menor entre 14 e 18 anos que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 — Quem praticar acto descrito nas alíneas do n.º 3 do artigo anterior, relativamente a menor compreendido no número anterior deste artigo e nas condições aí descritas, é punido com pena de prisão até um ano.

3 — Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até três anos ou pena de multa.

Artigo 173.º

Actos sexuais com adolescentes

1 — Quem, sendo maior, praticar acto sexual de relevo com menor entre 14 e 16 anos, ou levar a que ele seja por este praticado com outrem, abusando da sua inexperiência, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

2 — Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito oral, coito anal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão até três anos ou multa até 360 dias.

Artigo 174.º

Recurso à prostituição de menores

1 — Quem, sendo maior, praticar acto sexual de relevo com menor entre 14 e 18 anos, mediante pagamento ou outra contrapartida, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

2 — Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.

3 — A tentativa é punível.

Artigo 175.º

Lenocínio de menores

1 — Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 — Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

a) Por meio de violência ou ameaça grave;

b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;

c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;

d) Actuando profissionalmente ou com intenção lucrativa; ou

e) Aproveitando -se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;é punido com pena de prisão de dois a dez anos.

Artigo 176.º

Pornografia de menores

1 — Quem:

a) Utilizar menor em espectáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;

b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;

c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;

d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea

b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder; é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 — Quem praticar os actos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.

3 — Quem praticar os actos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.

4 — Quem adquirir ou detiver os materiais previstos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.

5 — A tentativa é punível.

Artigo 177.º

Agravação

1 — As penas previstas nos artigos 163.º a 165.º e 167.º a 176.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima:

a) For ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; ou

b) Se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação.

2 — As agravações previstas no número anterior não são aplicáveis nos casos do n.º 2 do artigo 163.º, do n.º 2 do artigo 164.º, da alínea c) do n.º 2 do artigo 169.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 175.º

3 — As penas previstas nos artigos 163.º a 167.º e 171.º a 174.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se o agente for portador de doença sexualmente transmissível.

4 — As penas previstas nos artigos 163.º a 168.º e 171.º a 174.º são agravadas de metade, nos seus limites mínimo e máximo, se dos comportamentos aí descritos resultar gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida, suicídio ou morte da vítima.

5 — As penas previstas nos artigos 163.º, 164.º, 168.º, 174.º, 175.º e no n.º 1 do artigo 176.º são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima for menor de 16 anos.

6 — As penas previstas nos artigos 163.º, 164.º, 168.º, 175.º e no n.º 1 do artigo 176.º são agravadas de metade, nos seus limites mínimo e máximo, se a vítima for menor de 14 anos.

7 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 178.º

Queixa

1 — O procedimento criminal pelos crimes previstos nos artigos 163.º a 165.º, 167.º, 168.º e 170.º depende de queixa, salvo se forem praticados contra menor ou deles resultar suicídio ou morte da vítima.

2 — O procedimento criminal pelo crime previsto no artigo 173.º depende de queixa, salvo se dele resultar suicídio ou morte da vítima.

3 — Nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor não agravados pelo resultado, o Ministério Público, tendo em conta o interesse da vítima, pode determinar a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que não tenha sido aplicada anteriormente medida similar por crime da mesma natureza.

4 — No caso previsto no número anterior, a duração da suspensão pode ir até cinco anos.

Anexo B: Guião de entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

Código: _____/_____

(Nº participante/Data da entrevista)

BREVE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo visa descrever o modo de proceder de indivíduos condenados por abuso sexual de crianças, identificando as características das crianças que estiveram envolvidas, tendo como objetivo último a obtenção de novos conhecimentos que possam orientar o desenho de programas de prevenção desta temática.

CONSENTIMENTO INFORMADO

A sua participação é voluntária, podendo retirar o consentimento a qualquer momento.

A sua privacidade será protegida, não havendo qualquer recolha de dados pessoais que permitam a sua identificação.

Ao conceder-nos a entrevista, autoriza a utilização das informações por si fornecidas, exclusivamente para fins de investigação, sem que possa ser identificado.

1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Inicialmente gostaria de saber alguns dos seus dados demográficos.

1.1. Sexo: M ☐ F ☐

1.2. Qual é a sua idade?

1.3. Qual é o seu estado civil?

1.4. Quais são as suas habilitações literárias?

1.5. Qual era a sua profissão (antes da condenação)?

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Agora gostaria de saber um pouco mais sobre o que conduziu à sua condenação:

2.1. Quais as acusações que levaram à sua condenação?

2.2. Quando é que foi condenado?

2.3. Qual a duração da pena?

2.4. Quanto tempo já cumpriu?

3. CONCEPTUALIZAÇÃO DE ABUSO SEXUAL

3.1. O que é para si abuso sexual?

(Caso não seja indicado, questionar: Que comportamentos podem ser considerados como abuso sexual?)

4. CARACTERIZAÇÃO DA(S) VÍTIMA(S)

Relativamente à(s) criança(s) que estiveram envolvidas nos crimes pelos quais foi condenado/a, gostaria de saber:

4.1. Quantas crianças estiveram envolvidas?

4.2. **Em relação a cada criança, vamos atribuir a letra A, B, C, … para não identificar a criança. Assim, em relação à criança A/B/C, …:**

4.2.1. Como era a criança? Conte-me como era a criança…. Descreva-me um retrato completo dela.

(Caso não seja indicado, questionar: idade; sexo; eventual dificuldade ou deficiência; integração social da criança)

4.2.2. Que relação tinha com a criança?

(Caso não seja indicado, explorar: relação de parentesco e/ou familiaridade ou de outra natureza e questionar: o que costumavam fazer juntos?)

4.2.3. Conhecia a família da criança? Se sim, como a descreve?

(Caso não seja indicado, questionar: estrutura e constituição; nível socio-económico – rendimento, ocupação profissional e tempo gasto no trabalho; existência de doenças psicológicas/psiquiátricas e consumo de substâncias – álcool, drogas, medicação; relação entre os elementos familiares; forma como é educada a criança – práticas educativas, supervisão das rotinas e acompanhamento das atividades da criança).

5. SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DA(S) VÍTIMA(S)

Centrando-nos novamente nas crianças que estiveram envolvidas nos crimes pelos quais foi condenado/a, gostaria de saber:

5.1. Como escolheu a criança? Baseou-se nalguma característica ou comportamento dela? Se sim, qual/quais?

6. PERPETUAÇÃO DO COMPORTAMENTO ABUSIVO

6.1. Questionar, caso não haja relação de parentesco:

6.1.2. Como conheceu a criança?

6.1.3. Onde conheceu a criança?

6.1.4. Quando conheceu a criança?

6.2. Em relação aos comportamentos sexuais que manteve com a criança, explique-me o que aconteceu.

(Caso não seja indicado, questionar: forma de abordagem da criança; tipo de comportamentos, local, duração e frequência dos comportamentos sexuais)

6.3. Antes dos encontros com a criança fazia alguma coisa em particular? Ou tinha algum comportamento específico?

6.4. Após os encontros com a criança fazia alguma coisa em particular? Ou tinha algum comportamento específico?

7. MANUTENÇÃO DO COMPORTAMENTO ABUSIVO

7.1. O que fazia para manter estes comportamentos sexuais? (Caso se verifique tratar-se de comportamento abusivo continuado)

(Caso não seja indicado, questionar: estratégias adotadas para a criança não contar e estratégias face à eventual resistência da criança)

8. CESSAÇÃO DO COMPORTAMENTO ABUSIVO

8.1. Como é que cessaram estes comportamentos?

9. Pergunta adicional: Que tipo de crianças considera que estão em maior risco de viverem a situação de abuso sexual?

10. ORIENTAÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL

10.1. O que acha que se pode fazer para evitar o abuso sexual?

(Caso não seja indicado, questionar: O que é que as crianças podem fazer? / O que as famílias podem fazer? / O que pode fazer a comunidade em geral?)

Anexo C: Esclarecimento para consentimento informado

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Código: _____/_____
(Nº participante/Data da entrevista)

ESCLARECIMENTO PARA CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do Estudo: *Modus Operandi* dos abusadores sexuais: características identificadas nas crianças abusadas

Investigadora: Cristina Marques

Orientadoras: Cecília Aguiar e Rute Agulhas

Instituição: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Telefones: 21 7903201; 96 6291718

Endereços eletrónicos: cristmarques@yahoo.com; cecilia.rosario.aguiar@iscte.pt; Rute_Sandra_Agulhas@iscte.pt

---

Exmo.(a) Sr.(a)

Vimos, por este meio, convidá-lo(a) a participar no projeto de investigação *Modus Operandi dos abusadores sexuais:* características identificadas nas crianças abusadas. A sua participação é voluntária. Pode retirar o consentimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal ou profissional.

Seguem-se informações relevantes acerca deste estudo. Ser-lhe-á fornecido o presente documento de esclarecimento de consentimento informado. Poderá, em qualquer momento, perguntar às investigadoras acima indicadas quaisquer questões relacionadas com este estudo.

Este projeto tem como objetivos gerais (1) descrever o modo de proceder dos indivíduos condenados por abuso sexual de crianças; (2) identificar as características pessoais, familiares e situacionais das crianças envolvidas.

Para a concretização destes objetivos, foram convidados a participar neste estudo os beneficiários da Associação 'O Companheiro' e os reclusos dos Estabelecimentos Prisionais do Distrito Judicial de Lisboa (à exceção da EP de Angra do Heroísmo, EP das Caldas da Rainha, EP do Funchal, EP de Ponta Delgada e Cadeia de Apoio da Horta), que tenham sido condenados por crimes contra a autodeterminação sexual.

Assim, se concordar em participar neste estudo, será convidado a participar numa entrevista presencial, com a duração estimada de 90 minutos.

As datas e os horários da entrevista serão calendarizados de acordo com a sua disponibilidade e conveniência.

Esta investigação pretende beneficiar a sociedade em geral através da obtenção de novos conhecimentos que permitam o desenho fundamentado de programas de prevenção.

Não antecipamos quaisquer riscos associados à participação neste estudo e não há quaisquer custos envolvidos. A sua privacidade será protegida, não havendo qualquer recolha de dados pessoais que permitam a sua identificação.

A equipa de investigação cumprirá as orientações de cariz ético e deontológico que regulam a investigação com seres humanos.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Ao conceder-nos uma entrevista, está a autorizar a equipa de investigação a utilizar as informações por si fornecidas, exclusivamente para fins de investigação, sem que possa, em algum momento, ser identificado.

_____ ____/____/2014

Assinatura da Investigadora Data

Anexo D: Instruções de codificação para o segundo codificador

Instruções de codificação para o segundo codificador

INSTRUÇÕES DE CODIFICAÇÃO:

A codificação das unidades de registo (segmentos de textos) baseia-se em critérios semânticos, pelo que o tamanho de cada unidade é flexível, dependendo do conceito subjacente a cada unidade/segmento de texto. Estas unidades encontram-se segmentadas no texto das entrevistas.
As unidades podem ser classificadas através da atribuição de categorias ou subcategorias e suas propriedades e, nalguns casos, dimensões. As categorias caracterizaram-se pela exaustividade (ou seja, todas as unidades de registo são passíveis de se enquadrar nalguma categoria definida) e por não serem mutuamente exclusivas (ou seja, pode atribuir-se a cada unidade várias categorias).
Importa salientar que nem todas as categorias estão presentes em todas as entrevistas.
Solicita-se a elaboração de memorandos, caso haja necessidade de identificar alguma nova categoria, subcategoria, propriedade ou dimensão, que não tenha sido contemplada no sistema de categorias apresentado.

Apresenta-se de seguida o sistema de categorias para a codificação de todo o corpo das entrevistas:

CATEGORIAS/PROPRIEDADES/DIMENSÕES

1. **Seleção da vítima: refere-se às variáveis que influenciam a escolha da vítima pelo abusador:**

a. **Seleção da vítima com base no aspeto físico:** refere-se aos critérios físicos presentes na vítima que influenciam a escolha:
   - Atração física
   - Maturidade física aparente (dimensão: mais maduro(a)/menos maduro(a)) (ex: a vítima já parecia uma mulher *vs* parecia um menino)
   - Orientação homossexual aparente

b. **Seleção da vítima com base no comportamento**: refere-se aos aspetos comportamentais da vítima que influenciam a escolha:
   - Bom comportamento (dimensão: muito/nada) (ex: quando a vítima é boa aluna, bem educada, não dá problemas, é meiga *vs* quando a vítima é má aluna, mal educada, rebelde)

- Deficiência

- Facilidade de manipulação pelos adultos (ex: quando a criança é fácil de manipular porque acredita nas promessas dos adultos ou quando é fácil de ser "comprada")

- Perceção de provocação por parte da vítima (ex: quando a vítima vai para a cama do abusador; procura a companhia do abusador)

- Perceção que a vítima precisa de afeto/atenção (ex: quando a vítima se mostra triste, carente, despoletando a atenção do abusador para si)

c. **Seleção da vítima com base na relação**: refere-se às características da relação estabelecida entre abusador e vítima que influenciam a escolha:

- Acessibilidade da vítima (ex: a vítima vai para casa do abusador para obter benefícios – *internet*, convívio com outras crianças; o abusador apresenta problemas conjugais ou outros problemas e a vítima encontra-se acessível para assumir o papel de companheira; acompanhamento das atividades/rotinas da vítima assumido pelo abusador)

- Qualidade da relação com o abusador (dimensão: boa qualidade / média qualidade / má qualidade)

- Proximidade afetiva entre a vítima e o abusador (ex: a vítima sentia-se bem com o abusador; a vítima fazia tudo para agradar o abusador; a vítima e o abusador estabeleceram uma relação de grande proximidade afetiva)

d. **Seleção da vítima com base nas variáveis demográficas da vítima:** refere-se à idade e sexo da vítima que influenciam a escolha:

- Perfil demográfico da vítima (dimensão: criança do sexo feminino (≤ 10 anos) / criança do sexo masculino (≤ 11 anos) / pré-adolescente do sexo feminino (11-12 anos) / pré-adolescente do sexo masculino (12-14 anos) / adolescente do sexo feminino (≥ 13 anos) / adolescente do sexo masculino (≥ 15 anos))

- Relação estabelecida entre abusador e vítima (dimensão: relação de parentesco por consanguinidade/ relação de parentesco por afinidade/ relação de amizade/ relação de vizinhos/ relação superficial/ relação estabelecida no âmbito do trabalho do abusador/ sem relação)

e. **Seleção da vítima com base no contexto familiar**: refere-se às características do agregado familiar onde se insere a vítima que influenciam a escolha:

- Ausência de figura parental (ex: ausência por morte, por não coabitação com a vítima)
- Carências económicas
- Conflitos familiares
- Consumo de álcool em excesso
- Consumo de drogas
- Doenças psiquiátricas (diagnosticadas e não diagnosticada)
- Educação permissiva (ex: os pais deixavam-na/(o) fazer tudo)
- Nível económico melhora devido ao abusador (ex: quando o abusador passa a viver com a vítima, a família passa a viver com melhores condições financeiras)
- Traição conjugal

2. Contexto do abuso: refere-se às circunstâncias que determinam a ocorrência do abuso

a. **Contexto do abuso com base na preparação do abusador**: refere-se aos acontecimentos de preparação do abusador que visam a ocorrência do abuso:

- Consumo de álcool
- Excitação sexual na presença da vítima (ex: o abusador sente um impulso sexual incontrolável na presença da vítima)

b. **Contexto do abuso com base na preparação da vítima:** refere-se aos acontecimentos de preparação da vítima pelo abusador que visam a ocorrência do abuso:

- Desenvolvimento de brincadeiras
- Desenvolvimento de toques não sexuais
- Prestação de cuidados à vítima (ex: antes do abuso, o abusador dá banho à vítima, apoia-a nos cuidados de higiene básicos)
- Visualização de filmes pornográficos
- Visualização de programas na TV

c. **Contexto do abuso com base no local do abuso:** refere-se ao local onde o abuso ocorreu:

- Casa do abusador
- Casa da vítima
- Casa da vítima e abusador

- Local de trabalho do abusador
- Rua

3. <u>Ocorrência do abuso: refere-se ao tipo e duração do comportamento abusivo</u>

- Severidade do abuso (dimensão: abuso muito severo (cópula anal, vaginal ou anal) / abuso severo (penetração digital, simulação de coito, masturbação, sexo oral) / abuso menos severo (beijo forçado, carícias nos órgãos genitais por cima da roupa da vítima, comportamento sexual sem contato físico com a vítima) (Russell, 1983)
- Tentativa de comportamento sexual (abusador tenta desenvolver o comportamento abusivo, mas por resistência da vítima, acaba por não concretizar o abuso)
- Duração da relação abusiva (dimensão: situação pontual / pouco duradoura (≤ 1 ano) / muita duradoura (≥ 1 ano))

4. <u>Manutenção do abuso: refere-se às ações do abusador que visam a manutenção do abuso</u>

a. <u>Manutenção do abuso com base nas ações do abusador</u>: <u>refere-se às ações realizadas pelo abusador que visam a manutenção da vítima na situação de abuso:</u>

- Exigência de segredo
- Persuasão com base em brincadeiras/situação incompreensível para a vítima (ex: o abusador desenvolve brincadeiras que a criança gosta para tornar o abuso impercetível para a vítima)
- Recompensas materiais (oferecer objetos)
- Recompensas instrumentais (proporcionar experiências)
- Recompensas afetivas

b. <u>Justificações para a manutenção do abuso</u>: <u>refere-se às perceções do abusador que justificam a manutenção da vítima na situação de abuso:</u>

- A família da vítima solicita a presença do abusador junto da vítima
- A vítima gosta da situação abusiva
- A vítima não se opõe à situação abusiva

5. **Cessação do abuso: refere-se às ações que determinam a cessação do abuso sexual**

a. **Cessação do abuso devido a denúncia**: refere-se à denúncia pelos envolvidos que determinam a cessação do abuso:
   - Denúncia pelos familiares da vítima
   - Denúncia pela vítima

b. **Cessação do abuso devido às ações dos envolvidos**: refere-se às ações dos envolvidos que determinam a cessação do abuso:
   - Desinteresse do abusador
   - Inacessibilidade da vítima (ex: a vítima "sai" da situação – retira-se do quarto, levanta-se da cama – quando o abusador tenta desenvolver um comportamento sexual abusivo)
   - Oposição da vítima (ex: a vítima diz não a determinado comportamento sexual abusivo)

6. **Estratégias de prevenção do abuso: refere-se às estratégias de prevenção que podem ser implementadas com o objetivo de evitar o abuso sexual:**

a. **Estratégias de prevenção centradas no abusador**: refere-se às estratégias de prevenção terciária implementadas com a participação do abusador, após o cometimento do abuso sexual, visando evitar a reincidência do crime:
   - Acompanhamento psicológico
   - Aumento das penas de prisão
   - Programas de intervenção, em contexto prisional

b. **Estratégias de prevenção centradas na criança (potencial vítima)**: refere-se às estratégias de prevenção primária, secundária e terciária implementadas junto da criança, que visam protege-la de se colocar em situação de perigo de ser abusada ou sofrer nova vitimização:
   - Ensinar as crianças a afastarem-se de desconhecidos
   - Ensinar as crianças a denunciarem quaisquer tipos de abusos sexuais
   - Ensinar as crianças a dizerem não

c. **Estratégias de prevenção centradas na família**: refere-se às estratégias de prevenção primária, secundária e terciária implementadas com a família:

- Conhecer todas as pessoas com quem os filhos se relacionam, proibindo a convivência com pessoas em quem não confiam (incluindo pessoas de família)
- Conversar com os filhos acerca das questões da sexualidade
- Dar mais atenção aos filhos e preocupar-se mais com as suas rotinas/atividades
- Denúncia dos abusos sexuais junto das entidades competentes
- Ensinar os filhos que existem pessoas que lhes podem fazer mal
- Fomentar a comunicação com os filhos, promovendo a confiança no sentido da denúncia de eventuais abusos

d. **Estratégias de prevenção centradas na comunidade**: refere-se às estratégias de prevenção primária, secundária e terciária implementadas pela comunidade:

- Divulgação que a denúncia é obrigatória
- Educação sexual nas escolas (focada nas abordagens dos abusadores e em ensinar as crianças a dizer não e a denunciar, bem como a ensinar as jovens a não se insinuarem sexualmente)